

**Comissão Parlamentar de Inquérito à tutela política da gestão da
TAP - Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S. A. (TAP SGPS), e da
TAP, S. A**

[Inquérito Parlamentar n.º 7/XV/1.ª (BE)]

Reunião n.º 8

30 de março de 2023

(17,06 h – 22,06 h)

Ordem do dia: — Audição do Sr. Dr. Gonçalo Pires, na qualidade de CFO da TAP, S.A.

Presidente da Comissão: Jorge Seguro Sanches (PS)

Deputados Oradores: Paulo Moniz (PSD)

Filipe Melo (CH)

Bernardo Blanco (IL)

Carlos Pereira (PS)

Bruno Dias (PCP)

O Sr. **Presidente** (Jorge Seguro Sanches): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, boa tarde a todos, agradecia que criássemos condições para iniciarmos os trabalhos de hoje e retomarmos a nossa missão.

Eram 17 horas e 6 minutos.

Srs. Deputados, na nossa ordem do dia de hoje, temos a audição do Dr. Gonçalo Pires, na qualidade de CFO da TAP, S. A. e, portanto, se não houver nada em contrário suspenderíamos os trabalhos para os retomarmos quando ele entrar.

De qualquer forma, queria partilhar o seguinte: hoje, em reunião de Mesa com os Deputados Coordenadores acertámos que a segunda ronda poderá ser feita e eu há pouco já perguntei precisamente isso ao nosso depoente de hoje e ele manifestou concordância para isso. Assim, em vez de serem 5 minutos para cada um dos grupos parlamentares e depois haver uma resposta em conjunto de 30 minutos, serão 5 minutos para cada um dos grupos parlamentares com uma resposta imediata de 5 minutos, o que facilitará um pouco melhor a capacidade de resposta de quem está connosco e para nós também será, porventura, melhor.

Então, se estiverem todos de acordo, aguardemos um momento pela entrada do Sr. Doutor.

Muito obrigado.

Pausa.

Vamos, então, retomar os nossos trabalhos com a audição do Sr. Dr. Gonçalo Pires, na qualidade de CFO da TAP, S.A. Em função do princípio da rotatividade das perguntas dos grupos parlamentares aqui presentes, vai usar da palavra, em primeiro lugar, o Grupo Parlamentar do PSD.

Recordo que esta primeira ronda de perguntas pode ser feita com pergunta/resposta, estando os tempos definidos na grelha que temos utilizado.

Quem está connosco, o Sr. Doutor, neste caso, tem o tempo indicativo que está definido na grelha, mas, como é evidente, poderá usar mais tempo, porque temos todo o gosto em tê-lo connosco e ouvi-lo, partilho ainda, que o Sr. Doutor não faz apresentação inicial.

Da parte do Grupo Parlamentar do PSD, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Moniz.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Cumprimento o Dr. Gonçalo Pires e começava por lhe fazer uma resenha daquilo que foi ontem a intervenção do Sr. Inspetor-Geral da IGF (Inspeção-Geral de Finanças - Autoridade de Auditoria), em particular na ata sobre o seu depoimento à IGF e eu vou dividir isto em três resumos sucintos. Sobre a articulação com o Governo ficou dito que a área operacional da TAP é acompanhada pelo Ministério das Infraestruturas. Os aspetos societários e financeiros, por exemplo o plano de reestruturação, pelo Ministério das Finanças e que o CFO (*Chief Financial Officer*) afirma que faz esta articulação com as Finanças.

Sobre o processo da Eng.^a Alexandra Reis, diz que não esteve envolvido nem no acordo nem no valor, apenas recebeu um *e-mail* do PCA (Presidente do Conselho de Administração), a dizer que Alexandra Reis iria sair da empresa e quais os termos da comunicação da renúncia.

Sobre o assunto em causa, não estabeleceu contacto com as Finanças. Sobre a CMVM (Comissão do Mercado de Valores Mobiliários), não lhe suscitou dúvidas até porque desconhecia.

Sr. Dr. Gonçalo Pires, como sabe — e ontem ouvimos que o pensamento pode ser evolutivo sobre os mesmos factos —, tem aqui a oportunidade de publicamente corrigir ou confirmar este depoimento de que lhe li o resumo da ata de ontem.

Corrobora aquilo que foi lido?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Dr. Gonçalo Pires.

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires** (CFO da TAP, S.A.): — Muito obrigado, Sr. Presidente e muito obrigado pela pergunta, Sr. Deputado.

Aproveito para agradecer a oportunidade de dar esclarecimentos sobre esta e outras matérias que acharem convenientes nesta Comissão parlamentar. Eu gostava de lembrar que como Administrador Financeiro, as minhas funções na TAP, incluem, necessariamente, as áreas financeiras.

Sou responsável pela área de finanças corporativas, pela área de contabilidade, pela área de planeamento e controle e, obviamente, pela área da tesouraria, e, aliás, da tesouraria estratégica igualmente.

A TAP tem regras e regras de funcionamento e tem um governo societário. E dentro das minhas áreas não estão nem os temas laborais, nem a área de recursos humanos.

Como disse o Sr. Deputado, gostava de sublinhar e confirmar, que não tive qualquer envolvimento na elaboração do acordo para a saída da Eng.^a Alexandra Reis. Não estive envolvido na preparação, na decisão, na elaboração ou no fecho da negociação de quaisquer valores ou no acordo que foi celebrado. Não tenho, nem tive, conhecimento de qualquer dos termos concretos da celebração desse acordo.

De facto, como disse à IGF, soube pouco tempo antes da celebração do acordo, informalmente, que iria ser celebrado esse acordo e que seria possível a saída da Eng.^a Alexandra Reis. E recebi oficialmente um *e-mail* enviado pelo Presidente do Conselho de Administração, o Dr. Manuel Beja — a mim, e, aliás, a todos os restantes membros do Conselho de Administração —, a anunciar oficialmente a saída da Eng.^a Alexandra Reis, bem como os termos exatos do comunicado ao mercado, na CMVM.

No *governance* da empresa, no governo societário da empresa, a Eng.^a Alexandra Reis era meu par, era minha colega. Na hierarquia está, obviamente, a Presidente da Comissão Executiva e o Presidente do Conselho de Administração.

Como disse à IGF, admito que não foi uma surpresa a saída da Eng.^a Alexandra Reis. E não foi porque, como disse no relatório da IGF, já havia posições discrepantes expressas pela Eng.^a Alexandra Reis, em sede do Conselho de Administração, aliás, registadas em ata, mas também porque, no final de 2021, houve uma alteração da estrutura acionista da TAP, SGPS, com a saída do grupo HPGB.

Da saída do grupo resultou a saída, também, do Dr. Manuel Silva Rodrigues, que tinha sido indicado pelo grupo HPGB, tal como a Eng.^a Alexandra Reis. E por isso, não sei se responde à pergunta, mas confirmo o depoimento e reitero o que disse.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Doutor.

Para perguntar, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Moniz.

Faça favor.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — O Sr. Doutor confirma então que foi através do *e-mail* do Manuel Beja, do Dr. Manuel Beja, que recebeu um *e-mail* a mencionar a saída da Eng.^a Alexandra Reis e a pergunta que lhe faço é qual é a data deste *e-mail*.

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Foi no dia 4 de fevereiro, data do comunicado, e creio que já foi à noite.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — O Sr. Doutor disse há pouco, na sua primeira intervenção, que teve conhecimento informal da saída da Eng.^a Alexandra Reis e eu pergunto-lhe como.

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Tive conhecimento informal por uma comunicação da CEO, não sei se um dia antes, de que teria sido celebrado um acordo.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, um ponto de ordem à Mesa, se faz favor.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, agradecia que relembresse o Sr. Dr. Gonçalo e, porventura, lesse — porque acho que é uma questão de correção para quem nós temos na audição —, o artigo 17.º, n.º 4, do Regime Jurídico das Comissões Parlamentares de Inquérito e, caso entenda por oportuno, o artigo 132.º do Código Penal, se faz favor.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, quero só dizer-lhe que todos os depoentes que vêm a esta Comissão de Inquérito, quando são convocados, são informados do regime jurídico pelo qual são convocados, nomeadamente quanto à sua obrigação de dizer a verdade.

Faça favor de continuar, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Dr. Gonçalo Pires, começou por dizer que só teve conhecimento de um *e-mail* do processo da Eng.^a Alexandra Reis e acabou de dizer que tinha tido um segundo *e-mail* da Sr.^a CEO.

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Não, não, não.... Peço desculpa.

Foi-me dito pela CEO, informalmente, de que teria sido celebrado um acordo. Oficialmente, só tive conhecimento da saída quando foi anunciada oficialmente.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Ó Sr. Doutor, mas eu quando lhe perguntei se tinha tido conhecimento, e reforcei uma única vez, não expliquei se era informal, se foi à porta do seu gabinete, se foi por *e-mail*. O Sr. Doutor disse que tinha tido conhecimento através do *e-mail* do PCA Manuel Beja e acabou de dizer que antes — no dia antes, pelo menos segundo as suas palavras —, teve conhecimento através do *e-mail* da CEO. Confirme, se faz favor.

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Eu não recebi nenhum *e-mail* da CEO, aliás, como lhe disse e como disse à IGF, tive conhecimento informal, pouco tempo antes, de que a saída poderia acontecer e é a esse conhecimento informal que me refiro, a comunicação oficial só tive através do *e-mail* do Presidente do Conselho de Administração.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Dr. Gonçalo Pires, a CEO da TAP alguma vez lhe transmitiu que a TAP havia chegado a acordo com Alexandra Reis?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Sim, transmitiu-me informalmente, pouco tempo antes da celebração do anúncio oficial, através do *e-mail* do PCA.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Mas não disse isso à IGF no seu depoimento.

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Disse à IGF que tive conhecimento pouco tempo antes da comunicação oficial feita pelo Presidente do Conselho de Administração.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Mas isso não consta da ata da IGF que foi lida.

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Peço desculpa, mas lembro-me perfeitamente que a comunicação foi... Na ata da IGF.... Foi-me comunicado, ou soube pouco tempo antes da saída da Alexandra Reis e tive uma confirmação oficial por *e-mail* do Presidente do Conselho de Administração.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Dr. Gonçalo Pires, a Sr.^a CEO não o informou deste processo em curso, no dia 19 de janeiro?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Eu soube pouco tempo antes. Aliás, como lhe disse, não foi uma surpresa a saída, pelas razões que invoquei, até porque era conhecida a intenção da Presidente da Comissão Executiva de fazer alterações à equipa executiva e não executiva. Soube poucos dias antes — não sei precisar quantos —, do início deste processo, mas a confirmação oficial só a recebi no tal dia 4, porque, pouco tempo antes, informalmente, foi-me dito pela CEO que lhe tinha chegado o acordo.

Devo relembrar que.... Aliás, estas comunicações, estes conhecimentos informais, não eliminam o facto de eu nunca ter participado neste processo. Eu não estive na decisão, não estive na elaboração, não estive na negociação, não estive nas conversas com advogados, não estive com as conversas com a tutela, não tive participação no acordo, nem nos termos do

acordo, nem conhecia em concreto os termos do acordo para a saída da Eng.^a Alexandra Reis.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Dr. Gonçalo Pires, volto a perguntar-lhe: a CEO informou-o ou não no dia 19 de janeiro?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Que tinha sido fechado um acordo, não, certamente. Eu só soube que tinha sido fechado um acordo pouco tempo antes, um dia antes, provavelmente, no dia 4 de janeiro.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Não o informou que estava em curso uma reformulação do *board* da TAP?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Sim, é possível.

Como lhe disse, eu soube dias antes que iria ser iniciado um processo para a possível rescisão da Eng.^a Alexandra Reis, mas, como lhe disse, e repito, só tive conhecimento quando foi celebrado o acordo informalmente no dia 3 e formalmente no dia 4.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Dr. Gonçalo Pires, não foi novamente informado no dia 25 de janeiro?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Não tenho presente.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — O não ter presente quer dizer que pode haver esta evidência, e, portanto, não descarta que, no dia 25 de janeiro, tenha sido novamente informado?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — A verdade é que, como disse à IGF, tinha conhecimento, pouco tempo antes do acordo ter sido celebrado, que havia a possibilidade de a Eng.^a Alexandra Reis sair, mas não participei, no acordo, não negocieei qualquer dos termos do acordo, nem nos valores envolvidos, nem estive envolvido na decisão, ou seja, nem tomei a decisão, nem ajudei a tomar.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Nos dias 2, 3 e 4 de fevereiro, antes de Manuel Beja, teve ou não informação de detalhes sobre o processo?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Detalhes sobre o processo não tive. Lembro-me que recebi uma mensagem a dizer que o acordo foi celebrado.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Pode repetir?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Recebi a indicação, foi-me dito, que o acordo tinha sido celebrado. Foi assim a mensagem.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Foi-lhe dito por escrito? E por quem?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Pela CEO. As minhas conversas sobre este tema foram apenas com a CEO e foi por *WhatsApp*, por mensagem.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Em que dia recebeu a mensagem?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Deve ter sido um dia, dois dias, antes de ter sido celebrado o acordo.

O Sr. **Presidente**: — Pode prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Disse há pouco que nunca foi informado das condições do acordo com a Alexandra Reis. Foi-lhe ou não perguntado objetivamente sobre as férias não gozadas da Eng.^a Alexandra Reis, em que valor importavam e em que quantidade, para poderem ser consubstanciadas e quantificadas no acordo?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Lembro-me que na Comissão Executiva tínhamos uma discussão sobre as férias, as férias resultantes de períodos de covid, quando muita gente estava em teletrabalho. E por ter estado em teletrabalho, muita gente na TAP tinha ainda muitas férias acumuladas. Nesse contexto, admito que tenha sido pela negociação de um acordo que me tenha sido perguntado «o que é que se faz» ou «o que é que acontece às férias não gozadas» e se «é possível que haja períodos de férias tão grandes».

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Doutor, esclareça-nos — porque começou por dizer, na sua intervenção inicial, que matéria de recursos humanos não era consigo, não era da sua esfera de competência —, explique-me, por favor, como é que a si é perguntado sobre férias não gozadas da Eng.^a Alexandra Reis. Obviamente, deduzo eu, que terá pensado que seria no acordo de rescisão ou, se quiser, de abandono da empresa.

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Admito e espero que tenha sido perguntado à área competente. A mim foi-me perguntado porque tínhamos tido uma discussão precisamente sobre esse tema há pouco tempo na Comissão Executiva e, aliás, estavam em preparação uma série de regras para limitar o *stock* de férias acumuladas e, basicamente, definir regras em que se desse um incentivo às pessoas para irem gozando as férias e não se acumulassem *stocks* de férias enormes.

Relembro que o período de covid da TAP foi particularmente violento para muita gente. Num período de reestruturação, em que muitas pessoas saíram, em que departamentos ficaram debilitados com um reduzido número de pessoas, muita gente esteve a trabalhar e sem a oportunidade de tirar férias. E a questão que se colocava era esta: havendo pessoas na equipa da TAP com 100, 70, 80, 120 dias de férias, quais as regras que poderíamos fazer para incentivar ao uso de férias e impedir que eles as acumulassem?

É nesse contexto que me foi perguntado sobre as férias e, no caso da Alexandra Reis, e percebendo que existia um processo, admito que me tenham feito a pergunta nesse sentido. Mas a pergunta foi-me feita não porque eu era especialista em recursos humanos, mas simplesmente porque o tema tinha sido discutido.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Parece-lhe evidente que a pergunta estava relacionada com o processo e o acordo de precedência com a Eng.^a Alexandra Reis?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Não lhe sei dizer...

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Pergunto-lhe, ainda, objetivamente, se chegou a sugerir à Sr.^a CEO algum putativo candidato para substituir a Eng.^a Alexandra Reis, e se chegou, porventura, a enviar algum LinkedIn — que é a plataforma social profissional — com um candidato objetivo a sugerir à Eng.^a Christine Ourmières-Widener.

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Recordo-me que houve conversas sobre, primeiro, quem poderia substituir a Alexandra Reis e entrevistas onde participei, mas foi muito tempo depois da saída da Eng.^a Alexandra Reis.

Nos dias de que me fala e nos dias que precedem o dia 4 de fevereiro, não me lembro de ter sugerido, mas pode ser memória.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Falou ou não falou com Miguel Cruz, à data Secretário de Estado do Tesouro, sobre a saída da Alexandra Reis?

O Sr. **Presidente**: — Pode responder, faça favor.

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Não falei.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Por que razão omitiu, primeiramente, esta informação, de ter falado com o Sr. Secretário de Estado do Tesouro, quando foi questionado pelo jornalista José Gomes Ferreira?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — O jornalista José Gomes Ferreira perguntou-me se eu tinha falado com o Secretário de Estado do Tesouro, e eu, especificamente, disse: «Não me lembro de ter falado.» Não me lembro de ter falado, porque não me lembro mesmo de ter falado com o Secretário de Estado do Tesouro, Miguel Cruz.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Mas o Sr. Secretário de Estado lembra-se de ter falado consigo, segundo as declarações que ele fez ao Sr. Jornalista.

Portanto, passada esta circunstância e esse avivar de memória, o Sr. Doutor continua a não se lembrar de ter falado com o Sr. Secretário de Estado do Tesouro, do Ministério das Finanças?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Sinceramente, não me lembro de ter falado, nem de ter comentado à tutela detalhes sobre este processo, porque não os conhecia.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Mas, Sr. Doutor, sei que não conhecia, mas desculpe que lhe pergunte: sabe que vai haver uma movimentação na organização do Conselho da Comissão Executiva; perguntam-lhe pela contabilização das férias da Eng.^a Alexandra Reis; e, para si, era tudo natural e não indiciava que estivesse em curso uma negociação, um processo para a senhora sair da companhia?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Basicamente, entendi o tema como uma possível reorganização na equipa executiva — e, aliás, na equipa não executiva, porque também tinha saído o Dr. Manuel Silva Rodrigues — como um tema que, primeiro, não me competia; segundo, sobre o qual não estive envolvido; e, a não ser que me perguntassem a opinião, obviamente que eu não a emitiria. Mas como não estive envolvido no processo, obviamente que não poderia comunicar detalhes que não conhecia.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Volto à questão que lhe coloquei: teve ou não teve uma conversa com o Dr. Miguel Cruz sobre a saída da Eng.^a Alexandra Reis?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Não me lembro de ter tido qualquer tipo de conversa.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Doutor, o que me está a dizer é que não se lembra de ter tido qualquer conversa, o que quer dizer que está em condições de nos garantir, à Comissão, que não vamos encontrar no nosso acervo documental nenhuma referência ou qualquer meio que evidencie que este tema tenha sido abordado numa conversa sua com o Sr. Secretário de Estado do Tesouro de então, Miguel Cruz?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Sinceramente, e volto a repetir, não me lembro de ter tido qualquer tipo de conversa com o Secretário de Estado do Tesouro.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Dr. Gonçalo Pires, parece-nos já evidente, à saciedade, que as suas declarações à IGF foram razoavelmente opacas, porque no decurso daquilo que nós fomos seguindo em matéria de perguntas conseguimos perceber que houve vários momentos, que o Sr. Doutor apelida de «informais», em que foi tendo conhecimento de dados relevantes neste processo de saída da Eng.^a Alexandra Reis. Portanto, além daquilo que lhe levantei, há um acervo, um conjunto de informação que atestam estes pontos e estes contatos.

Volto a perguntar-lhe: chegou ou não a ter conhecimento precoce, mesmo no seu formato informal— não é no dia antes, é vários dias antes — do processo em curso para a rescisão da Eng.^a Alexandra Reis?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Como disse, apercebi-me poucos dias antes que este processo poderia acontecer, ou seja, poderia terminar num acordo de rescisão para a Eng.^a Alexandra Reis, e foi precisamente isso que comuniquei à IGF.

Comuniquei também que não tinha nenhum detalhe do processo e que não participei, não elaborei, não era da minha competência, não cheguei ao acordo, não estive envolvido em qualquer valor.

Aliás, como disse, este processo não foi uma surpresa, porque havia várias indicações: pelas posições discordantes em Conselho de Administração, pela saída do acionista HPGB, pela saída do Dr. Manuel Silva Rodrigues, pela intenção da CEO de fazer alterações na Comissão Executiva e no Conselho de Administração, na equipa não-executiva.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Dr. Gonçalo Pires, nós tivemos a apresentação das contas da companhia na semana passada. O Sr. Ministro João Galamba esteve aqui, no Parlamento, no âmbito da Comissão de Economia e disse, de facto, que havia um entendimento, uma conversa com o Conselho de Administração para não haver apresentação pública de resultados, nem interação com jornalistas.

A pergunta que lhe faço é a seguinte: isto é verdade, uma vez que é o senhor quem faz a ponte entre o Ministério das Finanças e o das Infraestruturas?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — O momento que a TAP vive não é um momento qualquer. Obviamente que esta é uma situação *sui generis* para todos.

Acho que todos percebemos que os resultados que a TAP apresentou são motivo de orgulho para todos, especialmente para os trabalhadores da TAP, para as equipas da TAP, que sofreram nos últimos anos grandes sacrifícios e que resultaram, no ano 2022, num primeiro passo para um caminho de recuperação. Acho que todos teríamos gostado que os resultados fossem apresentados de outra forma, mas é minha opinião que a forma de apresentar resultados deveria ser o mais discreta possível e concentrada nas nossas obrigações. E quais são as nossas obrigações? As nossas obrigações são fazer uma apresentação a investidores, é, basicamente, comunicar aos nossos investidores as razões da *performance* da TAP; estar disponível para as suas perguntas, fazer o habitual comunicado de imprensa e esclarecer todos os detalhes da TAP em documentos que publicámos.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Doutor, não foi isso que lhe perguntei. Perguntei-lhe se havia, como foi dito, esta anuência, e queria

alertá-lo para a circunstância de ter havido uma imposição pelo Sr. Ministro João Galamba, uma ordem direta para que não fosse feita qualquer conferência de imprensa ou qualquer entrevista sobre esse assunto, e citei. Confirma?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Recebemos indicações da tutela e, como fazemos sempre, perguntámos quando poderíamos apresentar os resultados, se o poderíamos fazer no dia 21 e a forma como os poderíamos apresentar. E foi-nos confirmado que dever-nos-íamos concentrar na apresentação aos investidores e, obviamente, fazer as publicações habituais.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Então, o Sr. Doutor esteve a dar a sua opinião e não confirmou a minha primeira pergunta, se tinha havido instrução direta ou não.

Sr. Doutor, deixe-me perguntar-lhe: é amigo do Sr. Ministro João Galamba? Eu diria — vamos expor assim — que pode considerar que o Ministro João Galamba está entre os seus três melhores amigos?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Sou amigo há muitos anos, e colega de faculdade, do Ministro das Infraestruturas, Dr. João Galamba, e ele está entre o meu grupo de amigos chegados.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — De que forma foi feita esta ordem expressa, para que os resultados fossem só de comunicado e não em conferência de imprensa e com interação com os jornalistas?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Sob a forma de *e-mail*.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Então, o Sr. Ministro das Infraestruturas faltou à verdade, para ser elegante, no Parlamento, quando, na semana passada, aqui disse que tinha sido «um consenso por vontade e entendimento do Conselho de Administração da TAP».

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Como lhe disse, o meu entendimento e o entendimento de muitos no Conselho de Administração é que deveríamos optar pela descrição. Foi perguntado à tutela, precisamente, qual a forma como deveríamos apresentar os resultados, e foi-nos, precisamente, confirmado o dia e a forma de apresentar os resultados.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, estamos praticamente no limite do tempo, portanto...

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, peço-lhe que relembre o nosso depoente de que ele, tem, de facto, de ser objetivo nas respostas às perguntas que se lhe colocam, e que nós, por razão da nossa função política, se há coisa a que estamos habituadíssimos é a um certo jogo de cintura e a um certo poder estar e não estar.

Portanto, aqui a intenção, para que apuremos a verdade, é que ele seja muito objetivo e que não faça, por favor, esta abordagem.

Agradecia que na condução dos trabalhos, e para este propósito, que o faça saber.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Quero dizer-lhe que todos nós estamos aqui plenamente com o mesmo objetivo, o de apurarmos a verdade. Aliás, como acho que as perguntas do Sr. Doutor têm sido respondidas.

Sr. Deputado, faça favor de utilizar o seu tempo até ao limite.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, numa interpelação à Mesa, gostaria de comunicar que vamos dar entrada, ainda hoje, do requerimento para termos acesso ao *e-mail* — instrução, ordem expressa do Ministro João Galamba — para que o formato da conferência de imprensa fosse o que foi.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado, parece-me que o seu tempo terminou, ou não?

Não, falta ainda um pouquinho, ainda falta um pouquinho. Peço desculpa, estou sem óculos!...

Risos.

Portanto, havia aqui um segundo de diferença. Pedia-lhe que utilizasse o seu segundo de forma também objetiva.

Faça favor de prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): —Dr. Gonçalo Pires, confirme, se faz favor, qual o canal de relacionamento com o Governo, se é diretamente com o Ministério das Infraestruturas e qual é o canal de relacionamento com o Ministério das Finanças.

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Sobre os vários temas que tratámos na TAP e com as diversas tutelas, contactámos desde chefes de gabinete a assessores e temos, obviamente, reuniões com os respetivos secretários de Estado.

Relembro que a TAP está no processo de implementação do plano de reestruturação e que há temas de reorganização societária. Estes temas de reorganização societária exigem coordenação, preparação e isso fazemos com os assessores e em reuniões com os secretários de Estado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado. Está terminada esta fase de questões por parte do Grupo Parlamentar do PSD.

Passamos ao seguinte grupo parlamentar, o Grupo Parlamentar do Chega, que tem 8 minutos. Sr. Deputado Filipe Melo, tem a palavra.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Peço desculpa, Sr. Deputado. Pedia que se criassem condições de silêncio para que, quer quem questione, quer quem possa responder, tenha as melhores condições para podermos trabalhar. Muito obrigado.

Sr. Deputado, faça o favor, tem a palavra.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Dr. Gonçalo Pires: Teve conhecimento do relatório preliminar da IGF?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — A TAP foi notificada do relatório preliminar da IGF, sim, e teve de produzir uma resposta.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Doutor, não foi isso que perguntei. Eu perguntei se teve conhecimento pessoalmente, se leu o relatório da IGF.

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Pessoalmente, não fui notificado do relatório preliminar da IGF. A TAP foi notificada e a TAP produziu uma

resposta, que foi aprovada em Conselho de Administração e enviada para a IGF.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — O Sr. Doutor teve conhecimento do conteúdo desse relatório?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Sim, claro.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Concorda com o relatório?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Não vou emitir juízos de valor sobre o processo, não me compete a mim. Como lhe disse, não estive envolvido no processo: não negocieei, não elaborei, não preparei. Como lhe digo, não posso emitir juízos de valor sobre o relatório porque não me compete a mim fazê-lo.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Doutor, com o devido respeito, não foi isso que perguntei. Eu perguntei se, tendo conhecimento do relatório, concorda com os pressupostos que estão nesse relatório, uma vez que o Sr. Doutor foi inquirido pela entidade que elaborou esse relatório.

Concorda ou não com os pressupostos do relatório?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — O relatório deteta falhas no processo: para mim, parece-me, consensual, que essas falhas são hoje evidentes. Se é essa a sua pergunta, concordo.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Posso dizer, então, que está de acordo.

Assim, vou-lhe ler uma das coisas de que fala o relatório preliminar da IGF, e passo a citar: «Atribui-se grande parte da responsabilidade pela

indenização de 500 000 euros de Alexandra Reis à tutela financeira da TAP».

Portanto, o Sr. Doutor está de acordo com isto?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Não! Mas posso esclarecê-lo sobre o processo de pagamento e como são pagas indenizações na TAP.

A TAP é, obviamente, uma empresa de dimensão e, como uma empresa de dimensão, é gerida com base num orçamento anual.

O orçamento anual é a regra financeira que orienta todas as equipas para, no final do ano, chegarmos a um resultado que seja não só satisfatório, mas que cumpra, acima de tudo, o plano de reestruturação, que é o objetivo desta Administração.

A área de recursos humanos também tem um orçamento anual e, tendo um orçamento, tem disponibilidades financeiras para o ano. Quando os recursos humanos emitem uma instrução de pagamento, fazem-no — aliás, como está explícito no relatório da IGF — através de um ficheiro encriptado que é enviado às instituições financeiras. As instituições financeiras geram um código de autorização que enviam à tesouraria da TAP. A tesouraria da TAP é o departamento que tenho sob a minha responsabilidade e eu sou o responsável sobre todos os pagamentos na TAP.

Quando esta instrução é feita com cabimento orçamental, não existe necessidade de reporte a mim. Se a instrução, quando é feita, for feita sem cabimento orçamental, terá de ser reportada, mas não foi o caso: lembro que esta quantia tinha cabimento orçamental.

E, agora, se me permite, pedia um minuto para falar sobre o cabimento orçamental e o orçamento para indenizações na TAP.

Enquadrado no plano de reestruturação, foi constituída uma provisão de reestruturação. Essa provisão de reestruturação, constituída já no final de

2020, enquadrava todas as saídas das muitas pessoas que tiveram de sair da TAP no âmbito deste processo de reestruturação, de redução de atividade.

A provisão de reestruturação no final do ano de 2020 era de 93 milhões de euros. No final do ano de 2021, a provisão de reestruturação era de 37 milhões de euros.

Sobre estes 37 milhões de euros, existem indemnizações que já estão previstas e decididas, pagas de uma forma faseada no ano de 2021, 2022 e anos seguintes e, também, um montante para indemnizações ou saídas não previstas.

A fevereiro de 2022 — data a que reporta a saída da Eng.^a Alexandra Reis —, a provisão de reestruturação era de 27 milhões de euros, e o cabimento orçamental para indemnizações não previstas era de 2,3 milhões de euros.

Por isso, quando me pergunta se a indemnização tinha cabimento orçamental, tinha.

Se a instrução foi feita, confirmada por dois administradores que comprometem a sociedade, enviada aos recursos humanos, e os recursos humanos processam uma instrução, e esta instrução tem cabimento orçamental, a tesouraria aprova.

E relembro-lhe que a TAP processa milhares de pagamentos por mês. Relembro-lhe que a TAP gastou mais de 3 mil milhões de euros só no ano de 2022.

Dada a dimensão da empresa, tem de haver regras, regras de funcionamento. Esta é a regra que permite que estes pagamentos sejam feitos de uma forma responsável.

Estas regras têm funcionado. O ano de 2022 prova que não só o orçamento foi respeitado, como largamente superado.

A TAP tem hoje, com os resultados que apresenta, uma prova não só de vitalidade, mas de sustentabilidade. Independentemente do pagamento

destas indemnizações e outras, tendo cabimento orçamental, cabendo no plano, são registadas e autorizadas, sem sequer necessitarem da minha autorização.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Doutor, agradeço a sua explicação, mas não foi nada disso que eu lhe perguntei.

Com o devido respeito, o senhor podia ter aproveitado o que fez agora e fazê-lo na intervenção inicial, que dispensou. Ter-lhe-ia ficado muito melhor e guardava o tempo para responder cabalmente ao que nós perguntamos.

Mas vamos passar à frente: já vi que concordou com o relatório e com esta afirmação da IGF, em que atribui grande parte da culpa à tutela financeira da TAP, isso está esclarecido.

Falou na questão da tesouraria e dos seus poderes, e é evidente.

Agora, queria que me respondesse a isto de uma forma completamente honesta e transparente: se aparecessem, todos os dias, pagamentos na tesouraria de 500 000 euros a pessoas diferentes, a tesouraria continuava a ter autonomia financeira para fazer esses pagamentos?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Muito obrigado pela pergunta, porque permite-me esclarecer exatamente aquilo que disse.

As regras de pagamento, primeiro, acontecem se tiverem assinaturas correspondentes que comprometam a sociedade, que foi o caso. São pagas se tiverem cabimento orçamental, foi o caso. O orçamento em fevereiro de 2022 era de 2,3 milhões de euros. Isto, obviamente, implica que, havendo cabimento orçamental, a instrução é paga.

Todos os meses, temos uma equipa de planeamento e controlo que controla o orçamento. No controlo do orçamento, detetamos áreas que estão acima na despesa, abaixo na receita, acima na receita, abaixo na despesa. E

são sempre identificados, todos os meses, os pontos críticos na execução orçamental. E são feitas reuniões, por mim e pela área de planeamento e controlo, com as áreas críticas para evitar, precisamente, que se gaste o que não se tem, que se gaste o que não está previsto. Se não fosse desta forma, não teríamos conseguido os resultados que conseguimos.

E peço ao Sr. Deputado — e entendo a sua pergunta e a sua preocupação — que compreenda que a dimensão da TAP não só exige que estes orçamentos sejam seguidos de uma forma rigorosa, como as regras de funcionamento sejam respeitadas.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Doutor, percebo o que me quer dizer, mas há uma coisa que não posso deixar de lhe dizer.

Na minha opinião, empresas desta dimensão têm três elementos-chave: CEO, CFO e Presidente do Conselho de Administração. São estas as três pessoas-chaves, que têm de estar por dentro de qualquer decisão.

A pergunta que lhe faço é muito simples, e o senhor pode responder como entender, mas eu já sei a resposta: é ou não muito estranho que um dos três principais responsáveis da companhia não saiba — ou saiba em conversa de corredor — que uma colega da Administração com a qual, ao que parece, o Sr. Doutor tinha um contacto regular, vai ser posta na rua? E isto com, inclusive, documentação falsa, manipulada e manuseada, enviada a um órgão como a CMVM?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Eu percebo que refira as três pessoas fundamentais na Administração da TAP, mas permita-me que mencione pelo menos outras duas.

Primeiro, as vendas. A área comercial da TAP é o coração da empresa. É onde começa tudo. E eu permito-me saudar a Administradora Sílvia Mosquera, que está de saída, por ter feito um resultado comercial que foi

histórico para a TAP. Com menos capacidade, menos aviões, menos voos, menos passageiros, conseguimos chegar a uma receita de 3,5 mil milhões de euros. A voar, aquilo que sabemos fazer. A reforçar a capacidade nas rotas onde temos uma grande posição de mercado.

A outra área que lhe gostaria de relembrar é a área de operações. Uma operação como a TAP é muito complexa. E o COO, o *Chief Operating Officer*, o Ramiro Sequeira, pelo trabalho que fez ao longo destes anos, porque teve, no momento mais difícil da empresa e juntamente com a Eng.^a Alexandra Reis, de fazer um trabalho de literalmente segurar o barco — ou, neste caso, o avião., quando tínhamos todos os aviões no chão, quando estávamos a tentar aprovar um plano de reestruturação, quando tínhamos muito pouco dinheiro até para cortar a relva, — o Ramiro estava lá, está cá e a gerir uma operação que é muito complexa, que tem muitos desafios, com uma infraestrutura que é muito difícil de gerir e que, infelizmente para nós e para os clientes da TAP, não tem sempre o melhor resultado.

Por isso, sobre o tema das responsabilidades, eu percebo que a responsabilidade financeira do CFO é importante, mas a minha responsabilidade é exatamente essa, a minha responsabilidade é financeira.

Obviamente que, na hierarquia, a Presidente da Comissão Executiva e o Presidente do Conselho de Administração têm a responsabilidade de conduzir este tema, como o fizeram. Eu não estive envolvido, não tinha de estar envolvido, não participei, como disse, no acordo e por isso não me parece que a minha importância no tema me obrigasse a participar.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Doutor, o Conselho ou a Comissão Executiva da TAP é um órgão colegial. Ou seja, a Sr.^a CEO não pode, por decreto e sem consultar a restante Administração, despedir um elemento da própria Administração.

Sendo um órgão colegial e sendo o senhor o responsável financeiro máximo da estrutura, na sua opinião, devia ou não ter sido consultado pela Sr.^a CEO dizendo-lhe: «Vamos despedir Alexandra Reis, porque se calhar até estou numa situação de incompatibilização, e o valor a pagar são 500 mil euros»?

O senhor acha que devia ou não ter sido informado? E, se sim, concorda com esse valor?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Não acho que devesse ter sido envolvido, porque acho que a decisão é do acionista.

Particpei no processo, mas tomei como sendo a liderança desse processo da Presidente da Comissão Executiva e o Presidente do Conselho de Administração, e que tivesse sido articulado, precisamente, com o acionista.

A Comissão Executiva não demite os seus pares e não me parece que seja uma decisão da Comissão Executiva a de dever demitir quem quer que seja, especialmente uma colega. Se a decisão devia ter passado pelo Conselho de Administração, pela Comissão Executiva, esse é um processo em que não estive envolvido. O que me parece é que são temas obviamente de acionista, porque é o acionista que nomeia a administração.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Dr. Gonçalo Pires, confesso que agora me deixou baralhado. Compete ao acionista decidir pela demissão e pelo pagamento. O acionista, ao que me parece, se não estou equivocado, é o Estado. No próprio relatório da IGF (Inspeção-Geral de Finanças), chega-se à conclusão de que o Estado não sabia e vem o seu amigo, o Sr. Ministro João Galamba, juntamente com o Ministro das Finanças, demitir o *chairman* e a CEO. Ora bem, então se compete ao acionista demitir, o acionista não sabe? Explique-me lá essa trapalhada.

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Não percebo a trapalhada! O ponto é que está a assumir que foi uma demissão. Basicamente, tive conhecimento de um acordo para a saída da Eng.^a Alexandra Reis. O que assumi é que houvesse articulação com o acionista. A pergunta que me fez é se devia ter sido a Comissão Executiva a discutir a demissão e é sobre isso que lhe estou a responder. A Comissão Executiva não demite os seus pares. O acionista toma decisões sobre os órgãos sociais.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Doutor, o acionista, ao que parece, e os relatórios são claros, e a posição dos Ministros é clara, não tinha conhecimento desta demissão e dos montantes a pagar. Tanto é que vieram os Srs. Ministros, apressados, demitir imediatamente a CEO e o *chairman*, sem qualquer contrapartida. Portanto, chega-se a um ponto em que o acionista não sabe e o senhor diz-me que não está a ver onde está a trapalhada? O senhor diz-me que é o acionista que tem essa competência, o acionista não sabe, dentro da empresa, desculpe-me a expressão, tudo é «cozinhado» sem o senhor saber, então, deixe-me fazer-lhe esta pergunta clara e objetiva: olhando para a ata n.º 13, de agosto de 2021, numa altura de grande debilidade económica e financeira em que estava a empresa, e que o senhor reconheceu, foi acertada uma remuneração-base anual de 84 000 € ao Sr. Dr. Gonçalo Pires. Isto não é um salário monstruoso para quem não sabe nada do que se passa ali dentro?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Se está a questionar o meu salário e a minha competência...

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Não foi isso que eu disse.

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Pronto... O meu salário é decidido pela Comissão de Vencimentos, igual ao dos outros administradores. As minhas funções na empresa, como disse há pouco, são especialmente relevantes. O sucesso e a *performance* da empresa não são devido à minha *performance* nem só à dos meus colegas, mas a verdade é que a *performance* da TAP (Transportes Aéreos Portugueses) prova que o plano de reestruturação está a ser cumprido, superado em larga escala e o sucesso da empresa deve-se também àqueles que lá trabalham. Não é só à administração, é a todos: aos pilotos, tripulantes de cabine, pessoal de manutenção, equipas não operacionais. Há um esforço que muitas vezes não é comentado, foi muito violento nos últimos três anos, teve resultados no ano de 2022, terá de ter resultados daqui para a frente, com novos acordos de empresa — e já poderemos falar sobre isso —, mas, como lhe disse, não comento o meu salário, é decidido pela Comissão de Vencimentos.

O Sr. **Presidente**: — Antes de dar a palavra ao Sr. Deputado Filipe Melo, para continuar a fazer as perguntas, pediria que continuássemos a manter as boas condições para nos ouvirmos todos na sala, nas perguntas e nas respostas.

Sr. Deputado Filipe Melo, tem a palavra, se faz favor.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Doutor, tocou num ponto-chave: a empresa sobreviveu e foi crescendo à custa dos trabalhadores. Nada mais correto, 100 % de acordo consigo. Ao fim de 6 minutos, estamos de acordo em alguma coisa. Não se sentia mal por muitos dos seus trabalhadores, com um plano de reestruturação, terem de entregar casas ao banco? Tenho comprovativos disso, chamo-os aqui, se preciso for, entregarem casas ao banco, tirarem os filhos dos colégios onde estavam, terem dificuldade de meter comida na mesa e pagar à farmácia, quando a ata n.º 13, de que lhe

falei, de agosto de 2021, é substituída por uma nova ata no dia 27 de outubro — espante-se —, de 2021, três meses depois, em que o seu salário quadruplica! O Sr. Doutor passa de um salário anual de 84 000 € para 350 000 €. Isto são dados que vieram da TAP. Não se sente mal com isto?

Volto a perguntar: sabendo que há trabalhadores — o grande ativo da companhia, como o senhor disse, e bem — a passarem graves dificuldades e um CFO (chief financial officer) que não sabe o que a tesouraria faz, não sabe do despedimento de uma colega da administração, vê o seu salário quadruplicar ou quase quintuplicar? Não se sente mal com isto, Sr. Doutor?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Só queria esclarecer que, em agosto de 2021, eu não exercia funções executivas e recebia como vogal não executivo do Conselho de Administração. Quando assumi funções executivas a 15 de outubro, passei a ser remunerado como administrador executivo.

Num caso, passo obviamente o tempo na TAP com trabalho de *full-time*, ou seja, a tempo inteiro; como vogal, não. Recebia, como vogal, o que os outros vogais recebem, definido pela Comissão de Vencimentos. Recebo, como administrador executivo, o que os outros administradores executivos recebem e volto a esclarecer que aos montantes referidos ainda são aplicados, obviamente, os cortes como aos outros trabalhadores, aliás, de 30 %, creio eu.

Mas o meu ponto não é esse nem queria fazer uma qualificação sobre o montante, porque queria concordar consigo. Quero concordar consigo que o plano de reestruturação foi violento para muita gente. Olhe, foi violento para o contribuinte português e para o Estado português, que teve de fazer uma injeção de capital para suportar uma companhia tão crítica e estratégica para o País. Foi violento também, e acima de tudo, para os trabalhadores. Um corte salarial de 25 % ou, no caso dos pilotos, de 45 % durante tanto tempo, objetivamente, muda a vida das pessoas.

Foi o que foi negociado e acordado nos acordos de emergência para garantir a viabilidade da TAP. O sucesso dos números da TAP é a melhor forma de valorizar e dar mérito a todo este esforço. Percebo que isto é só um primeiro passo. Relembro que o ano de 2022 é o primeiro ano do plano de reestruturação, que foi aprovado a 21 de dezembro de 2021. No primeiro ano do plano de reestruturação, estamos a apresentar as melhores vendas de sempre, estamos a apresentar, em larga escala, a melhor margem operacional de sempre e estamos a apresentar já lucros, e lucros e importantes, no sentido em que, quando comparados na história da TAP, comparam muito bem.

Só que isto não é feito sem desafios e permita-me que esteja a alongar-me na resposta, mas queria lembrar-lhe algumas das coisas que aconteceram em 2022.

Começámos o ano com a Ómicron, ainda com a covid e com dezenas de cancelamentos de voos por dia em Lisboa por causa do vírus da covid que, entretanto, tinha acabado em parte ou grande parte dessa recuperação tinha começado já em setembro de 2021 e os números da TAP ressentiram-se com a abertura da covid, especialmente no Brasil.

Depois da covid e da Ómicron, houve uma aceleração da atividade. Lembro-me que as fronteiras começaram a abrir naturalmente e as restrições a abrandar no dia 14 de fevereiro. Sabe o que é que aconteceu no dia 24 de fevereiro? Uma guerra. Os preços do petróleo subiram mais de 100 %. A percentagem de custos que a TAP tem com *jet fuel*, com petróleo, é de 35 %. Agora imagine ou sente-se na minha posição, e veja 35 % de custos mais do que duplicarem.

Sabe o que é que aconteceu também no verão? A confusão nos aeroportos. Só na primeira semana de julho, a TAP cancelou mais de 500 voos.

Ainda tivemos o *upgrade* do Top Sky, que é uma mudança de sistema tecnológico na NAV Portugal. Tivemos o *upgrade* do Top Sky de Marselha, em dezembro, e ainda tivemos uma greve de tripulantes de cabine.

Com tudo isto, com menos capacidade, conseguimos apresentar os resultados que conseguimos apresentar. Em 2019, relembro que a TAP fez 3,3 mil milhões de euros de receita. Foi, na altura, um número recorde e uma excelente *performance*, provavelmente comentada por todos nós como um dos grandes resultados para a TAP. Tinha 105 aviões, operámos 3,5 mil milhões, quase, de receita, com 96 aviões, ora, isto deve-se ao esforço de todos, repito, todos, e especialmente dos trabalhadores.

O facto de termos bons resultados é uma boa notícia, não é uma má notícia. Bons resultados é uma boa notícia. Porquê? Porque estamos em condições, hoje, de poder renegociar os acordos de emergência e de, finalmente, fazer acordos de empresa que deem estabilidade e produtividade à TAP.

Agora, o que sabemos é que não podemos voltar à situação em que estávamos antes. A missão do plano de reestruturação e a missão que foi confiada à administração foi chegar a acordos de emergência, a acordos de trabalho definitivos, a novos acordos de trabalho que assegurem produtividade. Essa produtividade tem de ser conseguida, obviamente, através de mais rendimento e é esse rendimento que permite compensar o esforço que todos estes trabalhadores tiveram para chegarmos até hoje. O resultado é deles e, pelo facto de termos tido bons resultados, estamos hoje em condições de — esperamos —, com a nova liderança, chegar a novos acordos de empresa e à paz social, porque é disso que a TAP precisa. A TAP precisa de estar menos nas notícias e muito mais focada para resultados e para a sua missão que é, obviamente, orgulhar os portugueses com os bons resultados que temos.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Filipe Melo, dou-lhe a palavra, chamando só a atenção para o facto de que está prestes a chegar ao seu limite de tempo.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Doutor, não foi o vosso trabalho que resultou na recuperação da TAP, foram os 3,2 mil milhões dos portugueses. Não foi o vosso trabalho, repito, pelo contrário, o senhor e a restante administração deviam ter bem presente que são uma empresa pública, que o vosso trabalho devia ser em prol da República Portuguesa, enquanto for uma empresa pública. Porque é que o senhor assinou e porque é que o senhor concordou com um decreto que foi aprovado, posteriormente à solicitação da TAP, em que pedem alterações no regime do Estatuto de Gestor Público para as componentes remuneratórias da administração da companhia?

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Aqui se prova tudo o que eu disse. Vocês, administração, estão preocupados — desculpe-me a expressão —, com o vosso umbigo. Os trabalhadores valem zero!

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Sr. *Filipe Melo* (CH): — E sem eles, a companhia não cresceria, sem os trabalhadores e sem os 3,2 mil milhões dos contribuintes.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, já excedeu largamente o seu tempo.

Para responder, faça favor, Sr. Dr. Gonçalo Pires.

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Queria primeiro concordar que o esforço dos portugueses é fulcral para a situação da TAP hoje e, sobre as injeções de capital, mas gostava só de relembrar um ponto importante: hoje, a posição de liquidez da TAP é única. A TAP tem hoje quase mil milhões de euros em caixa e isto contribui para reduzir a sua posição de alavancagem líquida. O facto de a TAP ter vivido sempre com poucos recursos e muita dívida levou à situação a que chegámos em 2020. Uma crise levou ao colapso da empresa e à necessidade de injeções de capital.

Sobre o tema que refere do decreto-lei, existia um regime de exceção para os administradores dentro da TAP, SGPS, S.A. (Grupo TAP) e, com a alteração do grupo e a reorganização societária, a TAP, S.A. já não pertence ao mesmo grupo da TAP, SGPS.

Não havendo relação de grupo, o mesmo decreto foi aprovado para a TAP, S.A., nada mudou, nada se alterou, nada no meu vencimento mudou, de um momento para outro, antes do decreto-lei, é apenas o facto de não haver uma relação de grupo entre a TAP, S.A. e a TAP, SGPS.

Como lhe disse, só posso responder que, quando eu recebia os montantes que mencionou, era vogal não executivo e, quando assumi funções de administrador executivo, passei a ser remunerado como administrador executivo.

O Sr. **Presidente**: — Passamos, agora, ao próximo grupo parlamentar, ao Sr. Deputado Bernardo Blanco da Iniciativa Liberal, que tem 8 minutos para começar a inquirição.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sr. Presidente, Sr. CFO Gonçalo Pires, começo por cumprimentá-lo e dizer-lhe que percebemos, ontem, na audição à IGF, que o Governo tem uma intervenção, eu diria, constante em muitos assuntos da empresa: o acordo de Alexandra Reis quase negociado

com o Secretário do Estado Hugo Mendes e Pedro Nuno Santos é um exemplo disso.

E eu pergunto-lhe se tem recebido instruções vindas do Governo sobre a atividade do dia a dia da empresa e, o primeiro exemplo que lhe queria dar, porque há pouco não fiquei esclarecido, é se recebeu, ou não, instrução de alguém para apresentarem os resultados por comunicado e não numa conferência de imprensa, com o Sr. CFO e a Sr.^a CEO.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Dr. Gonçalo Pires.

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Obrigado pela sua pergunta.

Aproveito para esclarecer o Sr. Deputado sobre o que me perguntou. A opinião que expressei e que creio que é comum em grande parte do Conselho é que o momento *sui generis* que a TAP atravessa obrigava alguma discricção na apresentação de resultados.

Obviamente que tínhamos sempre de manter a nossa obrigação legal de comunicar com investidores, mas a discricção significa emitir um comunicado, aliás, prática que se fazia em períodos anteriores, na TAP. E foi só isto.

Na sequência disso mesmo, recebemos a confirmação, por escrito, de que poderíamos publicar resultados no dia 21 e que seria feita uma *conference call* aos investidores e uma publicação ao mercado.

O Sr. **Presidente**: — Para perguntar, tem a palavra o Sr. Deputado Bernardo Blanco.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Mas foi decisão vossa ou foi uma instrução do Ministério das Infraestruturas?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Foi opinião que eu pessoalmente expressei e que creio que era maioritária na Comissão Executiva e que, obviamente, foi, depois, refletida num *e-mail* confirmando precisamente essa instrução.

Não seria uma decisão minha, simplesmente, não o fazer, tinha que naturalmente, como fazemos sempre, coordenar este tipo de temas e foi, precisamente, a confirmação que recebi.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Então, esse *e-mail* foi da sua parte para o Ministério das Infraestruturas e não ao contrário, é isso?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Eu comuniquei a minha... Eu enviei um *e-mail* com a apresentação dos resultados, dias antes, pedindo, precisamente, instruções sobre a data e o conteúdo da apresentação.

Expressei, também, a minha opinião por telefone à tutela, nas Infraestruturas e nas Finanças e foi simplesmente essa a confirmação que foi recebida, não só sobre o conteúdo da apresentação, mas também sobre a data e a forma.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Passando para outro exemplo, gostava de saber se, durante a greve de janeiro dos tripulantes, o Ministério das Infraestruturas fez pressão sobre a TAP para, de alguma forma, tentar que a greve não acontecesse, tentando ser o Ministério a negociar em vez da TAP.

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Eu, pessoalmente, não estive envolvido, nesse caso, também na negociação com o sindicato sobre a greve.

Obviamente que estes temas são sempre coordenados pela tutela. Uma

greve na TAP tem impacto no País. Uma greve de tripulantes de cabine podia parar o País. Aliás, tivemos esse exemplo em dezembro, quando tivemos tempo para, com o pré-aviso de greve, cancelar, proactivamente, alguns dos voos, minimizando o impacto e as indemnizações que teríamos de pagar a passageiros.

O esforço foi sempre da TAP na tentativa de chegar a um acordo e, no caso da greve de janeiro, chegámos a um acordo que acho que convém a ambas as partes, para minimizar a greve, para minimizar o custo que teria para a TAP uma eventual greve e, acima de tudo, proteger a operação e proteger os passageiros.

Relembro que uma greve na TAP pode custar vários milhões por dia. E, obviamente, que todo o esforço que a Administração faça, não para negociar acordos ou protocolos antes das greves acontecerem, mas com tempo, com paz social, ter enquadramento e disponibilidades financeiras que os números de 2022 começam a provar, para negociar acordos de empresa que deem estabilidade, esse é o cenário ideal. E, obviamente, que tudo o que fazamos será sempre em consonância com o plano de reestruturação e, obviamente, em consonância com a tutela.

O Sr. **Presidente**: — Para continuar as suas perguntas, tem a palavra o Sr. Deputado Bernardo Blanco.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Pergunto-lhe então se o Ministério das Infraestruturas e a TAP ponderaram utilizar a figura da requisição civil para travar a greve dos tripulantes em janeiro.

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Não sei se ponderaram, não sei se foi discutido. É um tema que provavelmente foi posto em cima da mesa se não se chegasse a acordo, mas, felizmente, chegaram.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Registo essa resposta de que não tenha conhecimento disso e queria então falar um bocadinho daquilo que referiu há pouco, do sucesso dos números da TAP.

Queria também mencionar, em primeiro lugar, que esse sucesso, se é que existe, só existe porque receberam 3,2 mil milhões dos portugueses. Aliás, se não recebessem todos os anos essas injeções, provavelmente nem sequer havia TAP e o «sucesso», mais uma vez, mascarado, deste ano, para além da injeção do dinheiro dos portugueses e dos cortes salariais, já aqui referidos hoje, tem também as novas ajudas fiscais.

Gostaria, que nos pudesse explicar de uma forma simples — e até para as pessoas nos veem lá em casa perceberem — como é que funciona este novo regime dos prejuízos fiscais reportáveis que permitiu à TAP apresentar estes resultados.

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Agradeço a sua pergunta. Eu queria só fazer um esclarecimento sobre o tema da requisição civil: eu não tenho conhecimento se isso foi, de facto, discutido no Governo, mas foi necessariamente discutido entre nós, como uma possibilidade.

Como lhe disse, uma greve tem um grande impacto na TAP e, obviamente, que é possível que, estando a horas de acontecer uma greve, se estudem todas as possibilidades.

Sobre o tema dos cortes dos créditos fiscais, agradeço a sua pergunta porque já vi comentado e acho que importa esclarecer o seguinte: a Lei do Orçamento do Estado deste ano retira o limite temporal à possibilidade de reporte de ativos por impostos diferidos. O facto de retirar o limite temporal aos prejuízos fiscais reportáveis permitiu à TAP registar, hoje, um ativo por imposto diferido de 73 milhões de euros que contrabalança com um passivo por imposto diferido de 42 milhões de euros.

Este é o resultado do que aparece na demonstração de resultados, de um impacto positivo de prejuízos reportáveis e de crédito fiscal de imposto sobre o rendimento de 31 milhões de euros.

E porque é que isso acontece? Acontece porque, hoje, a TAP tem melhores resultados e tendo melhores resultados tem uma operação maior, ora, tendo uma operação maior, tem uma maior possibilidade de recuperar prejuízos fiscais, prejuízos antigos. Hoje temos melhores resultados e temos uma perspectiva de recuperar prejuízos fiscais e, sem esse limite temporal, tivemos a possibilidade de poder reportar 31 milhões de euros como imposto sobre o rendimento.

Queria também sublinhar que a alteração à lei que foi feita neste Orçamento do Estado alinha Portugal com grande parte dos países europeus. Se olharmos para as companhias nossas comparáveis, Alemanha, França ou Espanha, onde estão os grupos Iberia, Lufthansa, Air France, todos eles não têm limite temporal. É também de sublinhar que a TAP tem prejuízos fiscais acumulados ou prejuízos acumulados que lhes permitem fazer este tipo de recuperação de prejuízos fiscais e que o facto de, quanto melhores resultados tivermos, havendo ativo para poder reportar e passar por P&L (*profit and loss*), a TAP basicamente teve de registá-lo e teve esse impacto positivo.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Vou ter de voltar muito rapidamente atrás porque o que disse sobre a requisição civil intrigou-me: disse que afinal, a requisição civil tinha sido discutida, «entre nós». Gostava de saber se esse «nós» é «nós» na TAP ou «nós» e o Governo. «Nós», TAP e o Governo, quem é que é o «nós»?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Numa reunião preparatória com a tutela, a TAP pôs a possibilidade da requisição civil. Pôs a possibilidade e discutiu-a, para perceber quais eram as alternativas que teria a um possível acordo.

Obviamente, todos os esforços que se possam fazer são para chegar a um acordo. E, na altura, quando foi posta essa possibilidade foi mesmo posta como «e se isto fosse possível?»

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Tinha dito que não tinha sido discutido no Governo, mas a partir do momento em que apresentaram essa hipótese ao Governo, o Governo já sabe.

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Pois, eu não sei se foi discutido no Governo.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Vou voltar ao tema dos prejuízos fiscais — era aí que íamos — e gostava de lhe perguntar se tem noção, ou se tem aí, qual é que é o valor de ativos por impostos diferidos no final de 2022.

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — O total de ativos por impostos diferidos é de 440 milhões de euros.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Eu gostava de lhe perguntar se este valor ainda pode aumentar, ou por via de ajustes nos montantes de imparidades, ou por alterações dos pressupostos utilizados.

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Tendo sido levantado o limite temporal e a possibilidade de registar mais ativo por imposto diferido, se continuamos a apresentar resultados positivos, o ativo provavelmente não irá aumentar.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Gostava também de saber qual é o montante de prejuízos que, ao abrigo deste regime, pode ser deduzido nos próximos 10 anos.

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — É precisamente esse montante, ou seja, o que está registado como ativo de imposto diferido é o que pode ser reportado como ativo de imposto diferido, que é o montante que temos em balanço.

O Sr. **Presidente**: — Para perguntar, tem a palavra, Sr. Deputado.

Diálogo inaudível com a Deputada do BE Mariana Mortágua.

Os apartes são permitidos, mas o diálogo a três penso mesmo que não, a não ser quando é que com o Presidente.

Risos.

Pode continuar a inquirição, Sr. Deputado.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — O montante da estimativa, a meio do ano, de prejuízos fiscais era de 990 milhões, mas o que me está a dizer então é que o valor só podem ser esses 440 milhões, certo?

O montante de estimativa que eu tenho aqui, pelo menos, mas são os números de junho de 22, os do final do ano já devem ser diferentes, é de 990 milhões de prejuízos fiscais.

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — O montante que temos registado em balanço por ativo de imposto diferido é de 440 milhões.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — E, estando em curso um processo de privatização, podemos assumir que o privado que ficar com a TAP também terá direito a estes direitos e a estes apoios fiscais, certo?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Quem comprar as ações da TAP, se a consolidar, e se o for na maioria, ou na sua totalidade, tem, basicamente, o balanço da TAP como acionista maioritário.

Relembro é que sobre o valor da TAP, não é sobre o valor dos impostos por ativos diferidos. E, se me permite um minuto, gostava de lhe comentar que a importância dos bons resultados tem também a ver com o eventual processo de privatização.

Primeiro, gostava de dizer que a gestão não privatiza, é ao Governo que compete privatizar, é ao Governo que compete tomar a decisão, conduzir o processo e a empresa ajudará no que o Governo achar que deve ajudar.

À empresa compete gerir, e gerir o melhor possível e quanto melhor possível for a sua gestão, quanto melhor forem os seus resultados, maior será o valor da TAP. Quanto maior for o valor da TAP, maior é o valor que poderá ser devolvido aos portugueses pela venda das respetivas ações. O valor de uma companhia aérea — isto para responder ao tema dos impostos diferidos — deve ser dividido em três grupos: o seu valor intrínseco, que é basicamente o valor do seu negócio; o valor das suas sinergias, ou seja, o valor das sinergias que temos numa empresa, quando esta se junta com outra; e o valor defensivo, ou seja o facto de uma companhia comprar outra companhia.

O processo de privatização da TAP deverá ser bem conduzido, mas está assente e terá mais sucesso quanto melhores forem os resultados da TAP, porque aumenta o seu valor intrínseco.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Agora fiquei também intrigado com uma coisa: disse-me que, obviamente, é o Governo que é responsável pela privatização, mas a CEO e o CFO participam nas reuniões da operação da privatização, certo?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Sim. Acho que — acho, não —, num processo de privatização, existem reuniões com a Administração, precisamente para se perceber o negócio e os detalhes da empresa. O processo é, no entanto, conduzido pelo acionista, porque o acionista é o dono da empresa.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Certo. Voltando aonde estávamos, para além dos 440 milhões de impostos diferidos, queria também aqui fazer menção, já que falámos das injeções, e recapitular, tendo em conta as várias injeções que os portugueses já fizeram: em 2020, 1200 milhões; em maio de 2021, 462 milhões; em dezembro de 2021, 178 milhões; em dezembro de 2021 também, 354 milhões; em dezembro de 2022, 294 milhões; e esperamos, em 2023 e em 2024, em cada um deles, mais 343 milhões, por isso, quase 700 milhões. No total, são, sensivelmente, os cerca de 3200 milhões de que, publicamente, se fala muito.

Gostava de lhe perguntar, tendo em conta que vamos privatizar a empresa: porque é que vamos dar, nos próximos dois anos, se privatizarmos este ano, 700 milhões a uma empresa privada? Vamos ter uma empresa privada, mas, essencialmente, com capital público, tendo em conta o processo de nacionalização que o PS fez.

O que me parecia lógico, tendo em conta que os portugueses já enterraram lá tanto dinheiro, era tentar que não houvesse as próximas duas *tranches*.

Pergunto-lhe: porque é que essas duas *tranches* existirão? Porque é que vamos dar mais 700 milhões, tendo em conta que a empresa vai ser vendida?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Antes de ir à sua questão, gostava de

começar por responder, porque provavelmente há investidores que podem ter acesso a ou estar a ouvir esta Comissão de Inquérito, o seguinte: o aumento de capital de 2023 e de 2024 está subscrito e não executado, o que significa que é um compromisso que já está registado como capital nas contas da TAP. Pronto, isto só para dar esta nota.

Em segundo lugar, obviamente que não me compete, como gestão, tomar a decisão sobre a injeção de capital faseada ou numa só *tranche*.

A terceira nota que lhe quero dizer é sobre a estratégia financeira da empresa. Hoje, primeiro, quem fizer uma aquisição compra pelo *cash* e dívida líquida que a empresa tiver. Por isso, se tiver 100 de *cash* e aumentar mais 100, se estava disposto a dar 100 e entram mais 100 de *cash*, paga 200.

Terceiro ponto: a estratégia financeira da empresa, como já disse várias vezes a investidores, nas apresentações a investidores, nas apresentações a resultados e nas apresentações às equipas da TAP, é de desalavancagem, ou seja, é de redução de dívida.

Um dos problemas da TAP, durante muitos anos, foi a falta de recursos. Uma companhia aérea tem sempre — basta considerar as suas comparáveis — uma posição de liquidez que equivale entre 20 e 40 % das suas receitas, e é pela natureza do negócio e pela volatilidade no negócio e pela natureza da própria operação, pela possibilidade de haver greves e pela possibilidade de haver uma falha tecnológica ou um ciberataque. Por isso, o risco da empresa depende muito da sua solidez financeira e, obviamente, também da sua alavancagem.

A TAP tem uma alavancagem ... Ou seja, uma dívida líquida muito acima dos seus pares, e entrou na covid com uma dívida líquida muito acima dos seus pares. Essa é, em parte, não só a razão da sua fragilidade, como a razão da necessidade de um plano de reestruturação.

A posição de liquidez da TAP é, por isso, um ativo, desde que seja bem cuidado. O princípio ou o pressuposto de, como acho que disse,

«enterrar lá dinheiro» assume que o dinheiro que se põe se gasta.

Agora, vou lembrá-lo de que, no plano de reestruturação, os objetivos de liquidez na TAP estavam muito abaixo do que conseguimos e hoje não só conseguimos um bom resultado na demonstração de resultados, ou seja, um lucro, conseguimos ter uma posição líquida ajustada de liquidez de, basicamente, zero, o que significa que ninguém enterrou nada.

Este ano, em 2022, a TAP conseguiu, com a sua operação, não consumir *cash*, mesmo com o seu perfil de frota e mesmo com o combustível a ser gasto a mais de 400 milhões de euros, só este ano.

A posição de liquidez mais forte da empresa também nos permite ter melhores custos de financiamento e o facto de hoje a TAP ser menos competitiva, abaixo da linha de resultados operacionais, do que outras companhias aéreas não é só o facto de ter mais dívida, é de essa dívida ser mais cara.

A estratégia financeira da empresa, a estratégia que lhe dá uma sustentabilidade, uma viabilidade a prazo, passa por reduzir a dívida da TAP. Essa é a estratégia financeira da empresa, que, com as projeções que temos e o plano que temos, será conseguida nos próximos anos.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Tenho muitas perguntas sobre a dívida e a liquidez — já vi que o tema interessa —, mas vou deixá-las para a segunda ronda. Lá voltaremos.

Queria perguntar-lhe, ainda na sequência do que estávamos a falar, o seguinte: no acordo de financiamento de 2020, previa-se que a TAP ia devolver dinheiro aos contribuintes e eu gostaria de perguntar porque é que a situação depois se alterou.

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Quanto ao empréstimo do Estado de junho de 2020, de 1200 milhões, estava registada no plano de reestruturação,

assim que aprovado, como foi o caso no dia 21 de dezembro de 2021, a sua conversão em capital. Foi isso que aconteceu, tal como referiu há pouco.

A injeção da conversão de dívida em capital, em *equity* da empresa, foi também fundamental para a situação em que estamos hoje, de maior solidez financeira e de melhores resultados operacionais.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Tendo em conta isso, relembro que, já no fim de dezembro de 2020, o Ministro Pedro Nuno Santos disse — e passo a citar — que «em 2025, a TAP já estará em condições de devolver algum do dinheiro aos portugueses».

Gostaria de lhe perguntar, tendo em conta essa informação, se o Sr. Ministro mentiu.

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Gostava de lhe lembrar — e correndo o risco de ser populista ou de repetir discursos — que a TAP e a existência da TAP, mesmo antes de qualquer eventual privatização que devolva, pela venda das ações, dinheiro aos portugueses, contribui para o País todos os dias.

A TAP contribui para o País com os mais de 8000 trabalhadores, que recebem, todos os dias, salários. A TAP contribui para o País com mais de mil milhões de euros de compras a empresas portuguesas, que faz todos os anos. A TAP também contribui para o País porque 80 % das suas receitas são exportações.

A possibilidade de a TAP conseguir conectar Portugal ao mundo e as empresas portuguesas ao mundo, sem termos de nos deslocar a Madrid, tem um valor económico que, para as empresas portuguesas e para os portugueses, também imagino que seja calculável e que, se se estimar, vai andar na zona dos vários mil milhões.

Por isso, o ponto é: os resultados positivos da TAP e a lógica do valor

da TAP, numa eventual privatização, serão a forma de, eventualmente, se for essa a decisão do Governo português, devolver parte do valor investido, acrescendo o facto de a TAP continuar a existir.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Até lhe ia dar os parabéns, porque tinha sido a primeira pessoa que ouvi publicamente a dizer a verdade aos portugueses, quando disse que a TAP não ia devolver dinheiro nenhum aos portugueses, contrariando aquilo que o Ministro Pedro Nuno Santos tinha dito, mas agora aqui a falar fez-me, realmente, lembrar o Ministro Pedro Nuno Santos, e até estranho que agora esteja a mudar a sua posição de que, primeiro, a TAP não ia devolver nada e, agora, pelos vistos, já há potencial — Deus queira que assim aconteça — de devolver.

Então, resumindo estes seis minutos, os portugueses já puseram cerca de 2,5 mil milhões na TAP. Temos, então, as duas *tranches* que, pelos vistos, vão mesmo acontecer, embora ainda não estejam executadas, de 700 milhões e temos também o regime dos prejuízos fiscais de 450 milhões de euros.

Queria perguntar-lhe: se não conseguirem vender a TAP por, sensivelmente, 3,5 mil milhões de euros ou 4 mil milhões de euros, o Estado vai perder dinheiro, isto é, os portugueses vão estar a pagar para vender a TAP?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Não sei qual é o valor de venda, por isso, não vou fazer especulações. Nem sei se vai acontecer uma venda, não é? É uma decisão do acionista.

O que é que sabemos, como gestão? É que o valor de venda será tanto maior quanto melhor será a *performance* de todas as equipas da TAP. E, como lhe disse, estamos muito acima do esperado. Por isso, a perspectiva de devolução do dinheiro por uma eventual privatização é, hoje, melhor do que era antes.

Sobre o facto de a TAP devolver ou não dinheiro aos portugueses em 2025 e as declarações do Ministro Pedro Nuno Santos, não tenho nenhuma declaração sobre isso. Ou seja, obviamente que sim, devolve, se continuar a apresentar bons resultados, sem dúvida, se ainda for do Estado em 2025.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Queria também perguntar-lhe sobre outra forma de os portugueses darem dinheiro à TAP, que é voos cancelados, e depois a TAP não reembolsa logo ou dá *vouchers* e estes não são utilizados.

Gostaria de lhe perguntar se sabe qual é o valor dos documentos pendentes de voo.

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Acho que confundiu aí dois temas. O passivo por documentos pendentes de voo são, basicamente, voos que estão comprados e não voados. Pronto!

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Era a segunda pergunta.

Risos.

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Quanto maior for esse número, melhor, no sentido em que, se hoje comprar uma viagem para janeiro de 2024, vai aparecer como passivo nas contas de 2023 e esse montante, no final do ano de 2022, deverá ser de cerca de 750 milhões de euros. Poderei dar-lhe o valor.

Sobre os *claims*, sobre todas as reclamações que ainda temos pendentes, devo reconhecer que uma das prioridades da TAP tem sido corrigir uma situação que é verdade para outras companhias aéreas, mas que também é verdade para nós, que tem sido o *backlog*, ou seja, a quantidade de compensações por viagens não realizadas.

A política da TAP, no início do plano de reestruturação e no início da

recuperação, ou seja, quando começou a haver voos, foi sempre, por uma preocupação financeira, converter parte desses bilhetes em *vouchers*, *vouchers* esses que são convertidos em viagens futuras.

Grande parte desse trabalho foi feito no ano de 2022. No entanto, continuamos a ter problemas na operação. Relembro que, no início deste ano, estamos a ser afetados por dois grandes grupos de razões: primeiro, problemas de manutenção, ou seja, AOG (aircrafts on the ground), aviões que temos no chão por mais dias que o esperado, o que reduz a disponibilidade da nossa frota e nos obriga a cancelar, pontualmente, alguns voos, mas também problemas de greves noutros países, especialmente em França e na Alemanha, que, cancelando a disponibilidade de aeroportos, nos obrigam também a cancelar voos em Lisboa.

Por isso, entre janeiro e fevereiro, temos obviamente valores que estamos a corrigir. O que podemos dizer é que as equipas trabalham, todos os dias, para resolver mais problemas que chegam, e esse é um processo que também envolve desenvolvimentos tecnológicos, que não se fazem de um dia para o outro, mas que a TAP está focada e a resolver.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — A pergunta que tinha aqui era exatamente essa: era se estes documentos pendentes de voo serão apenas voos ainda não voados, como disse, ou se também incluem reembolsos não pagos de voos cancelados.

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Se é um bilhete comprado e não voado, está como um documento pendente de voo. Se há um *claim*, ou seja, se é uma indemnização por uma compensação de um voo cancelado ou por um atraso de mais de 3 horas que a TAP ainda não pagou, não está nessa rubrica.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Bernardo Blanco, tem a palavra.

Alerto-o só porque o seu tempo está próximo do limite. Só para saber isso.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Muito obrigado. No seguimento dessa explicação, que lhe agradeço, sabe dizer-me qual é o valor de *vouchers* não utilizados no último ano?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Não lhe sei dizer esse número, mas posso fornecê-lo mais tarde.

O Sr. **Presidente**: — Com certeza. Poderá enviar esse elemento para a Comissão Parlamentar de Inquérito.

Faça o favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Agradeço, então, esse envio, porque me parece que, se for um número alto, com valor significativo para as contas, pode também ser uma forma de ajudar aqui.

Em último lugar, sobre os contratos. Foi noticiado que a TAP, quando o Estado passou a deter 72,5 % do capital, passou a estar obrigada a submeter os contratos de serviço superiores a 5 milhões ao Tribunal de Contas e, segundo o Tribunal de Contas, ainda não o fez.

Gostaria de saber porquê e se também tem noção que, nos termos da lei, não submeter esses contratos é suscetível de gerar responsabilidade financeira.

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Agradeço a sua pergunta, e dá-me oportunidade de esclarecer o seguinte: o plano de reestruturação, como disse, foi violento para as equipas da TAP e para a TAP em várias dimensões.

Tivemos muitas saídas. Muitas delas foram, obviamente, anteriores a mim. Essas saídas, muitas delas também em funções de responsabilidade, afetaram a memória e os procedimentos de algumas equipas.

Relembro também que a TAP, entre 2015 e 2020, foi uma empresa privada e por isso não estava sujeita às regras do Tribunal de Contas.

Esta Administração tem-se focado em muitas áreas, depois de um longo período de paragem e depois da saída de centenas de pessoas: não só em cumprir o plano, não só em reforçar os números pelo crescimento da sua atividade, mas também em corrigir e implementar procedimentos sólidos.

No primeiro trimestre deste ano, a TAP já submeteu — e digo-lhe isto porque é o trabalho que todos estamos a fazer neste momento — 24 contratos para visto prévio no Tribunal de Contas, 22 referentes à TAP e 2 referentes à PGA (Portugalia Airlines).

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado pelas respostas e obrigado Sr. Deputado.

Passamos agora ao próximo Sr. Deputado. Pelo Grupo Parlamentar do PCP...

Sr. Deputado Carlos Pereira, pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa sobre o andamento dos trabalhos.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Interpelo a Mesa por causa desta última inquirição que foi feita pelo Deputado da Iniciativa Liberal. Do meu ponto de vista e na análise que fazemos no Grupo Parlamentar do PS, diria que há um afastamento grande do objeto da Comissão Parlamentar de Inquérito.

E acho que é preciso mesmo um cuidado grande nesta...

Risos do Deputado da IL Bernardo Blanco.

Não sei porque é que se está a rir, Sr. Deputado. Estou a dizer-lhe que há um afastamento grande e acho que é mesmo preciso que a Comissão Parlamentar de Inquérito tenha atenção quanto ao objeto, por um lado, e aos objetivos desta Comissão Parlamentar de Inquérito por outro.

Podemos, naturalmente, falar sobre a vida da TAP, até desde o seu aparecimento, não é? Temos muita coisa para dizer e muita discussão podemos fazer.

Agora, quanto aos objetivos da Comissão Parlamentar de Inquérito, que todos nós partilhamos, acho sinceramente que é preciso ter cuidado, que é preciso ter atenção para podermos ser eficazes e tirar conclusões que sejam, obviamente, úteis. Esta também foi uma das razões pelas quais constituímos esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Portanto, não podia deixar de dizer isto. E di-lo-ei sempre que achar que as intervenções tiverem características que extravasem o âmbito.

Não o fiz durante a sua intervenção, mas vou passar a fazê-lo quando isso acontecer.

O Sr. Presidente: — Obrigado, Sr. Deputado.

Queria só dizer que a interpretação que, neste caso, eu fiz, tem a ver com o ponto com que iniciámos os nossos trabalhos. Acho que quando fala na qualidade da informação prestada ao acionista e o envolvimento dos decisores públicos na tomada de decisão, se relaciona com a resolução. Por essa via, achei que estaríamos a fazer isso, mas, de qualquer forma, penso que todos nós poderemos fazer um trabalho no sentido de aprimorarmos efetivamente o objetivo.

De qualquer forma, Sr. Deputado Bernardo Blanco, tem a palavra.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sr. Presidente, agradeço.

Para além de concordar, quero só dar a nota que na resolução que constitui esta Comissão de Inquérito também se fala, por exemplo, no período de 2020 e a 2022. Contudo vi o Grupo Parlamentar do Partido Socialista a pedir documentação de 2015, 2016 e por aí.

Por isso, se é para sermos assim tão restritos — e vi que o Sr. Presidente não é e agradeço-lhe por isso—, se quiséssemos que assim fosse, só analisávamos aquele período de dois ou três anos, o que não é o caso e ainda bem.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Carlos Pereira, faça o favor.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Sr. Deputado, vou explicar porque é que pedimos essa informação.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Temos mais que fazer! Peço desculpa, mas assim quem vai embora sou eu.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Peço desculpa, Sr. Deputado, mas tenho o direito de falar. Foi o Sr. Presidente que me deu a palavra e peço que faça o obséquio de respeitar. Do ponto de vista parlamentar, parece-me importante.

Quero apenas dizer ao Sr. Deputado da Iniciativa Liberal que a documentação que solicitámos tem a ver com o facto de acharmos que algumas das operações que precisamos de analisar têm impacto no período que diz respeito a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Deputado.

Pedia então que voltássemos ao ponto, com a concordância de todos.

Sr. Deputado Bruno Dias, tem a palavra para reiniciar a inquirição, faça o favor.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Obrigado, Sr. Presidente.

Não vou entrar neste debate que agora assomou, porque, como sabem VV. Ex.^{as}, eu teria muito para dizer sobre essa questão do âmbito da Comissão de Inquérito e também sobre a abordagem que está a ser feita na Assembleia da República sobre a TAP e a gestão privada e a gestão pública.

Pedia só ao Sr. Presidente que carregasse aí no *reset* para que o tempo comece a contar agora que vou começar. Obrigado.

Quero começar por cumprimentar o Dr. Gonçalo Pires e agradecer as informações que transmite à Comissão Parlamentar de Inquérito.

Dr. Gonçalo Pires, o Ministro João Galamba afirmou aqui, nesta Casa, que os administradores da TAP e das empresas do setor empresarial público em geral não eram os «bufos do Governo», que não eram os «bufos» dos outros administradores.

Entretanto, a lei estabelece claramente que a Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) deve estar representada no órgão de administração das empresas públicas. É o artigo 32.º do Regime Jurídico do Sector Público Empresarial que diz explicitamente que a DGTF deve estar representada no órgão de administração das empresas públicas. E eu queria perguntar-lhe quem são esses representantes.

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — No Conselho de Administração o acionista é único e todos os representantes do Conselho de Administração são nomeados pelo Estado.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Pedia que não contassem o meu tempo, porque acho que alguma coisa escapou.

Vou repetir a pergunta.

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Com certeza, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — A lei estabelece que a DGTF deve estar representada no órgão de administração da empresa. Eu pergunto-lhe quem é o representante da DGTF.

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — No *Supervisory Board*, temos um membro da DGTF para o Conselho Fiscal.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, corremos o risco de ter os mesmos 54 segundos durante um grande bocado, porque vou continuar a repetir a pergunta as vezes que forem precisas.

Agora, o Dr. Gonçalo Pires pode ajudar-nos a sairmos deste impasse.

Vou dizer outra vez: a DGTF deve estar representada no órgão de administração — no Conselho de Administração — das empresas públicas. É o artigo 32.º do regime jurídico.

Pergunto: no Conselho de Administração, quem eram, quem são, os representantes da DGTF?

O Sr. **Presidente**: — Está feita a pergunta e o cronómetro a seguir vai contar.

Faça o favor, Sr. Dr. Gonçalo Pires.

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — No meu conhecimento, todos os administradores são nomeados pelo Estado. No meu caso, sou cooptado entre o Ministro das Infraestruturas e o Ministério das Finanças.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Quem é que reporta à DGTF sobre as informações que têm a ver com o funcionamento da empresa e o funcionamento do órgão de administração em representação da DGTF? É toda a gente e ninguém em particular? Toda a gente liga para a DGTF de vez em quando? O senhor liga e os outros também? Como é que isso funciona? Ajude-nos lá a compreender, se faz o favor.

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Eu, como Administrador Financeiro, tenho obrigações de reporte à tutela financeira e, obviamente, à DGTF.

Tal como disse — e como, aliás, referi no relatório da IGF — as minhas obrigações em matérias financeiras são precisamente trabalhar com a tutela financeira, obviamente com a DGTF, que é o acionista da TAP, SA.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Como é que essa relação de informação e de reporte é feita? É formal, é informal? Há reuniões, quando o Ministério o chama? Como é que funciona esse reporte?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Há vários níveis de reporte: há os regulares e há, obviamente, os extraordinários, na medida em que dependem dos temas que se tratam no momento. Muitas vezes, sou eu ou a própria DGTF a solicitar informações.

Sobre os regulares: todos os meses, a TAP e a minha equipa financeira enviam um mapa de *performance* operacional. Todos os trimestres, enviam um mapa de reporte de tesouraria, ou seja, do *cash flow*. Todos os seis meses, à tutela financeira, ao Ministério das Finanças e à DGTF, produzimos um

relatório para a Comissão Europeia que é, obviamente, visto e preparado pelo Governo para reportar à Comissão Europeia quanto ao andamento e execução do plano de reestruturação.

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Sobre temas como a reorganização societária são tidas várias reuniões para trabalhar nas operações que são necessárias para dar cumprimento ao plano de reestruturação, não só com a DGTF como com a tutela financeira, com assessores ou até com órgãos de Estado, como a UTAM (Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial).

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Ouvimos ontem a IGF, o Inspetor-Geral de Finanças, afirmar que a TAP estava, desde 2 de outubro de 2020, abrangida pelo Regime Jurídico do Sector Público Empresarial, excluindo os normativos excecionados no Decreto-Lei n.º 39-B/2020, de 16 de julho. O artigo 26.º não era um desses. Portanto, o artigo 26.º do Regime Jurídico do Sector Público Empresarial determina o controlo a ser exercido pelo Tribunal de Contas e pela Inspeção-Geral de Finanças.

Queria voltar a esse tema, digamos, do controlo pelo Tribunal de Contas e pela IGF, e perguntar se, nos termos da lei, essa intervenção tem sido desenvolvida e de que forma e em que termos.

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Obviamente, a resposta que dei ao tema do Tribunal de Contas é muito cara a todos nós, na TAP. É um tema que estamos a envidar todos os esforços para cumprir. Relembro que, como disse, há um passado, há uma história recente na TAP: há a saída de muita gente, há uma memória e procedimentos que se perderam. Esta Administração está focada, precisamente, em repor memória e procedimentos, para os melhorar e torná-los mais eficientes.

Quero relembrar também o facto de a TAP ter sido privada entre 2015 e 2020. Hoje, há poucas pessoas anteriores a 2015 que trabalham na TAP. Mas, como lhe disse, estamos a regularizar a situação. Já foram enviados 24 contratos para visto prévio e, obviamente, sempre cumprimos a obrigação de reporte das contas. Temos este trabalho sobre o tema do visto prévio que estamos a cumprir e que continuaremos a cumprir.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Ouvimos também ontem a IGF falar sobre esta matéria do Estatuto do Gestor Público, no que diz respeito aos normativos que determina e também aqueles que estavam excluídos pelo decreto-lei que mencionei, a questão dos contratos de gestão. Nesse aspeto, o que ontem foi possível afirmar — assim tivemos essa referência —, é que não foram assinados os contratos de gestão previstos expressamente na lei. Pergunto-lhe se confirma isto e que explicação tem a dar sobre essa matéria.

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Sim, confirmo. Não assinei um contrato de gestão ainda. Sei que estão a ser feitos todos os esforços para preparar esse contrato de gestão, para enquadrar os objetivos que serão incorporados nesse contrato, e espero, que esse processo se conclua, tão rápido quanto possível, para podermos, precisamente, ter o contrato de gestão devidamente assinado.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Peço desculpa, não percebi qual foi o motivo pelo qual, até agora não foi aplicado.

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — A única informação que tenho é que o Presidente do Conselho de Administração tem feitos esforços, junto da tutela, para preparar precisamente esses contratos. Sei que foi discutida uma proposta de objetivos, internamente, e é isso que se está a ser trabalhado e é

um tema que está a ser liderado, como deve imaginar, pelo Presidente do Conselho de Administração.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Mesmo há pouco, quando mencionou o tema do Tribunal de Contas e as dificuldades resultantes da falta de pessoas e até de memória de processos, como disse, — e disse que saiu muita gente, que saiu gente a mais — queria pedir-lhe que explicasse um pouco melhor essa questão de ter saído gente a mais, porque não percebi.

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — O plano de reestruturação, como lhe disse, envolveu um grande esforço. Primeiro, aos portugueses e ao Estado português, pela dimensão da injeção de capital, no sentido de aprovar uma ajuda do Estado da dimensão que foi feita na TAP.

A Comissão Europeia, obviamente, pediu ao Governo português para preparar um plano de reestruturação, que tinha de provar a viabilidade da empresa. E isso significa que a Comissão Europeia queria ter a segurança, não só que o dinheiro que seria injetado na empresa, seria bem utilizado, no sentido de que seria para uma empresa viável, mas também que não seria preciso injetar mais liquidez, mais capital, num futuro próximo.

Relembro que, dentro das regras do plano de reestruturação, o Estado português está proibido de injetar liquidez adicional na empresa, até 2034. A contrapartida de provar a viabilidade da empresa, e obviamente que estamos a falar entre o período de final de 2020 e durante o início do ano de 2021, faz-se precisamente num cenário em que a atividade da TAP é especialmente reduzida.

E porque a dimensão da TAP é muito reduzida, tem também de se reduzir a dimensão. E isto passa, também, pela entrega de alguns aviões e pela redução do pessoal e todos os custos que, obviamente, oneram a empresa.

A recuperação da atividade foi, no entanto, mais rápida do que o previsto. Saiu muita gente? Sim. Estamos a contratar, hoje, mais gente? Sim. Porquê? Porque a atividade recuperou.

Entre as equipas não operacionais, o facto de haver um fluxo de gente muito importante, obriga, também, no período de recuperação e mesmo durante a vigência do início da implementação do plano de reestruturação, a substituir algumas pessoas críticas, e essa substituição também não se faz no momento.

Na TAP, eu não estava na altura, foram oferecidas soluções para a saída de pessoal e, voluntariamente, muitas pessoas saíram e algumas delas não saíram porque já não gostavam da empresa, mas porque tiveram outras possibilidades, porque viram melhores perspetivas noutra lado.

Obviamente que saíram, também, algumas pessoas de muito valor e que a TAP perdeu. A recuperação da atividade da TAP também se faz neste contexto. Quando refiro que saiu muita gente, é objetivo, saíram centenas de pessoas. Obviamente, muitas saíram porque o número foi grande. Estamos a contratar hoje porque a atividade está a recuperar, e estamos a recrutar especialmente focados nas áreas operacionais.

Porque voamos mais, precisamos de mais tripulantes de cabine, porque temos uma frota maior, e porque temos uma rotação maior, também contratamos e precisamos de mais engenheiros e técnicos de manutenção.

Não sei se respondi à sua pergunta.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sim, e eu acho que ainda voltaremos a esse tema, de certeza, mesmo nesta reunião. Porque à medida que vou ouvindo essas questões sobre a recuperação e as expectativas iniciais, cada vez fico mesmo com a perceção que eram os trabalhadores da TAP e o PCP, os únicos neste mundo, que diziam que aquelas previsões foram feitas para

serem desmentidas pela realidade, e assim aconteceu. Mas já lá iremos, temos mais rondas para voltar a isto.

Aquilo que o Sr. Dr. **Gonçalo Pires** me explicou há pouco, relativamente ao contrato de gestão, que ainda vai ser tratado, o senhor foi designado gestor público, membro do Conselho de Administração, em que momento? Recorde-nos.

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Em junho de 2021, como vogal não executivo.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — O n.º 2 do artigo 18.º do Estatuto do Gestor Público diz assim: «O contrato de gestão é celebrado no prazo de três meses contado a partir da data da designação do gestor público entre este, os titulares da função acionista e o membro do Governo responsável pelo respetivo sector de atividade, sendo nulo o respetivo ato de nomeação quando ultrapassado aquele prazo».

Três meses depois da sua nomeação, não havendo contrato de gestão, a sua nomeação como administrador é nula, pela lei. Como é que se resolve este problema?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Como lhe disse, estão a ser envidados todos os esforços para assinar o contrato de gestor público assim que possível. O esforço está a ser coordenado pelo Presidente do Conselho de Administração, ou pelo menos estava. Acho que o tema tem a maior urgência, concordo consigo, não só para o Estado, mas como para os respetivos administradores, e espero que, assim que esteja concluído, o documento seja assinado.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Dr. Gonçalo Pires, o tema tinha a maior urgência há dois anos, agora o quadro é outro, já não estamos perante um tema urgente, estamos perante um problema. Um problema por lei, em que a sua nomeação é nula e já é nula há algum tempo. Esta questão tem sido abordada à luz desta realidade, ou não?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Se pergunta se o tema me preocupa, claro.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Não foi isso que perguntei.

Não tenho dúvidas que o preocupa. A pergunta que fiz foi se este tema tem sido abordado na administração da empresa, à luz desta realidade, do n.º 2 do artigo 18.º do Estatuto do Gestor Público.

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Não tem sido discutido o facto de a nossa nomeação ser, eventualmente, nula. Há uma falta de sentido prático no facto de a possibilidade de toda a administração estar admitida pela... Sabemos, também, que estão a ser envidados esforços pelo Presidente do Conselho de Administração, pelo Conselho de Administração, por todos nós, e sabemos que também a tutela está a trabalhar no tema e que, seguramente, o tema será tratado e os contratos assinados, o quanto antes e muito brevemente.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Queria, ainda assim, nesta ronda, voltar à questão dos trabalhadores e da situação da companhia. O Sr. Dr. Gonçalo Pires disse há pouco que a TAP é menos competitiva do que as suas congéneres e adiantou, desde logo, motivos até financeiros, pela dívida, que tal como referiu nos seus montantes e nas condições mais desfavoráveis para a companhia.

Gostava de lhe perguntar qual foi o impacto, na dívida da TAP, do negócio respeitante à frota com os 53 aviões da Airbus que na gestão privada se desenrolou.

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Muito obrigado. Esse é, de facto, um tema importante e eu percebo o tema quando o ligo aos trabalhadores. Isto são declarações minhas na apresentação de resultados, às equipas e aos investidores, porque está expresso nos números, e foi das primeiras coisas — quando assumi as minhas funções executivas, e logo depois de as assumir, na preparação da fase final da aprovação do plano de reestruturação — que me pareceu evidente: a dívida numa companhia aérea está, essencialmente, relacionada com os aviões, são caros.

Quando olhamos para a demonstração de resultados da TAP, percebemos que, em percentagem das nossas receitas, a TAP é, de longe, a que tem um peso superior em percentagem das receitas, são 14,6 % a níveis de 2022. Este custo não compara bem com outras companhias aéreas.

O dever fiduciário da administração da TAP é trabalhar para a sua sustentabilidade e olhar para todas as rubricas de custos e perceber o que se pode fazer para minimizar.

O esforço de implementar, executar e cumprir o plano de reestruturação envolve muita coisa, como deve imaginar. Como dizia, a área comercial é fundamental para que a TAP seja viável e os resultados que conseguimos provam, não só da competência das equipas de gestão de receita como comerciais. Mas, também, é importante perceber que algumas linhas de custo precisam, e seriam melhores, de ser reduzidas.

Um dos esforços que fizemos, e começou antes de mim, na equipa de compras e negociação, foi a negociação de contratos. A TAP já negociou quase 3000 contratos, desde o início da implementação do plano, para

poupanças de 150 milhões de euros. E conseguiu fazê-lo mesmo no início da fase de inflação.

E o princípio que se aplica aos pequenos e grandes fornecedores é sempre o mesmo. Foi pedido um grande esforço aos portugueses, mas foi, acima de tudo, pedido um grande esforço aos trabalhadores. Quem trabalha com a TAP também tem de perceber que tem de fazer um esforço.

As equipas são incansáveis na negociação, e gostava aqui — e porque esta audição é pública — de dar os parabéns a todas as equipas, mas em especial à equipa de compras da TAP, que tem feito este trabalho fantástico, e a algumas pessoas que, entretanto, saíram da TAP, e que lá estiveram todos estes anos, e às quais agradeço.

Só que existem outras linhas de custos que são grandes rubricas, como o são os aviões e os custos relacionados com eles, como sejam os motores. A TAP, no início de janeiro, falou com a Airbus e disse-lhe precisamente isto, que o custo dos nossos aviões é muito alto e que temos um compromisso, para a compra de aviões, em número superior ao que desejamos para o necessário plano de desalavancagem ou de redução de dívida da empresa.

Quero lembrar aqui que a Airbus é um parceiro estratégico para a TAP, toda a frota da TAP é Airbus. Na PGA, voamos com Embraer, a TAP voa com Airbus. E é um parceiro estratégico do qual depende todos os dias, por componentes, por trabalhos de manutenção, por *performance*. A conversa com a Airbus tem sido feita como «hoje há uma boa notícia, a TAP sobreviveu, mas há uma má notícia, é que temos um plano de reestruturação e temos de o cumprir.» Não é, obviamente, fácil negociar com a Airbus, especialmente, porque respeitamos todos os contratos assinados.

Mas, para perceber o custo dos nossos aviões, a TAP decidiu fazer um estudo financeiro, operacional e jurídico, à compra dos aviões e, em especial, ao *purchase agreement* de 2015.

Esse estudo foi concluído, com a ajuda de advogados ingleses, portugueses — porque os contratos estão sob a lei inglesa — e com assessores independentes que avaliam o valor dos aviões, na altura e agora, e foi entregue à tutela. As responsabilidades da TAP sobre esse estudo acabam aí.

Qual é a responsabilidade da TAP? É conseguir, através da Airbus, dos parceiros que temos como fabricantes, como seja a Rolls-Royce ou outros, ou junto dos nossos *lessors*, que são os financiadores de aviões, trabalhar todos os dias para dizer duas coisas: a TAP vai crescer um dia e será sempre um parceiro privilegiado, mas precisamos de condições melhores para assegurar também que estamos cá no futuro e que estamos cá ainda mais solventes.

Sobre os *lessors* e as condições de financiamento, é importante referir que não é fácil — diria mesmo quase impossível — alterar um contrato de financiamento. E incorporada no custo da nossa frota e dos nossos aviões está uma grande componente da dívida do financiamento desses mesmos aviões. E se depois do *purchase agreement* de 2015, primeiro a frota aumentou muito rápido — como se viu a TAP, e a dimensão da TAP, aumentou muito rápido entre 2015 e 2019 — e essa alavancagem, ou seja, a dívida associada à compra de aviões, também foi muito rápida. E porque a situação financeira e de aviões da TAP não era como é hoje, obviamente que os custos financeiros não foram tão bons como poderiam ser. Mas esta é a realidade com que nos deparamos hoje.

Como é que resolvemos? Com mais atividade, com mais rentabilidade, com uma melhor situação financeira e com desalavancagem. Mas temos de fazer isto sempre e a cada momento. Posso-lhe dizer que estamos em negociações, não especificamente com a Airbus mas com outros, em que vamos conseguir poupanças importantes. Não é só nos pequenos ou médios contratos que a TAP vai conseguir poupanças, vamos conseguir

poupanças também com fabricantes. E tudo isto para assegurar a viabilidade da empresa. Sei que já estou a falar há muito tempo, peço imensa desculpa, mas queria só dizer que, obviamente, não é tudo mau.

O facto de a frota ter aumentado muito e muito rápido, deu hoje uma dimensão à TAP que a TAP não tinha. E dimensão numa companhia aérea e neste negócio é uma melhor probabilidade de resultados, porque estes são negócios de escala; quanto mais aviões tivermos, melhor a hipótese de sermos lucrativos.

Obviamente que companhias como a Lufthansa e Air France têm, pela sua dimensão, maior probabilidade de serem sustentáveis a prazo, precisamente porque conseguem, com mais capacidade, diluir menos custos fixos.

Mas também há um outro aspeto: é que grande parte dessa frota — porque cresceu muito e muito rápido — é nova. A TAP tem das frotas mais novas da Europa e isto é um dos grandes ativos da TAP.

Obviamente foram caros, como estivemos a discutir, mas têm uma grande vantagem, porque, primeiro, são novos, é uma outra experiência para o cliente — e os passageiros da TAP, de certeza, sentem — e também consomem menos combustível. E num cenário em que o combustível dispara e sobe para níveis tão altos, isto dá uma importante vantagem na margem operacional à empresa.

Sem querer ser muito técnico, se olharem para a margem EBITDA (Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization), ou seja, antes de pagamento da frota — é de receitas, menos custos com o pessoal, menos os custos de fornecimento de serviços externos, menos os custos de combustível e outros — essa margem EBITDA é maior — e muito maior — do que os nossos comparáveis, obviamente porque temos um modelo de negócio assente em mercados em que temos uma grande posição de mercado.

O nosso RASK (Revenue Available per Seat-Kilometer) subiu mais do que os outros. O nosso CASK (Cost per Available Seat-Kilometer), custo por assento disponível por quilómetro, não subiu tanto como os outros. RASK é a receita unitária por assento e o CASK é o custo por assento disponível por quilómetro. Ou seja, a receita unitária e o custo unitário tiveram uma melhor performance que os outros, e isto sem combustível. Mas também temos a vantagem, obviamente, por termos uma frota nova, de termos uma frota mais eficiente e que gasta menos combustível. Ou seja, não é só negativo, mas isto não nos retira esta desvantagem estrutural: a frota da TAP é mais cara que a dos outros.

Peço desculpa por ter sido tão longo.

O Sr. **Presidente**: — De maneira nenhuma. Faça favor.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — A realidade que encontramos hoje é esta, é a realidade de uma frota mais cara que a dos outros, e que foi causada pelas opções da gestão privada, com uma fatura que ficou para depois alguém pagar; esse alguém somos nós.

E agora temos de resolver esse problema — foram as palavras que usou. Ora, também acabou de dizer: «Respeitamos todos os contratos assinados.» Isso é verdade em praticamente tudo, menos nos contratos com os trabalhadores. Porquê? Porque foi com uma resolução do Conselho de Ministros que se tornou possível «suspender a democracia», como dizia alguém, anulando, suspendendo toda a contratação coletiva e, com essa espada por cima da cabeça, colocar os trabalhadores e as suas organizações numa posição de se colocar à frente deles um chamado «acordo de emergência». Emergência para quem? Especialmente para os trabalhadores.

E os trabalhadores da TAP, que são os responsáveis pelos resultados da companhia, que tantas vezes são elogiados, têm sido tratados, e continuam a ser tratados, com elogios nas palavras e com ataques brutais nos atos.

Portanto, essa explicação, essa demonstração que o Dr. Gonçalo Pires acabou de fazer, relativamente às circunstâncias da companhia quanto aos seus custos, vem evidenciar, quer em relação aos custos operacionais...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem de concluir.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Termina, Sr. Presidente.

Como dizia, essa demonstração que o Dr. Gonçalo Pires acabou de fazer relativamente às circunstâncias da companhia quanto aos seus custos, vem evidenciar, quer em relação aos custos operacionais, quer em relação ao próprio alinhamento da companhia perante as suas congéneres, que claramente têm estado a posicionar-se num tipo de tratamento aos trabalhadores e às suas condições de trabalho, aos seus direitos e aos seus salários, que é mais típico é das ditas *low-cost* do que de uma companhia como a TAP.

O Sr. **Presidente**: — Tem de concluir, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Termina, Sr. Presidente, mesmo só com esta última questão.

Quando falou dos aviões que estão no chão mais dias do que o esperado, isto também tem a ver com a falta de pessoal e com as saídas de quem vai à procura de uma vida melhor?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Sobre o tema da suspensão da democracia, como lhe disse, sou o primeiro a reconhecer o esforço de todos.

Na altura, o plano de reestruturação foi possível — ou seja, a empresa é hoje viável e está a apresentar bons resultados —, porque tivemos...

Neste momento, ouviu-se um som de GPS num telemóvel.

Risos.

O Sr. **Presidente**: — Agradecia mesmo que criássemos todas as condições necessárias. Pedia mesmo, era muito importante. Estamos então em condições?

Sr. Doutor, faça favor de continuar aceitando as nossas desculpas.

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Como estava a dizer, o plano de reestruturação foi possível, foi aprovado, porque se chegou a acordos de emergência. E por alguma razão se chamam acordos de emergência.

Reconheço — e reconhecemos todos — que são acordos violentos, de redução de salários, mas que permitiram, naquele momento, à empresa sobreviver, permitiram à empresa aguentar durante um período muito difícil e conseguir aprovar um plano que começa a dar frutos.

E relembro que algumas das condições desse acordo de emergência já estão a ser revertidas e que a reversão adicional de salários e a reposição de uma condição de normalidade é um dos objetivos da nova administração, seguramente, para conseguirmos espaço social e novos acordos de empresa que garantam — como diz o plano de reestruturação — níveis de produtividade sem pôr em causa a viabilidade financeira da empresa.

Quanto ao tema da manutenção, um dos grandes temas da aviação este ano — e não é em Portugal, é em todo o mundo —, há dois grandes pontos na manutenção. Ou seja, além de todos os problemas que referi ao Sr. Deputado, que tivemos no ano passado, este ano o grande problema tem a

ver com a manutenção — e a dois níveis. Primeiro há o problema da falta de peças, *spare parts*, por causa da guerra da Ucrânia; e o segundo problema é a falta de pessoal.

A verdade é que a TAP já anunciou medidas de retenção, precisamente para técnicos de manutenção, porque precisa de mais pessoal e tem a perspectiva de contratar 80 técnicos de manutenção durante o ano de 2023, precisamente para assegurar o crescimento da atividade.

Relembro que a frota Airbus vai crescer. Como fizemos uma mudança na frota da TAP e porque temos o *fleet cap* — ou seja, um limite ao número de aviões que podemos ter na frota —, não podemos ter mais do que 98 aviões e no ano passado tínhamos 96 — isto inscrito no plano de estruturação —, uma limitação, portanto, de capacidade por razões de concorrência. Mas optámos por suportar o crescimento, que cremos que vai acontecer — e que até o momento se prova certo e está a acontecer —, para uma mudança do *mix* da frota, ou seja, da composição dessa mesma frota. Assim, optámos por excluir da frota os aviões ATR, que são os aviões a hélice, que não só são os mais pequenos, mas também têm a desvantagem de serem aqueles que têm um NPS (Net Promoter Score), ou seja, um *ranking* do consumidor ou do passageiro, menos positivo.

Optámos por incluir aviões na frota de maior capacidade, entre os quais se contam três A321LR, que são os aviões de *medium-haul* com mais capacidade, *long-range* LR, porque nos permitem voar o Atlântico — Nova Iorque, o Nordeste Brasileiro e alguns pontos de África — e que nos permite melhorar o *mix* de viagens de longo curso contra viagens de médio e curto curso. Com isto conseguimos também melhorar a nossa margem, porque melhora a nossa receita média de passageiro, e adicionar à frota pelo menos mais um A330, que são os aviões maiores, e maior capacidade, e que fazem voos de 12 horas.

Por isso, obviamente que aumentando a frota, aumentando o crescimento da atividade, tendo, obviamente, problemas de pessoal e de contratação de pessoal, não tem sido fácil contratar ao ritmo que queríamos; mas já aprovámos medidas de retenção, já fizemos ajustes aos cortes do plano de estruturação — e transversais a todas as áreas —, precisamente porque temos de assegurar a atividade da empresa.

Espero que tenha respondido à sua pergunta.

O Sr. **Presidente**: — Passamos agora à penúltima das intervenções dos grupos parlamentares.

Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, tem a palavra.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Dr. Gonçalo Pires, disse à IGF (Inspeção-Geral de Finanças) que não esteve envolvido na saída de Alexandre Reis.

A IGF ficou com impressão de que o doutor não sabia da saída, nem sabia da indemnização — foi isso que nos disse aqui ontem o Inspetor-Geral.

Pelos vistos sabia de ambas, ainda que de forma informal. E, por isso, gostaria de recuar no tema desta audição e perguntar-lhe exatamente quando é que soube da intenção da CEO de afastar Alexandre Reis da administração da TAP.

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Aliás, adianto o que já disse à IGF: eu soube, dias antes do anúncio oficial, que poderia acontecer esta saída.

Admiti à IGF que a saída não seria uma surpresa, precisamente pelos factos que já referi, e que referi à IGF: pela alteração da estrutura acionista, pela saída do Dr. Manuel Silva Rodrigues, porque havia posições discordantes reveladas pela Eng.^a Alexandre Reis em sede de Conselho de

Administração, e também porque havia a intenção da Presidente da Comissão Executiva de fazer alterações à composição da equipa executiva e da equipa não executiva.

Relembro, no entanto, que este tipo de contactos informais, dias antes, não revelaram nem só qualquer participação, nem qualquer contacto com o processo, nem detalhes, nem termos concretos do acordo de saída.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Repetia a pergunta: quando é que soube a intenção da CEO de afastar Alexandra Reis da administração?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Foram dias antes que me apercebi que era possível chegar a um acordo, ou que estava a ser trabalhado o acordo para a saída.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, peço que não seja contado o tempo.

O Sr. **Presidente**: — Estamos com um problema técnico.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Dr. Gonçalo Pires, a minha pergunta é...

O Sr. **Presidente**: — Estamos ainda com um problema.

Agora sim, Sr.^a Deputada, faça favor.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — A pergunta é a seguinte: quando é que soube da intenção da CEO de afastar Alexandra Reis? Não perguntei quando é que foi celebrado um acordo.

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Eu sabia da intenção de fazer mudanças na equipa executiva e não executiva. Poderia incluir a Eng.^a Alexandra Reis. Não lhe sei precisar o dia em que me apercebi de que essa mudança pudesse mesmo ser efetiva.

Eu não participei no processo, não estive nas reuniões, não sei quando foi a reunião com a Alexandra Reis, nem com os advogados, nem se foi comentado com a Tutela, porque, precisamente, não participei do processo.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sabia que a reestruturação podia incluir Alexandra Reis?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Não sabia, porque não sabia se o acionista concordava, sequer, com qualquer alteração...

Sabendo da saída do Dr. Manuel Silva Rodrigues, sabia que poderia haver alterações à equipa executiva, não sabia que poderiam incluir necessariamente a Eng.^a Alexandra Reis. Admitia que essa possibilidade pudesse acontecer, mas como uma possibilidade remota, não necessariamente como algo que estivesse inscrito na intenção de acontecer daí uns dias.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para perguntar.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Acho que está a ser confuso de forma propositada, porque a pergunta é simples: quando é que soube da intenção específica da CEO de afastar Alexandra Reis da administração?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Como lhe disse, a expressão de posições divergentes da Eng.^a Alexandra Reis, e tal como disse à IGF (Inspeção-Geral de Finanças), não tomei como uma surpresa.

Daí a entender que a saída pudesse acontecer vai uma grande distância. E porquê? Porque para uma saída de uma administradora acontecer é necessário que um processo aconteça. Processo esse em que eu não estive envolvido.

Não consigo adivinhar a data da decisão, intenção, da conversa com o acionista, da conversa com os advogados, da conversa com a Eng.^a Alexandra Reis, porque não participei do processo. Eu soube poucos dias antes, precisamente, que isso poderia acontecer.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Soube poucos dias antes que isso aconteceu, não soube poucos dias antes que poderia acontecer.

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — No sentido em que não tinha sido oficial. Só tive a confirmação oficial quando recebi o *e-mail* do Presidente do Conselho de Administração.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Não estou a falar de oficial, estou a falar de conhecimento, oficial ou informal.

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Sim.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E repito a pergunta: quando é que soube que a CEO queria afastar Alexandra Reis?

É simples: quando é que foi informado de que havia uma intenção de afastar uma administradora?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Se a intenção da CEO de afastar Alexandra Reis, — depois de ter expressado opiniões divergentes depois de um Conselho de Administração —, pudesse ter acontecido, isso é uma

possibilidade, mas não significa que o processo necessariamente ia acontecer.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Não estou a dizer que significa, estou-lhe a perguntar quando é que soube.

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Sr.^a Deputada, acho que é importante enquadrar, porque se calhar as palavras são redondas, ou pareço confuso,...

Vozes do PSD: — Muito confuso!

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — ... mas o que quero tentar expressar, e o que disse à IGF, é que a saída da Eng.^a Alexandra Reis não foi uma surpresa e não a tomei por surpreendente, precisamente porque houve opiniões divergentes expressas em Conselho e, obviamente, quando me apercebo da possibilidade da saída de Alexandra Reis e da possibilidade da conclusão desse processo, tenho de dizer aos Srs. Deputados, e a quem me pergunte, que a saída não é uma surpresa. As opções divergentes...

Se me der um minuto, deixe-me dar-lhe nota do seguinte: quando foi apresentado o plano de reestruturação ao Conselho de Administração — e isto são, obviamente, umas projeções que estão na base do que mais tarde o Governo apresenta à Comissão Europeia — foram apresentadas projeções que hoje não são consideradas otimistas, que o Sr. Deputado acredita como sendo muito conservadoras, como disse há pouco, mas que, à data, incluindo pela Eng.^a Alexandra Reis, foram consideradas demasiado agressivas. Isto está expresso em ata e foi o que disse à IGF.

Se me pergunta sobre a intenção, obviamente que, ao comentar perspetivas muito agressivas que acabaram por ser batidas em larga escala e

por centenas de milhões de euros, a Eng.^a Alexandra Reis mostra uma divergência.

Deixo uma segunda nota. É importante perceber que o plano de reestruturação foi aprovado no dia 21 de dezembro. E era importante que o plano de reestruturação fosse aprovado ainda durante 2021, precisamente para que as ajudas do Estado entrassem durante o ano de 2021 e que se desse cumprimento à conversão do empréstimo obrigacionista — que comentámos — de 1200 milhões de euros, até ao final do ano de 2021.

Para o processo de aumento de capital por entradas de dinheiro e por conversão do empréstimo é necessário avaliar uma série de processos que levam à convocatória da Assembleia Geral e a Assembleia Geral tem dias mínimos e prazos para ser convocada.

No início de dezembro, e quase sob o prazo para a convocação dessa mesma Assembleia Geral, foi pedido ao Conselho de Administração que aprovasse a nomeação do ROC, Revisor Oficial de Contas. E o ROC o que faz é, basicamente, qualificar que...

Aparte inaudível da Deputada do BE Mariana Mortágua.

... a Eng.^a Alexandra...

O Sr. **Presidente**: — Pedia que não entrassem em diálogo.

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Peço desculpa?

O Sr. **Presidente**: — Pedia que não entrassem em diálogo.

Está a usar da palavra, faça favor.

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Como dizia, o plano de reestruturação é que fazia com que a entrada em espécie pudesse ser feita e que o capital fosse convertido. A Eng.^a Alexandra Reis votou contra. É uma divergência de fundo porque põe em causa a concretização do plano.

Obviamente que episódios como este contribuem para uma decisão ou uma intenção da CEO a poder vir a substituir.

Mas não se esqueça de que a Alexandra Reis é minha colega, é meu par. Não só tenho expectativa de estar no processo, como não tenho expectativa de decidir o que quer que seja. E, não estando no processo, na negociação, na elaboração, na preparação, na negociação de qualquer valor, ou na conclusão de qualquer acordo, perceber poucos dias antes, como disse à IGF, que poderia acontecer, é informação que tenho disponível sobre um ato concreto de que, de facto, a Alexandra Reis pode vir a sair, precisamente porque, provavelmente, já foi confrontada com algum acordo, alguma proposta, alguma decisão, alguma conversa com o acionista. Eu não sei, eu não fiz parte do processo. Percebe? E é isto que...

Eu gostava de, se me permite...

A minha responsabilidade no processo — e foi o que tentei responder ao Sr. Deputado do PSD — é financeira. E aí a minha responsabilidade é total.

Mas o que tentei perceber — o que tentei perceber não, o que tentei explicar —, ou o que de facto aconteceu foram os procedimentos para o pagamento da indemnização da Eng.^a Alexandra Reis.

E porque a TAP tem regras de funcionamento, acho que é importante os Srs. Deputados todos perceberem que a mim não me foi pedida uma autorização para o pagamento de qualquer tipo de indemnização. Eu não tive conhecimento em concreto do valor e, simplesmente, porque dois administradores comprometem a sociedade.

Estes dois administradores, que comprometem a sociedade, enviam uma instrução aos recursos humanos — área que não tutelo —; os recursos humanos processam uma instrução; esta instrução está encriptada, se tiver cabimento orçamental não tem de ter reporte a mim, ao Administrador Financeiro — se não tivesse cabimento orçamental teria, e é importante referir, mas teve —; e, tendo cabimento orçamental, essa instrução é passada de forma encriptada às instituições financeiras, que depois geram um código, em bolo, para autorização na tesouraria.

Hoje sabemos, em detalhe, o valor da indemnização em respeito a férias, em respeito a rescisão de contrato, em respeito a indemnização. A tesouraria quando vê os valores, sabem quanto é que vê? 30 milhões de euros — é o processamento de salários. Tendo cabimento orçamental, a tesouraria paga. A tesouraria é a minha responsabilidade e fez o pagamento, mas fez o pagamento dentro das regras e procedimentos da TAP.

Espero que esclareça e que não esteja a ser repetitivo.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Quando é que a CEO lhe comunicou que queria afastar Alexandra Reis do Conselho de Administração?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Percebi, por uma comunicação da CEO — e nem sei se me foi dito ou foi mensagem, não tenho de cor — que, basicamente, havia acordo, ou estaríamos próximos de haver acordo, para a saída da Eng.^a Alexandra Reis.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Quando é que a CEO lhe comunicou que queria afastar Alexandra Reis?

Podemos estar aqui a tarde toda, mas a pergunta que lhe estou a fazer é muito específica.

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Ouça, a intenção de poder vir a fazer mudanças, provavelmente depois de algumas destas divergências, claro que sim, isso é possível, percebe?

Mas o que percebo é que uma coisa é: «Epá, estou farto de...», percebe? A outra é: «Vai acontecer uma saída.»

O que estou a tentar explicar — e percebo que não fui claro o suficiente para o Sr. Deputado...

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — De todo!

O Sr. **Presidente**: — Pedia que não entrassem em diálogo.

Dr. Gonçalo Pires, está no uso da palavra, faça favor.

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — O que estou a tentar esclarecer é precisamente o que disse à IGF. Mas, além do tema do meu conhecimento, a minha responsabilidade não cabe no conhecimento ou reporte sobre esta situação. A minha responsabilidade é um pagamento, é o pagamento.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Teve conhecimento de que, no dia 4 de janeiro, houve uma reunião entre a CEO da TAP e o Ministro Pedro Nuno Santos sobre divergências com Alexandra Reis?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Sim, é possível.

Houve uma reunião sobre alterações à equipa executiva e à equipa não executiva. Mas, como lhe disse, não participei dessa reunião...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Estou a perguntar se teve conhecimento.

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Tive conhecimento.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — No dia 4 de janeiro houve uma reunião entre a CEO e Pedro Nuno Santos.

No dia 18 de janeiro há uma segunda reunião, em que a CEO leva um *PowerPoint* com a reestruturação da Comissão Executiva; Alexandra Reis desaparece do mapa e há uma função de Alexandra Reis, bastante importante — compras, *procurement* — que lhe é entregue a si, nessas funções.

Sabia disso?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — A função de *procurement* só me foi passada depois da saída da Eng.^a Alexandra Reis.

Aliás, sobre a reorganização da empresa, o que me foi passado antes da saída da Eng.^a Alexandra Reis foi, precisamente, o tema que estive aqui a discutir com o Sr. Deputado, que foi o tema da frota.

E devo dizer-lhe que sempre considerei, desde a minha chegada, dada a relevância dos temas de frota, que o tema de aviões e de dívida deveriam estar com o CFO.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, não sabia, antes do dia 2 ou dia 3, que havia a intenção de lhe passar uma das pastas de Alexandra Reis, que era *procurement*, na sequência da saída da administradora.

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — A pasta de *procurement* foi-me passada já depois da nomeação.

Se discuti a possibilidade de ficar com compras, é possível, mas nunca me foi comunicado que primeiro esse processo poderia acontecer, que a saída

iria acontecer, e por isso, de facto, o que me passaram antes da saída da Alexandra Reis foi a equipa de frota.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Não lhe foi comunicado que a saída podia acontecer, exceto quando lhe comunicaram que a saída podia acontecer, na medida em que a CEO da TAP lhe disse, informalmente, que havia divergências, que foi comunicá-las ao Ministro, e que ia procurar uma reestruturação da Comissão Executiva. Sabia disto?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Eu sabia da intenção de haver uma reestruturação da equipa executiva e também da equipa não executiva.

Na equipa executiva, especificamente, sobre o tema de pastas. E eu falo desta reestruturação precisamente porque sempre considerei importante o tema de frota passar para a pasta do CFO.

Soube da reestruturação da equipa não executiva, porque tinha saído um administrador e sabia da intenção de colocar outro tipo de perfis nas equipas não executivas.

Eu não conheço é em detalhe, não só o processo, o resultado dessa conversa, se foi dito «sim», «não», «mas», «pensa noutra coisa qualquer», isso é que eu não consigo dizer.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — No dia 18 de janeiro, a CEO vai ter com o Ministro Pedro Nuno Santos e apresenta uma reestruturação da administração, que não inclui Alexandra Reis.

O Dr. Gonçalo Pires estava informado desta intenção da CEO?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Não me lembro de estar informado sobre a possibilidade de ter sido apresentada ao Ministro Pedro Nuno Santos a saída da Eng.^a Alexandra Reis. Sabia que, havendo discordâncias, havendo

uma intenção de estruturar a Comissão Executiva, essa podia ser, obviamente, uma possibilidade, agora não sei o que se passou nessa reunião, não estive presente nessa reunião.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas sabia do plano da CEO para reestruturar a Comissão Executiva?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Exato.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — No dia 3 — ou no dia 2, não sabe muito bem — foi informado, por mensagem ou por telefonema, que chegaram a um acordo. Pedia-lhe, se fosse possível, que verificasse o dia, porque se for por mensagem penso que é fácil verificar.

Sabia que esse acordo envolvia uma indemnização?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Eu não sabia, de facto, os termos concretos do acordo. Admitia a possibilidade de haver, obviamente, uma indemnização, mas não tinha e nem sequer vi, na altura, os termos concretos do acordo, nem o mesmo me foi enviado ou comunicado.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Não viu os termos concretos do acordo, mas sabia que havia uma indemnização?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Admitia essa possibilidade, sim.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Admitiu como?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Porque havia um acordo.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas foi-lhe mencionado, pela CEO, que havia uma indemnização?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — O que me foi dito foi que se tinha chegado a um acordo, e esta é a mensagem que tenho registada, chegou-se a um acordo. Obviamente que admitia que existiam valores.

Devo-lhe dizer que foi no final do ano — creio que na semana depois do Natal, quando saíram as notícias e os Ministérios das Infraestruturas e das Finanças enviaram à TAP um pedido de esclarecimento —, foi nessa altura que, pela primeira vez, não só vi os termos concretos do acordo e o detalhe do pagamento da indemnização, como também o valor que tinha sido pedido, os tais — creio que eram — 1,4 milhões de euros. Nunca soube nem tive conhecimento de que fosse essa a base da negociação, porque simplesmente não estive presente na reunião.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Dr. Gonçalo Pires, quando foi nomeado, já havia uma maioria do Estado na TAP?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Sim.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E o Dr. Gonçalo Pires conhece o Estatuto do Gestor Público?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Sim.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sabia que, pelo Estatuto de Gestor Público, não podia haver lugar a uma indemnização a uma administradora?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Eu não conhecia os termos do acordo, não participei no acordo, estava envolvida a Presidente da Comissão Executiva e o Presidente do Conselho de Administração.

Quando me foi comunicado, a 4 de fevereiro, não só a saída oficial da Eng.^a Alexandra Reis, como, também, os termos exatos da comunicação ao mercado, tomei como possível, como certo, o que me foi transmitido, simplesmente porque admiti que houvesse uma coordenação, admiti que tivesse sido visto, bem estudado e preparado, e, por isso, não tinha nenhuma razão para, na minha posição, questionar o que foi feito.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas sabia e confirma, já o disse, que a saída de Alexandra Reis foi espoletada pela CEO, por divergências na gestão da TAP.

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Por divergências expressas pela própria Alexandra Reis, que estão registadas em ata, mas também relembro que os termos do comunicado indicam que foi porque saiu o grupo HPGB e houve uma alteração da estrutura acionista, já tinha saído o Dr. José Silva Rodrigues. Nada disto me estranhou, como sendo uma conclusão natural de um processo, independentemente da intenção da CEO.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas sabia que a comunicação ao mercado que dizia que Alexandra Reis saía na sequência da alteração da estrutura societária não era verdade? Alexandra Reis saiu porque isso foi um processo provocado e pedido pela CEO da TAP.

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Quando li o comunicado também percebi que o comunicado era resultado de um acordo entre as partes. Ou seja, é um comunicado que é preparado e que poderia, ou não, envolver os termos do

contrato. Ou seja, eu não sabia os termos da negociação e, de facto, como não falei com a Eng.^a Alexandra Reis, se a Eng.^a Alexandra Reis queria expressar esse sentimento, não o posso pôr em causa, percebe?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Admitindo que há uma saída e um conflito entre a CEO e Alexandra Reis, e admitindo que há uma indemnização, não comentou nada disto ao Ministério das Finanças?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Não, não comuniquei. Em primeiro lugar porque não participei no processo, mas admiti que outros tivessem participado, porque o processo foi liderado pela Presidente da Comissão Executiva e pelo Presidente do Conselho de Administração — relembro — é o Presidente do Conselho de Administração. Não me compete a mim — num processo em que não participei, em que não decidi, em que não elaborei — tomar de minha iniciativa e comunicar o que quer que seja, até porque a minha responsabilidade é financeira, como já lhe disse. Financeiramente, se acontecesse alguma coisa fora do cabimento orçamental, essa situação teria de me ser formalmente reportada.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — É precisamente aí que quero ir. Comentou informalmente — ou de alguma forma possível, que a minha pergunta não abarque nem especifique — com algum membro possível do Ministério das Finanças a saída de Alexandra Reis?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Não.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, esse nunca foi tema de conversa com ninguém que pertencesse ao Ministério das Finanças?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Não tenho memória de alguma vez ter comentado este tema.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Já depois de Alexandra Reis ter saído, quando foi chamada para Secretária de Estado, alguma vez foi consultado sobre Alexandra Reis, antes dessa chamada?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Nunca, eu soube pelas notícias.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — O Ministro João Galamba disse — já aqui foi referido — que o CFO não é um bufo de administradores.

Há registos de um *e-mail* seu, por exemplo, a enviar para o Ministério das Finanças uma troca de *e-mails* entre membros e mais alguém, o ex-Secretário de Estado, sobre a substituição de administradores não executivos e, portanto, a dar conhecimento desse processo ao Ministério das Finanças. Nesse sentido, gostaria de lhe perguntar se considera que estava a bufar aquilo que se passava na TAP?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Não, de certeza que essa troca de *e-mails* foi feita de acordo com a intenção de todos.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Uma vez que já aqui foi dito que não era sua obrigação comunicar à tutela atos societários, porque é que entendeu que devia comunicar essa troca de *e-mails* sobre a cooptação ou contratação de não executivos, mas não tem obrigação nenhuma de comunicar o conhecimento que tem, e que admite ter, sobre uma indemnização e uma saída, em conflito, de Alexandra Reis?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Percebo a sua pergunta, mas foi precisamente porque me foi pedido. Ou seja, não me recordo especificamente da situação, mas terei partilhado esses *e-mails* porque provavelmente me foi pedido para me envolver no processo.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Há um outro caso de indemnizações, de um administrador chamado Maximilian Urbahn, que foi administrador da Atlantic Gateway entre 2016 e 2017.

Recebia um salário de 420 mil euros ao ano, mais mil euros por mês por filho, mais um subsídio anual de alojamento de 84 mil euros, mais 20 mil euros para despesas de mudança da sua casa para Portugal, mais 25 mil euros para ajudar a desfazer-se da sua casa em Nova Iorque. Além disto, recebeu um prémio de 207 mil euros, em 2017, mais um prémio de 150 mil euros, em 2016.

Depois de ter estado um ou dois anos na administração, este administrador foi para um acordo de pré-reforma, com um valor mensal de 27 mil euros. Em 2019, volta a ser administrador e acumula a pré-reforma com um salário de 84 mil euros anuais.

Feitas as contas, para além destes salários, destes prémios, do subsídio aos filhos, à deslocação ou ao alojamento, a TAP pagou, nesta pré-reforma, 1 milhão e 350 mil euros a este administrador, que trabalhou, desde 2016, com um salário de 420 mil euros por ano, mais todos estes prémios.

Nos documentos da TAP é dito que, em 2022, este acordo de pré-reforma foi cancelado porque era ilegal ou não era formal, ou não tinha sido formalizado. Sabe-me explicar porquê?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Foi detetada uma situação, relativamente a uma reforma bastante avultada de um ex-administrador da TAP, durante a administração privada.

A equipa de recursos humanos reportou a situação e a equipa de direito laboral analisou o contrato, com a ajuda de advogados especializados. Os advogados especializados concluíram que o contrato era ilegal e a TAP procedeu ao seu cancelamento, comunicando o cancelamento da pré-reforma, creio que é esse o termo, ao referido administrador, o Sr. Max Urbahn. Assim que foi detetada, foi uma situação que a administração da TAP tentou regularizar.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Pergunto porque é que era ilegal e se o administrador devolveu a quantia de 1 milhão e 350 mil euros que recebeu, no âmbito desta pré-reforma ilegal.

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Compreendo a sua pergunta, mas não tenho todos os detalhes deste processo. Pelo que sei existe a possibilidade de recorrer, mas teremos de recorrer a tribunal para recuperar o dinheiro. Não sei se esse processo, entretanto, já começou, ou não. Não tenho mesmo a certeza, mas depois, obviamente, volto com essa informação.

Creio que o contrato foi ilegal, não sendo especialista, porque tinha acumulado a função de diretor, mais tarde administrador e, depois, de diretor para conseguir a pré-reforma. Acho que é essa a razão, não sou especialista, peço desculpa por não dominar o tema, mas sendo um tema jurídico-laboral havia base, da análise efetuada, para cancelar o contrato.

Obviamente que os valores que leu são mais do que avultados, acontecem durante a gestão privada e, por isso, cabe à atual administração poder corrigi-los a tempo e quanto antes, sempre que detetar elementos que, claramente, são de prejuízo à companhia.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Esse contrato foi assinado exclusivamente por Fernando Pinto, e o que quero saber é se Fernando Pinto

fez um negócio particular, passando este administrador para diretor para poder, no fundo, fazer uma fraude, enganar a TAP e, assim, conseguir uma pré-reforma a que, de outra forma, o administrador não teria direito.

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Na sequência da deteção desse elemento, as equipas da TAP pediram a uma equipa externa para fazer uma auditoria a todas as potenciais situações. Assim que o resultado dessa auditoria esteja concluído, será necessariamente partilhado com as autoridades competentes.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Só quero repetir a pergunta e perguntar se Fernando Pinto agiu de forma a poder dar este direito que, de outra forma, o administrador não teria direito?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Não lhe sei responder a essa pergunta, não tenho conhecimento de outra situação.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.^a Deputada, chamando a atenção de que está prestes a chegar ao limite do seu tempo de intervenção.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sem a lei dos prejuízos fiscais a TAP não teria apresentado os lucros que agora apresenta. Discutiu a lei dos prejuízos fiscais ou a TAP discutiu com o Governo?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Nunca, nunca. Aliás, lembro-me que quando estávamos no processo de fecho de contas, a equipa financeira me alertou para o previsível fecho, ou seja, o número final das contas, dado o reporte de dezembro. Foi-me dito, precisamente, que dada a alteração do limite temporal ao registo de ativos por impostos diferidos, seria possível reportar impostos por prejuízos fiscais.

Já agora, para complementar a informação — creio que respondi à mesma pergunta ao Sr. Deputado —, a Lei do Orçamento do Estado que retira este limite temporal é quase unânime, não sei se necessariamente unânime, mas está presente em muitos dos grandes países...

Aparte inaudível da Deputada do BE Mariana Mortágua.

Não, mas sabe porquê? Porque nós comparamo-nos sempre com a Lufthansa, a Ibéria, a Air France, e esses são países onde não existe limite temporal.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Só gostaria de citar uma ata do dia 1 de fevereiro de 2022, e a ata diz o seguinte: «Gonçalo Pires fez notar à Airbus que o contrato de 2015, entre a Airbus e um dos anteriores acionistas da TAP é fortemente penalizador para a sociedade. O preço acordado para 53 aeronaves situava-se acima dos preços do mercado, compensado através de créditos concedidos a um dos acionistas e não à TAP, o que não é aceitável neste tipo de transação».

Eu gostaria de saber se tem essa opinião, se a mantém e que nos explicasse porque é que o preço de compra dos 53 aviões, acordado por Neeleman, é acima do preço de mercado e de que forma é que esse dinheiro foi usado para o próprio David Neeleman colocar dinheiro na TAP, o que, e cito o Dr. Gonçalo Pires, «não é aceitável neste tipo de transação».

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Como referi, o estudo que a TAP fez sobre os aviões, sobre o processo de compra de aviões e sobre o financiamento de aviões no *purchase agreement* de 2015 foi entregue à tutela e a tutela, obviamente, tem a responsabilidade de fazer com essa informação o que bem entender, isso não está nas mãos da TAP.

O que está registado em ata são as minhas palavras. O que está registado em ata é: no negócio da TAP da compra de aviões, primeiro é feito com a DGN, a DGN, depois, faz uma novação no contrato à TAP, a DGN recebe créditos fiscais da Airbus...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Créditos fiscais?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Desculpe, *advanced credits*. Estou aqui a falar de uma antecipação de créditos, vamos dizer, créditos. Portanto, a DGN recebe créditos da Airbus e esse montante é usado na subscrição de *supplementary capital*, de participações acessórias na TAP. Não é capital.

Eu não vou fazer nenhum juízo sobre os pareceres jurídicos que foram resultado do estudo que a TAP fez, porque não é essa a minha competência. A minha competência e responsabilidade é dizer à Airbus que se os aviões foram caros antes, continuam caros ou ainda mais caros, hoje, e que a TAP é um parceiro privilegiado da Airbus.

Nós podemos ter apenas 100 aviões, ou 98, mas somos — sabe, Sr.^a Deputada — o lançador, ou seja, somos a primeira companhia aérea a voar o avião que comprámos, o 339.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E o 330? Esse já funciona?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Funciona e muito bem. Transportamos milhões de passageiros no 330.

O Sr. **Presidente**: — Pedia que não houvesse diálogo e que o Sr. Doutor terminasse a sua intervenção.

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Peço desculpa.

Obviamente que todos lutamos todos os dias para melhorar a *performance*. E sabe uma coisa? Uma das questões para a negociação — que levei logo na minha primeira reunião em Toulouse com a Airbus — foi a *performance* do 330. Não porque seja um mau avião, porque voamos todos os dias para o Brasil — e bastante bem —, com os passageiros bastante confortáveis, mas porque o avião podia ser mais eficiente, consumir menos combustível e voar mais horas seguidas sem qualquer tipo de intervenção, mas essa é uma outra questão.

A questão da frota e do financiamento e custo dessa frota é crucial para a TAP, porque nós temos algumas desvantagens estruturais e uma delas é a frota. E quanto mais competitivos formos na frota, mais recursos temos para investir, para remunerar, para voar para mais países, para crescer e para ter mais lucros.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Doutor.

Passamos agora ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista, para o que dou a palavra ao Sr. Deputado Hugo Carvalho.

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Começo por cumprimentar o Dr. Gonçalo Pires e os demais Deputados.

Ao fim de algum tempo, já largas horas desta audição, gostaria de recentrar a minha intervenção, novamente, no primeiro aspeto: o envolvimento do Sr. Doutor na indemnização à Dr.^a Alexandra Reis.

Eu não me quero centrar naquilo que era óbvio e que nós já sabíamos, isto é, já sabíamos, pelo relatório da IGF, que tinha havido uma reunião no dia 18 de janeiro, que havia uma intenção anterior, da atual CEO, de fazer uma renovação da sua equipa, que, evidentemente, isso deve ter levado a conversas informais com pessoas que lhe eram próximas e, portanto, essa

novela, para mim, não interessa para a avaliação concreta dos factos.

Então, para a avaliação concreta dos factos, permita-me que lhe faça duas perguntas muito diretas às quais gostava de ter uma resposta cabal da sua parte.

Primeira: do ponto de vista formal, o Sr. Doutor, no âmbito das suas competências, deveria ter sido consultado ou não neste processo de rescisão de Alexandra Reis?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Não.

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — Segunda pergunta, à qual agradeço a sua resposta concisa e direta, e recapitulando o que é objetivo e formal, porque é isso que eu quero avaliar e não as conversas que são feitas noutra contexto, é a seguinte: quando é que soube e por quem da saída de Alexandra Reis?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Soube, informalmente, pela CEO, poucos dias antes da comunicação oficial pelo Presidente do Conselho de Administração, que a Eng.^a Alexandra Reis iria sair da empresa por acordo.

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — Portanto, pressuponho, das suas informações, que a comunicação formal e única que teve se prende com uma comunicação do Dr. Manel Beja, que já referiu, do dia 4 de fevereiro de 2023.

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Exato.

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — Pegando nesta sua última afirmação, e tendo-a como verdadeira, qual é que foi o envolvimento do presidente do

Conselho de Administração, Dr. Manuel Beja, em todo este processo?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Não sei porque não estive envolvido no processo.

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — Mas tem algum indício de que tenha participado neste processo de negociação?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — O único indício que tenho é o *e-mail* que me enviou, mas imagino que tenha participado no processo. Não faço juízos de valor, a única indicação que tenho é o *e-mail* que recebi.

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — No relatório da auditoria e na audição que ontem tivemos oportunidade de fazer, foi referido, e foi lida aqui a ata, que, infelizmente, ainda não temos na nossa posse, que o Sr. Doutor não teve nenhum envolvimento no processo de saída da Eng.^a Alexandra Reis. Confirma esse facto?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Sim.

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — Ultrapassadas as questões que são formais, e estamos devidamente esclarecidos relativamente às questões formais desta saída e dos seus aspetos objetivos, gostaria de colocar outras questões relativamente ao processamento do pagamento desta indemnização.

É da sua responsabilidade a autorização do pagamento de salários?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Eu apenas autorizo despesas que não tenham cabimento orçamental. O pagamento de salários, tendo cabimento orçamental, é processado automaticamente, entre a instrução de recursos

humanos, o ficheiro encriptado, que é enviado às instituições financeiras, e a respetiva autorização da tesouraria, que, havendo fundos, autoriza e paga. Não há uma consulta prévia, a mim, pelo montante de salários pagos todos os dias ao final do mês.

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — Sr. Doutor, embora eu tenha visto atentamente os dados das demonstrações financeiras da TAP do ano de 2022 e correndo o risco de saber a resposta, gostaria, mesmo assim, de lhe fazer esta pergunta: qual é o impacto mensal da folha salarial da TAP?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Cerca de 30 milhões de euros.

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — Gostaria de perguntar se esse valor tem flutuações ao longo do ano, ou se se mantém mais ou menos constante.

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Os valores de salários e indemnizações, obviamente, são muito regulares, excetuando os 13.º e 14.º meses, ou seja, o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

Os ajustamentos são feitos precisamente para o pagamento de outras compensações e indemnizações. O montante de indemnizações provisionado, ou seja, com cabimento orçamental, de indemnizações não previstas é relativamente baixo quando comparado com a provisão de reestruturação que constituímos e que consumimos até ao final do ano, que foi cerca de 19 milhões de euros.

No entanto, sobre a sazonalidade da folha salarial, eu relembro-lhe que grande parte da atividade operacional da TAP depende do volume da atividade e grande parte do salário de alguns dos nossos grupos profissionais também depende de atividade, ou seja, são de rendimento variável.

Por isso, eu diria que a sazonalidade é maior, obviamente, no verão,

quando voamos mais, e há um pico no Natal, mas fora isto, é estável.

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — Eu fui colocando estas questões, porque ontem, e os partidos vão construindo as narrativas que é importante nós aqui densificarmos, foi colocada em causa a capacidade ou não de se poder identificar o pagamento desta indemnização.

Portanto, aquilo que depreendo das suas palavras é que os 500 000 euros numa folha salarial de 30 milhões seriam, obviamente, algo difícil de se conseguir triar num simples ato de pagamento.

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Sim, sim, obviamente que a conclusão é óbvia e também, não só isso, mas também o procedimento e, como referi há pouco, nós não nos podemos esquecer que há milhares de pagamentos todos os meses na TAP.

A TAP gasta mais de 3000 milhões de euros por ano. Era bom que se gastasse menos, não com trabalhadores, mas era bom que se gastasse menos, mas a verdade é que para sustentar a atividade, para conseguirmos uma operação de quase 70 000 voos por ano, é necessário, obviamente, muitas despesas.

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — Posso depreender das suas palavras que numa estrutura organizacional como a da TAP, seja ela pública ou seja ela privada, mas da dimensão da TAP, qualquer valor desta ordem de grandeza evidentemente não é triado por nenhum responsável financeiro de uma empresa. É correto depreender isso?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Sim.

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — Sr. Doutor, gostava de colocar uma

outra questão, porque fiquei com uma dúvida das suas respostas à intervenção inicial: teve alguma interferência na comunicação que foi feita à CMVM?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Não. Como lhe disse, o *e-mail* de 4 de fevereiro do presidente do Conselho de Administração diz, basicamente: «Comunico que a Eng.^a Alexandra Reis vai sair da empresa» e estes são — basicamente, estas são palavras, não *ipsis verbis* — os termos do comunicado que será feito à CMVM.

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — Portanto, os termos do comunicado à CMVM foram transmitidos pelo Dr. Manuel Beja.

O Sr. Dr. **Ricardo Pires**: — Em *e-mail* do Dr. Manuel Beja, sim. A mim e a todos os outros restantes membros do Conselho de Administração que estavam copiados nesse *e-mail*.

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — Essa informação é também relevante na nossa análise.

Mudando um pouco de tema, e ultrapassado que está este primeiro bloco, centrar-me-ei num segundo bloco de questões.

Na ata da reunião da IGF, a que, nós, ainda não temos acesso, mas que foi aqui lida ontem, refere que não foi para si uma surpresa a saída de Alexandra Reis. Já aqui falou disso, mas pode desenvolver mais sobre o porquê de este facto não ser uma surpresa para si?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Como eu disse à IGF, eram notórias algumas divergências expressas em Conselho de Administração e estas são, obviamente, as que estão registadas e dadas a título de exemplo.

Como mencionei anteriormente, acho que são particularmente relevantes as que são expressas no âmbito da aprovação do plano de estruturação, mas também na altura da nomeação do revisor oficial de contas, que valida o aumento de capital em espécie da conversão dos 1200 milhões de euros em capital.

São dois momentos críticos que, acho, para a empresa são fundamentais, são fundacionais para tudo o que aconteceu a seguir, e acho que as divergências, ou, como dizia há pouco, a possibilidade de haver uma mudança pode — mas, atenção, pode — ter nascido aí.

Estas são, basicamente, as minhas conclusões e foram aquelas que reportei à IGF para dizer que admito que não foi uma surpresa a saída ter acontecido, embora eu não tenha, como disse, participado no processo.

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — Ao longo desta audição também julgo que ficou claro que pertencia a um conselho de administração em que havia alguma tensão entre os membros desse mesmo conselho de administração.

Estando a TAP a ultrapassar um período que também é exigente na sua vida, no seu período, com um plano de reestruturação a decorrer, entende a existência deste conflito como um risco para a própria empresa?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Eu não queria fazer juízos de valor, porque todas as pessoas na TAP, e que passaram para a TAP, fizeram um bom trabalho, senão não tínhamos tido os resultados a que chegámos hoje.

Também sublinho — aliás, como disse à IGF, e não sei se necessariamente expresso em relatório — que é natural que numa comissão executiva haja tensão, isto não é um trabalho fácil. A TAP não é uma vida fácil, o plano de reestruturação foi bastante, repito, bastante exigente.

O período a que nos reportamos diz respeito, precisamente, à tentativa de aprovação do plano de reestruturação, e acho que todos os Srs. Deputados

se lembram que foi um período longo entre a primeira apresentação do plano de reestruturação e a sua eventual aprovação. E esta aprovação foi conseguida depois de muito trabalho nos últimos meses, com alguns ajustes, para que, no plano de reestruturação, o tema que levou à discórdia do tal conselho de administração, os montantes que a TAP necessitava para sobreviver entrassem.

Estamos a falar do momento em que a TAP ainda perde 50 milhões de euros de *cash*/mês. Estamos a falar do momento em que a TAP ainda voa 40, 50 % da sua capacidade. Nenhuma companhia aérea consegue fazer dinheiro, sobreviver financeiramente, ter uma estabilidade financeira, sem conseguir voar grande parte da sua capacidade. E quando digo 40, 50 % digo-o em comparação ao que voava em 2019, obviamente com uma frota menor.

Por isso, para responder à sua pergunta: existem sempre momentos de tensão e acho que isto deve ser válido para todos, devemos sempre todos admitir momentos de discórdia, existem sempre conflitos, mas todos eles podem ser resolvidos e, por isso, não faço aqui nenhum juízo de valor sobre a possibilidade de, havendo uma discórdia no Conselho de Administração, porque existem sempre, de isso pôr em causa, em risco, a empresa, principalmente quando estamos a falar de uma companhia de aviação — a palavra risco é sempre perigosa.

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — Não estou a pedir que se faça nenhum julgamento de valor, são questões objetivas e do ponto de vista formal da relação entre pares, que não se pretende daí extravasar para nenhuns outros aspetos.

Nesse sentido e reconhecendo as divergências da Dr.^a Alexandra Reis nalgumas opções que foram tomadas, pergunto, no seu entendimento, se as razões de saída se prendem maioritariamente por razões de ordem e de

competência ou por razões de ordem de incompatibilidade, porque são manifestamente diferentes.

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — É um juízo de valor difícil de fazer. Acho que seria muito mais um tema de incompatibilidade do que propriamente um tema de competência, mas eu não gostava de entrar por um caminho em que adivinho, basicamente, o que é que domina a razão de outras pessoas neste processo.

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — Da experiência que tem do setor empresarial e se retirássemos este caso da esfera pública, este conflito entre dois membros do Conselho de Administração, a tomada de decisão por incompatibilidade seria um fenómeno estranho?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Eu acho que, obviamente, em todas as empresas exigem mudanças. Se me permite, a TAP precisa de estabilidade e precisa de paz e paz social. Independentemente de haver estas mudanças, temos sempre de as aceitar, simplesmente porque são fruto dos acontecimentos. Mas, obviamente, quanto mais estabilidade uma empresa tiver, melhor — melhor para os investidores, para os seus credores, porque tem mais previsibilidade, mas, acontecendo, é um tema que se tem de levar, todos os líderes trabalham com as equipas que querem.

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — Eu gostaria de mudar para um terceiro tema, para me centrar nos procedimentos de comunicação, porque também são relevantes, em particular a comunicação e a forma como ela é feita com a tutela.

Foi qui referido pelos seus pelouros que a sua principal tutela é a financeira. Estabelece, no entanto, contactos regulares com outras tutelas?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Sim, há temas que são também partilhados com a tutela setorial e o Ministério das Infraestruturas. A título de exemplo, lembro-me do tema da *Groundforce*, um processo muito longo na TAP; a SPDH, a empresa de *handling* do Aeroporto de Lisboa, é uma empresa que passou e que está a passar por um período complicado de liquidação, gerida por administradores de insolvência. É um processo crítico para a TAP, porque sendo apenas a TAP um investidor minoritário, a operação de *handling* é crítica para a operação que fazemos todos os dias no aeroporto de Lisboa.

A falta de recursos financeiros ou de pessoal num *handling* afetam a viagem de todos os passageiros da TAP e normalmente quando um voo se atrasa por causa das malas, é sempre por culpa da TAP, mesmo que não seja, e por isso é que a qualidade do serviço que prestamos aos passageiros nos obriga a estar especialmente atentos a um processo de recapitalização e de escolha do novo parceiro da *Groundforce*. A título de exemplo, esse é um processo que segui, e com muita atenção, do Ministério das Infraestruturas, da tutela setorial.

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — Há pouco referiu que existiam reportes regulares, todos os meses eram enviados reportes, de seis em seis meses reportes de tesouraria, e assim sucessivamente.

Gostaria de o questionar se o facto de ser uma empresa pública e de fazer sistematicamente estes reportes com tutelas, algumas delas diferentes na correspondência que está a fazer, constituiu para si uma dificuldade de gestão?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Claro que não. É da minha responsabilidade, é da responsabilidade de todas as administrações reportar

o que for conveniente ao acionista. O acionista precisa — deve — de saber a qualidade da *performance* da empresa, deve poder detetar falhas na sua *performance* quando perceber que ela não está a acontecer. É fundamental que não só tenha uma *performance* financeira mensal — e deixe-me corrigilo —, como tenha uma *performance* trimestral de *cash-flow* como tenha, no caso de relatórios à Comissão Europeia, um relatório semestral.

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — Sentiu dificuldade de articulação com a tutela política, em algum momento?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Não.

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — Também foi, para si, sempre claro quais eram a missão, os objetivos que tinha na TAP? Sempre foram comunicados de forma clara e transparente?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Essa pergunta é muito fácil de responder, tudo começa e acaba no plano de reestruturação, é o nosso orçamento, é a nossa Bíblia, é o que temos de cumprir na equipa financeira, é o que nos guia na construção dos orçamentos, os reportes que fazemos às equipas, a exigência que pedimos a toda a gente. Muitas vezes, de fora, isto é provavelmente difícil de compreender.

Como estávamos a falar, numa sessão do Conselho de Administração de novembro de 2021, as objeções ou opiniões contrárias que foram feitas sobre números que foram demasiado agressivos para dar cumprimento e prova da viabilidade da empresa, a verdade é que o plano de reestruturação é aquilo que nos permite estar aqui hoje e é aquilo que nos permite, hoje, ter uma TAP muito melhor do que alguma vez tivemos.

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — Posso concluir, com o conjunto destas questões que fui colocando, que a estrutura comunicante que tinha com o Governo se baseava numa estrutura formal?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Obviamente que temos de ter sempre as nossas formalidades e reportes regulares a que nos obrigamos, até porque temos de ter não só reportado tudo o que fazemos, mas também temos de ter espaço e disponibilidade das tutelas para nos ouvir, sempre que temos algum problema ou algum tema urgente para resolver e, felizmente, sempre tivemos a atenção de todos.

Já agora, aproveito para agradecer, porque muitos gabinetes, nas duas tutelas setoriais, já perderam muitas horas com a TAP, o plano de reestruturação foi especialmente exigente e foram.....

Aparte inaudível do Deputado do PSD Hugo Carneiro.

Imagino que sim, Sr. Deputado, por isso, agradeço a todos, porque, como digo, no plano de reestruturação, todos, dentro da TAP, estamos cá, precisamente porque foi aprovado o plano de reestruturação e, felizmente, está a ser cumprido e superado.

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — Depreendo das suas palavras que os temas são estruturantes, os canais comunicantes são regulares, mas também os temas que impactam naquilo que é a visão estratégica da TAP, encontraram sempre interlocutores diretos nas áreas governativas, na tutela, e essa tutela inclui os assessores, o chefe de gabinete, os técnicos especialistas com quem tem canal aberto?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Sim.

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — Posto este aspeto, entende ou pedir-lhe-ia uma consideração sobre o grau de informalidade com que a informação sobre o tema da saída de Alexandra Reis foi tratada. Entende que, do seu ponto de vista — e aqui também solicitando uma sua opinião —, a informação foi prestada dessa forma porque estamos perante um procedimento normal de saída, ou esse procedimento deveria ter entrado nos canais formais de comunicação regular com o Governo?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Sem emitir juízos de valor, visto à distância, obviamente alguma coisa não correu bem. Ora, digo-lhe que não estive envolvido no processo e não podia ajuizar sobre a formalidade ou informalidade do processo. Como não estive envolvido no processo, não sei se, de facto, foram cumpridas todas as formalidades ou tentado cumprir todas as formalidades. Obviamente, na posição em que estamos hoje — hoje estou aqui, nesta Comissão de Inquérito, também por causa da Eng.^a Alexandra Reis e do seu processo de saída —objetivamente, alguma coisa não correu bem no processo.

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — Fui perguntando sobre a questão da formalidade e da informalidade da informação, porque nós temos, hoje, acesso a registos de muitas trocas de comunicação entre as partes, entre a TAP e entre a tutela, e foi-nos parecendo, com alguns exemplos, que existia sistematicamente um canal aberto e um canal comunicante que funcionava, fosse para tomadas de decisão de escolha de ROC (revisor oficial de contas), fosse para fazer aprovação de documentos foi-nos parecendo, pelas comunicações que eram trocadas, que esse canal, para além de formal, para além de objetivo, era eficaz. Pode confirmar-nos esta forma de articulação entre as diversas tutelas?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Pode repetir a pergunta? É a forma de comunicação formal?

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — Nós fomos encontrando, ao longo das suas comunicações por *e-mail*, muitas trocas formais em que existe pergunta/resposta/decisão, e pareceu-nos que as respostas eram céleres, eficazes e ágeis. Pode confirmar-nos se esta comunicação formal tem efetivamente correspondido às expectativas da gestão?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — No que me diz respeito, sempre tive não só toda a disponibilidade dos gabinetes, como disponibilidade inexcedível para resolver os inúmeros problemas que a TAP tem, muitas vezes até com sentimento de culpa, de ocupar demasiado tempo da tutela com apenas uma empresa — e, atenção, há muitas e muitas empresas públicas e muitos outros temas para tratar —, mas sempre senti total disponibilidade de todos os membros que ocuparam não só as pastas governativas desde que assumi funções, bem como dos respetivos assessores e institutos públicos.

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — Há, portanto, uma relação de confiança e de responsabilidade.

Permita-me que termine com o seguinte, Sr. Presidente. identifiquei uma troca de *e-mails* que gostaria que fosse aqui um pouco mais debatida. Tenho algumas datas que também gosto de guardar para mim e uma delas é a data em que é aprovada uma moção de censura aqui neste Parlamento a um Governo. Também sabia que, poucos dias depois, no dia 12 de junho de 2015, era assinado um memorando de entendimento para a privatização da TAP. O que não sabia, e descobri numa troca de *e-mails* seus com a tutela, é que, curiosamente, nesse mesmo dia, também é redigido um parecer de uma

sociedade de advogados, a Vieira de Almeida e associados, dando cobertura a essa mesma privatização.

O que desconheço, isso foi um facto novo e agradeço essa troca de *e-mails*, é que isso ocorreu tudo no mesmo dia. Ainda não sei qual é que foi a hora, se primeiro chegou o parecer e depois é que veio a privatização ou se vamos ter de no cronómetro qual é que foi primeiro.

Verifiquei, numa troca de *e-mails* que teve o cuidado de enviar para a tutela, que, aparentemente, pelo que vamos percebendo, também foi dado seguimento, mas vi que levantou reservas relativamente ao artigo 322.º numa das comunicações que fundamentava esse mesmo parecer. Pode explicar aqui só essas?

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Podia-me lembrar o artigo 322.º, por favor?

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — Julgo que mostrou reservas relativamente ao processo de aquisição nos termos em que foi realizado, nesse mesmo parecer.

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Sr. Deputado, agradeço a sua pergunta, mas, como já referi aos Srs. Deputados sobre o tema da Airbus, o dever fiduciário da administração da TAP é encontrar todas as formas para conseguir ter contratos justos com todos os seus fornecedores. Neste processo, fizemos obviamente um estudo ao preço da nossa frota, que considerámos muito elevado, porque basta a vista desarmada para perceber, pela demonstração dos resultados da TAP, que esta, comparada com outras companhias aéreas, tem um custo desproporcional na frota sobre as suas receitas. Perceber a razão por que isso aconteceu levou ao estudo. Foi feito o estudo— sobre o qual eu não emito obviamente juízo de valor, até porque

não é a minha área jurídica —, foi enviado ao acionista e a TAP seguiu o seu trabalho.

A TAP continua a lutar todos os dias para conseguir reduzir os seus custos, ter melhor relação com os seus fornecedores. A Airbus é um parceiro privilegiado da TAP e gostaríamos que continuasse a ser e é das conversas com a Airbus que tentaremos sempre conseguir melhores condições financeiras para a empresa.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, acabámos agora a 1.^a ronda de perguntas.

O Sr. Deputado Paulo Moniz pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, estamos aqui desde as 5 horas da tarde, incluindo o Dr. Gonçalo Pires, pelo que proponho à Mesa que façamos um pequeno intervalo quase regulatório entre a 1.^a ronda e a 2.^a ronda.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Filipe Melo, pede a palavra para que feito?

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Também para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, uma vez que foi aprovado, em reunião de Mesa e de Coordenadores, um modelo diferente nesta 2.^a ronda de questões, penso que seria recomendável o Sr. Presidente explicar ao Sr. Dr. Gonçalo Pires, que não estará, certamente, por dentro destas questões, que, para não estarmos a correr o risco de prolongar a sessão muito mais tempo do que o que efetivamente ainda vai durar, a não resposta às questões — até porque o senhor não tem tempo de resposta, nós é que temos tempo de questão — vai implicar que nós coloquemos e recoloquemos a mesma questão, o que pode ser evitado, *a priori*, se o Sr. Presidente der essa nota.

O Sr. **Presidente**: — Então, vamos fazer o seguinte, se todos estiverem de acordo: aproveitando a sugestão do Sr. Deputado Paulo Moniz, dávamos 10 minutos de intervalo para todos, nomeadamente ao Sr. Dr. Gonçalo Pires, que tem estado a responder às questões, para podermos recuperar e continuar aquilo que ainda nos falta.

Em relação à 2.^a ronda, tive oportunidade de falar com o Sr. Dr. Gonçalo Pires à entrada da Assembleia da República. Propusemos, precisamente, que o modelo seja cinco minutos, indicativamente, para cada um dos grupos parlamentares, pelo que o Sr. Dr. Gonçalo Pires terá todas as condições para poder responder às questões que lhe sejam colocadas.

Agradeço a todos. Vamos interromper os trabalhos e, daqui a 10 minutos, sem falta, voltamos aos nossos trabalhos, portanto, às 21 horas e 40 minutos.

Eram 20 horas e 27 minutos.

Penso que estamos em condições de retomar os nossos trabalhos.

Eram 20 horas e 41 minutos.

Temos quórum, temos os quatro grupos parlamentares, temos os Srs. Deputados. Pedia que criássemos condições.

Vamos, portanto, iniciar agora a nossa 2.^a ronda de questionário. Começa o Grupo Parlamentar do PSD, que dispões de 5 minutos.

Apelo aos Srs. Deputados que sejam muito rigorosos e escrupulosos na questão do tempo. O nosso convidado não tem essa limitação, mas nós temos de ter, seguramente. Por isso, pedia mesmo a vossa ajuda para conseguirmos ser o mais objetivo possível.

Sr. Deputado Paulo Moniz, tem a palavra.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, cumprimento novamente o Sr. Dr. Gonçalo Pires.

Como já deve ter conhecimento, num noticiário público de há pouco, da TVI, há a afirmação da Sr.^a Eng.^a Christine Widener que diz que o senhor sabe, desde o início, de todo o processo referente à Eng.^a Alexandra Reis, pelo que este é o momento que pode sempre repor ou ter uma evolução de pensamento em relação à sua primeira versão.

Queria perguntar-lhe, em particular, o seguinte: resulta claro desta nossa 1.^a ronda que há uma lacuna insanável entre aquilo que o IGF disse ontem e as suas declarações aqui hoje. O IGF diz que o Sr. Dr. Gonçalo Pires afirma que apenas teve conhecimento do acordo da Eng.^a Alexandra Reis pela mão do PCA Manuel Beja, supomos que a 4 de fevereiro. Aqui, o senhor afirmou que soube informalmente um ou dois dias antes deste *e-mail*. Em que é que ficamos? Transmitiu à IGF este seu conhecimento informal? É a minha primeira pergunta.

Segunda pergunta: no dia 4 de fevereiro recebeu ou trocou alguma mensagem ou *e-mail* com o Dr. César Sá Esteves, o Dr. Manuel Beja, a CEO da TAP ou os advogados da Eng.^a Alexandra Reis sobre os termos e condições do contrato?

Terceira pergunta: afirmou ou não, em algum texto ou em algum *e-mail*, no dia 2 de fevereiro, que achava que o processo negocial com a Eng.^a Alexandra Reis demoraria mais tempo? Assim, obviamente, reconhecia que estava a par do processo; se não, não poderia emitir esta opinião.

Quarta pergunta: se estivesse a par do processo, qual seria a sua obrigação? Reportar ao Ministro das Infraestruturas ou ao Ministro das Finanças?

Quinta pergunta: voltando à apresentação pública dos resultados da TAP, foi uma ordem ou não de João Galamba, Ministro das Infraestruturas? Sim ou não? O Ministério das Finanças deu ordens neste sentido? Sim ou não?

Tenho ainda aqui uma outra questão importante: o Sr. Primeiro-Ministro afirmou que tem a expectativa de que, no futuro, o Estado mantenha uma posição acionista na TAP. São declarações públicas que estão presentes em vários momentos do Sr. Primeiro-Ministro. Em relação a afirmações suas, confirma que há o interesse de três grupos empresariais de aviação já conhecidos pela TAP em adquirirem a companhia, mas pressupõe, no futuro, a aquisição da totalidade do capital da TAP. Isto choca frontalmente com aquilo que são as declarações políticas do Sr. Primeiro-Ministro e gostaria que nos clarificasse em que é que ficamos.

Finalmente, vou ler-lhe o *e-mail* enviado por altura da apresentação dos resultados da companhia ao Sr. Dr. Gonçalo Pires, enviado pelo Ministro João Galamba: «Os resultados da TAP deverão ser objeto de comunicado e não deve ser efetuada qualquer conferência de imprensa ou dada qualquer entrevista sobre este assunto. Por referência ao *e-mail* infra, e em aditamento,

transmito que a posição referente ao modo de comunicação dos resultados da TAP foi previamente acordada com a área governativa das Finanças».

Isto aqui é uma ordem expressa, estrita, no modo de apresentação dos resultados da empresa, na forma e no modo, e não uma posição concertada, consentânea, conversada, como o senhor deu a entender na 1.^a volta. Portanto, quando lhe perguntei, na 1.^a volta, o senhor não foi rigoroso na sua resposta. O que deveria ter dito, à minha pergunta, é que recebeu instruções precisas e concisas do Sr. Ministro João Galamba em relação à apresentação das contas.

Mais: o Ministro João Galamba, com este escrito, contradiz e confirma que na semana passada mentiu ao Parlamento, à Comissão de Economia, sobre essa matéria. Isto é gravíssimo, porque um Ministro da República, pese embora as amizades que possa ter, está em primeiro lugar obrigado a respeitar e a falar a verdade na Assembleia da República.

O Sr. **Presidente**: — Usa agora da palavra, nesta modalidade, o Sr. Dr. Gonçalo Pires. Faça favor.

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Sr. Deputado, vou tentar responder a todas as perguntas. Peço que me lembre de referir se me esquecer de algum ponto.

Tal como referi anteriormente, à IGF transmiti que tive conhecimento informal poucos dias antes de que algo do processo poderia acontecer, ou seja, que efetivamente a saída da Eng.^a Alexandra Reis poderia acontecer, e que, de facto, tive conhecimento oficial por um *e-mail* enviado pelo Presidente do Conselho de Administração. A posição que, aliás, já referi e que também está inscrita no relatório da IGF é que admitia que não era uma surpresa a saída da Eng.^a Alexandra Reis precisamente pelas razões que referi: pela intenção de reorganização da equipa executiva e não executiva

da TAP, pela saída da estrutura acionista do grupo HPGB, pela saída do Dr. Manuel Silva Rodrigues como vogal executivo, que objetivamente abriu uma vaga no Conselho de Administração da TAP, e também pelas posições divergentes assumidas pela Eng.^a Alexandra Reis em sede de Conselho de Administração.

Esta foi a posição que assumi no relatório da IGF e que confirmo aqui nesta Comissão. São, obviamente, da minha responsabilidade as áreas financeiras. É, obviamente, da minha responsabilidade qualquer pagamento feito nas áreas de tesouraria dentro da TAP. O que refiro e sublinho é que os pagamentos feitos foram todos com cabimento orçamental. Não necessitavam da minha autorização prévia. Seguiram todas as regras orçamentais do grupo, regras essas que estão a dar bons resultados. Esses bons resultados foram apresentados no ano de 2022 e são fruto do esforço de todas as equipas. São regras que funcionam. A TAP é hoje uma empresa viável também pelas pessoas que lá trabalham.

Sobre o *e-mail* da SRS Legal, não recebi qualquer *e-mail* ou tive qualquer contacto com os advogados sobre esta matéria. A minha obrigação de comunicação é sobre matérias financeiras, repito, a minha responsabilidade é sobre matérias financeiras. Não estando envolvido neste processo, não teria de reportar quer à tutela setorial, quer à tutela financeira qualquer aspeto relativamente ao processo de saída, nem me foi obrigado qualquer tipo de participação ou envolvimento neste caso.

Sobre o *e-mail* do Ministro do Ministério das Finanças e do Ministério das Infraestruturas sobre a publicação de resultados, peço desculpa, Sr. Deputado, mas comecei, na sua resposta, a referir precisamente que expressei a minha opinião, que julgo ser a opinião do consenso da equipa da TAP sobre o estado, *sui generis*, em que a TAP se encontra neste momento. E expressei essa opinião quer à tutela setorial, quer à tutela das finanças. Enviei igualmente um *e-mail* com a apresentação dos resultados e as contas

finais. Estava também anexo a declaração à imprensa, o comunicado de imprensa com o detalhe dos resultados, que foi posteriormente publicado também no nosso *site* e no *site* da CMVM, em que pedia autorização para a publicação dos resultados e pedia indicações sobre o dia e a forma da publicação desses mesmos resultados.

O *e-mail* que leu foi o *e-mail* que me foi enviado e que confirma a opinião que exprimi às duas tutelas e que me parece que se coaduna com a situação em que estamos neste momento. A possibilidade de haver uma conferência de imprensa, neste contexto, nas vésperas de uma Comissão de Inquérito, quando temos, neste momento, uma situação de... Obviamente que a Presidente da Comissão Executiva e o Presidente do Conselho de Administração se encontram em funções, mas não é uma situação igual à situação antes da conferência de imprensa, anunciando os atos de intenção de demitir quer a Presidente da Comissão Executiva, quer o Presidente do Conselho de Administração.

Sobre o tema da privatização, Sr. Deputado Paulo Moniz, só queria que me lembrasse se falhei aqui alguma das perguntas: diz-me que o Primeiro-Ministro afirma que o Estado deve manter uma posição acionista, mas que os potenciais interessados dizem, aparentemente, segundo o que me perguntou, só querem comprar os 100 %.

À gestão compete gerir. O processo de privatização, o tempo para a privatização, a forma para a privatização, têm de ser definidos pelo acionista, em formato de decreto-lei, que, quando for decidido, será publicado, aprovado, nos termos da lei, enquadrando o processo de privatização, e, aí, teremos a resposta às suas perguntas.

Não tenho nenhuma informação especial nesse sentido, à empresa compete receber as instruções do acionista sobre os trabalhos e competências que temos de desempenhar durante um processo.

Sublinho também que este processo será bastante exigente,

provavelmente longo, intenso, mas que, hoje, a posição da TAP, nesta potencial transação, está muito melhor do que alguma vez esteve no passado. Nunca a TAP teve uma *performance* financeira tão sustentada, com um balanço tão forte, que permita pedir não só uma negociação, sempre exigente, que permita maximizar o valor para o acionista, qualquer que seja a forma, seja numa posição minoritária, seja numa posição majoritária, seja para a totalidade do capital.

Não sei se me esqueci de algum tema, Sr. Deputado.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Paulo Moniz pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Para interpelar a mesa sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Como tem sido regra, o Sr. Dr. Gonçalo Pires não respondeu a três perguntas.

Vou voltar a fazê-las, sem tempo, como é óbvio.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, as perguntas, a meu ver, foram respondidas.

O Sr. Deputado pode não ter ficado...

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — O Sr. Presidente, desculpe, mas não pode proferir uma afirmação dessas. Desculpe, não pode tecer considerações...

O Sr. **Presidente**: — Não, mas eu...

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Ó Sr. Presidente, essa é de lesa-pátria.

O Sr. **Presidente**: — Não, não é...

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Na condução dos trabalhos, o Sr. Presidente não pode entender que o depoente respondeu ou não às perguntas de um grupo político.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, quer voltar a ter tempo suplementar, é isso?

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Não, não quero ter tempo...

O Sr. **Presidente**: — É que tem uma terceira ronda ainda para colocar as questões.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Bem sei, bem sei da terceira ronda, mas o que eu estou a dizer, é que quero que o Sr. Depoente responda às minhas perguntas, ou, então, diga que não responde, mas tem de responder.

Portanto, eu faseei as perguntas para dar exatamente sentido e até terminei, dizendo «sim» ou «não»?

Portanto, era fácilimo responder. E as perguntas que eu quero e que digo que não foram respondidas, não foram.

O Sr. **Presidente**: — Então, na interpelação à mesa, faço a favor de dizer, Sr. Deputado, quais foram as perguntas que não foram respondidas.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Muito bem!

A primeira pergunta que fiz foi que são públicas, no noticiário da TVI, de hoje, as afirmações da Sr.^a ex-CEO que dizem que o Sr. Dr. Gonçalo Pires conhecia, *ab initio*, todo o processo referente à Eng.^a Alexandra Reis.

A pergunta que lhe fiz era: isto pode, ou não, ser verdade, e se é, se quer, ou não, rever o que já aqui depôs.

A segunda pergunta que fiz, específica, foi se no dia 4 de fevereiro recebeu ou trocou alguma mensagem ou *e-mail* com César Sá Esteves, Manuel Beja, CEO da TAP, ou os advogados de Alexandra Reis sobre o termo e condições do contrato. Sim ou não?

A terceira pergunta, simples: afirmou, ou não, em algum texto, *e-mail*, no dia 2 de fevereiro, que achava que o processo negocial com Alexandra Reis demoraria mais tempo. Assim, a ter ocorrido, isto é o reconhecimento de que estava a par do processo. Sim ou não?

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Mas isto é, outra vez, a repetição da mesma coisa?

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Finalmente, ...

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — Afinal, já são quatro perguntas?

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Não, não...

Finalmente, se estivesse a par do processo, qual seria a sua obrigação? Reportar ao Ministro das Finanças e ao Ministro das Infraestruturas?

Sim ou não? Nem sequer, digamos, levanta dúvidas.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, agradeço a forma como expôs a questão e gostaria de dizer-lhe o seguinte: em função daquilo que ouvi, quer

agora, quer durante a intervenção que ao longo desta tarde e desta noite, o Sr. Doutor tem partilhado connosco, eu diria que as respostas estão dadas.

Mas, de qualquer forma, para que não fique dúvida nenhuma e porque a Comissão de Inquérito deve, nestas questões, não ter dúvida nenhuma e porque a perceção de um de nós pode não ser a dos outros, pedia muito concretamente ao Sr. Doutor que respondesse a estas questões, sobre a notícia que, eventualmente, e quase que tentando transformar a Comissão de Inquérito naquilo que é o comentário das televisões — que eu acho que nenhum de nós está a acompanhar a televisão ao mesmo tempo que está aqui a trabalhar —,...

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Não pode fazer juízos de valor!

O Sr. **Presidente**: — Se puder continuar, não o interrompi, estou a dirigir os trabalhos e não interrompi nenhum dos seus Deputados nas suas intervenções e podia dizer a mesma coisa.

Portanto, o que queria dizer era o seguinte: Sr. Doutor, sei que não está a ver a TVI, aliás, penso que nenhum de nós aqui está a acompanhar a TVI ou a acompanhar qualquer outro tipo de noticiário.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Quer que passemos a notícia?

O Sr. **Presidente**: — Portanto, a questão que o Sr. Deputado coloca tem a ver com o seguinte, sobre se aquilo que será afirmado, não sei se na notícia, se nalguma das intervenções de alguma pessoa, nomeadamente da CEO da TAP, de que o Sr. Deputado conhecia desde o início o processo de saída da Sr.^a Eng.^a Alexandra Reis.

A pergunta que coloco é se isso que, aparentemente estará a ser veiculado na comunicação social, é verdade ou não.

Pedia ao Sr. Doutor que pudesse responder.

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Eu volto a repetir que, como referi anteriormente, admito que isso não é uma surpresa, simplesmente porque sabia das divergências, sabia que existia uma possibilidade de mudança na Comissão Executiva, aliás, onde se incluem, também, os órgãos não executivos, sabia dessa intenção, não participei no processo, não me recordo de qualquer *e-mail* da SRS e não me lembro de qualquer vez ter participado nas negociações, de ter participado na preparação, na decisão, na elaboração de qualquer acordo e, sobre a comunicação, não tenho responsabilidades sobre a comunicação se, eventualmente, com conhecimentos informais, como foi o caso a ambas as tutelas. A minha responsabilidade é financeira, restringe-se ao pagamento da indemnização — já expliquei o processo —, essa é a minha responsabilidade, não é uma responsabilidade de comunicação.

O Sr. **Presidente**: — Fiz a pergunta ao Sr. Doutor sobre a primeira pergunta do Sr. Deputado, respondeu às quatro perguntas que o Sr. Deputado Paulo Moniz tinha feito e, portanto, vamos passar ao próximo, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado Filipe Melo, do Grupo Parlamentar do Chega, tem a palavra. Pedia-lhe, de facto, rigor no cumprimento do tempo dos cinco minutos.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, o Sr. Dr. Gonçalo Pires disse, há instantes: «Não sei se a TAP vai, ou não, ser vendida, não depende de mim, mas sim do acionista.»

O Sr. **Presidente**: — Pedia aos presentes que criassem as condições para os Sr. Deputado Filipe Melo colocar as suas questões e, já agora, para

que, também deste lado, consigamos acompanhar melhor os trabalhos que estão a ser desenvolvidos na sala.

Pedia uma especial atenção ao Srs. Deputados.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Tendo em conta o que o Sr. Doutor disse, quanto a não ter nada a ver com o processo de venda, pergunto-lhe o que é que quis dizer com o seu *e-mail*, datado de 21 de junho de 2022, às 17h57, enviado para Pedro Nuno Santos, Hugo Mendes e Christine Ourmières-Widener, afirmando que esteve reunido com Benjamin Smith, CEO da Air France e KLM, em que terá dito, nessa conversa, que a TAP estava para venda, que eles se mostraram extremamente interessados na TAP e, ainda, terá dito que, mais importante do que vão pagar pela TAP, é o modelo de governação que valoriza o novo acionista.

A primeira questão que lhe coloco é esta: confirma este *e-mail*? É, ou não, uma intromissão em alguma coisa pois o senhor acabou por admitir que não era uma pasta sua? Intrometeu-se, ou não, no processo de venda e, ao dizer isto, é ou não um crime de lesa-pátria?

Portanto, desvaloriza a TAP, os interesses dos contribuintes portugueses, que lá meteram 3,2 mil milhões de euros e diz que interessa preservar e valorizar o novo acionista. Esta é a questão n.º 1.

Questão n.º 2: o Sr. Doutor disse aqui, durante a tarde inteira — quase já sei de cor —, «isso não é responsabilidade minha, eu só tenho responsabilidade na área financeira». Ora bem, os pagamentos foram feitos, os 500 mil euros foram pagos — o Sr. Doutor disse que estavam enquadrados no cabimento orçamental — pelo que, desculpe o termo, mas se houvesse algum maluco que dentro da TAP mandasse pagar 500 mil euros a uma organização terrorista, o senhor era responsável por isso, porque o senhor autorizou o pagamento sem ver.

Portanto, se o autorizou sem ver, tem de tirar consequências e a única

consequência que eu vejo nisto é a sua demissão, não há outra. O senhor autoriza uma coisa sem ver, é o responsável, já o assumiu: «Eu sou o responsável financeiro.» Se a área financeira autoriza um pagamento indevido de dinheiro público, o senhor não tem outra solução a não ser apresentar a sua demissão ao Ministro das Finanças. Concorda com esta minha afirmação? É outra questão.

Há alguma coisa de que o Sr. Doutor se tenha esquecido de contar à IGF, que queira partilhar connosco agora? É que o que foi ontem transmitido pelo Sr. Inspetor-Geral e o que hoje já ouvimos parece-nos muito vago. Das duas uma, ou a equipa da Inspeção-Geral de Finanças se esqueceu, admito que seja possível, de colocar no relatório alguma informação que o Sr. Doutor tenha prestado, ou então o Sr. Doutor não prestou todas as informações que devia ter prestado ao processo.

Se prestou, está esclarecido e teremos de questionar novamente a IGF. Se não prestou, pergunto-lhe qual das duas opções temos em cima da mesa. Sentiu-se condicionado no depoimento que prestou à IGF ou fê-lo propositadamente? Essa é outra questão.

Depois, em resposta ao Deputado Hugo Carvalho, do PS, que lhe perguntou se a Eng.^a Alexandra Reis sai por falta de competência ou incompatibilidade, o Sr. Doutor disse — e bem —, que não sabe, que podia ser por uma ou por outra situação, que não sabe. Ora bem, tendo em conta que o senhor reporta ao Ministro das Finanças, Fernando Medina, tendo em conta que foi Fernando Medina a convidar e a nomear Alexandra Reis como Secretária de Estado do Tesouro, por acaso, só coincidência, para uma área que tutela as duas empresas por onde passou, admite que o Ministro a quem o senhor reporta tenha contratado, para uma função tão importante, alguém incompetente? É que o senhor não desmentiu a questão do Sr. Deputado Hugo Carvalho.

Incompetência ou incompatibilidade? O senhor diz que não sabia. Ou

uma ou outra!

Portanto, admite que o Ministro das Finanças tenha contratado para Secretária de Estado — desculpe o termo — uma incompetente?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. Gonçalo Pires, tem a palavra.

Faça favor.

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Muito obrigado. Agradeço a pergunta, Sr. Deputado.

Sobre o modelo de *governance* e a reunião com o Ben Smith, esta não é uma reunião onde tenha participado só eu, é uma reunião que aconteceu dentro da assembleia-geral de todas as companhias de aviação. Reunimos, eu, a Christine e um outro membro da equipa, responsável de estratégia, por um sem número de companhias aéreas: Air New Zealand, Emirates, Air France, Delta Air Lines, JetBlue.

Este é um evento — a Assembleia-Geral da IATA (The International Air Transport Association) — que acontece, precisamente, para contactar ou para pôr em contacto todas estas companhias aéreas que fazem parte desta associação e, com isto, é um evento anual em que partilham todas as suas experiências.

Na reunião que refere, com a Air France, foi, obviamente, declarado pela Air France o interesse na privatização da TAP. Quanto ao que refere sobre se é mais importante dinheiro ou valorizar o modelo de *governance*, o que sugeri é que a operação podia ser em *cash*, obviamente, mas também podia ser em ações e não tendo visibilidade, porque, para isso, estava a dirigir o *e-mail* à tutela. Não tendo visibilidade sobre o modelo que o Governo irá sugerir ou seguir, abri estas duas possibilidades, na conversa com a Air France, em que me foi dito que era possível, se se considerasse um modelo em que a transação é paga em ações, parcialmente. Foi isso que sugeri e que

referi no *e-mail*. Não tem nada a ver com o valor.

O valor pode ser até muito maior. A ideia, precisamente, que me lembro de referir nessa reunião...

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Que assim seja!

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Não, é exatamente isso! Imagine que tem 100 € na conta e uma empresa com ações. A empresa vale 300 €. Não tenho os 300 €, posso dar 100 € e o resto em ações? Se me pagar os 300 €, admitimos essa possibilidade. Mas eu não estava a dizer-lhe que o Governo ia fazer o que quer que seja, era precisamente a possibilidade sobre se, no processo de privatização, pode ou não ser considerada a possibilidade de pagar em ações.

Refiro, tal como referi nessa reunião, que a Administração da TAP não compromete o Governo. Nessa altura, não havia qualquer — tal como não há hoje — decisão tomada.

O processo de privatização começa só com a publicação do decreto-lei e só no decreto-lei, que não conheço, estará descrito o processo. Terá um preâmbulo, terá umas regras, terá a indicação para nomear assessores, terá a indicação para um período de consulta e de reuniões com o *management*, terá, depois, um período para receber ofertas *non bidding*, não vinculativas, e, depois disso, o Governo selecionará, com os seus assessores, uma *short list* ou um grupo de potenciais interessados, que passarão por uma última fase, em que terão acesso a informação mais confidencial e seleta sobre a empresa. Isso ainda não conhecemos.

Essa reunião aconteceu no âmbito de muitas outras reuniões onde foi expresso o interesse na privatização da TAP, que acho que é uma boa notícia, uma boa notícia também para reportar ao acionista e sinal de que o processo, quando acontecer, poderá e deverá ter sucesso.

Sobre o pagamento sem cabimento de uma organização terrorista, é precisamente por haver regras que essas situações não acontecem. Não é simplesmente porque o pagamento não me é sujeito para aprovação que o pagamento acontece ilegalmente. É precisamente o contrário.

Por isso, relembro: a TAP faz milhares de pagamentos por mês. A provisão de reestruturação, onde se inclui todos os processos de saída, incluindo as indemnizações, tinha cabimento orçamental.

A despesa é passada para os recursos humanos depois de assinada por dois administradores. O que compromete a despesa é a assinatura de dois administradores, o Presidente da Comissão Executiva e a Presidente do Conselho de Administração. E é essa instrução que é recebida nos recursos humanos, que, tendo cabimento orçamental, a instruem encriptada para a tesouraria. Como lhe disse, a tesouraria paga um bolo de salários e indemnizações e fá-lo todos os meses.

Por isso, à pergunta sobre se me devo demitir a resposta é «não», porque as regras funcionam. Funcionam e funcionaram! E, já agora, digo-lhe que não só funcionaram e têm funcionado, como têm funcionado bem. Basta olhar para os resultados da TAP e percebemos que não há pagamentos avulsos para organizações duvidosas ou indemnizações indevidas.

Aliás, aproveito para lhe dizer que fechámos o ano com uma reversão de 3 milhões de euros, na provisão de reestruturação. Isto significa que, na provisão de reestruturação, tivemos razões, validadas pelo auditor, para reverter parte dos montantes que tinham sido provisionados, ou seja, parte do cabimento orçamental que tinha sido iniciado.

Aparte inaudível do Deputado do CH Filipe Melo.

Um dia!

O Sr. **Presidente**: — Pedia que não houvesse diálogo. O Sr. Doutor está a responder às questões que foram colocadas.

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Peço desculpa.

Sobre o depoimento à IGF, queria dizer-lhe que estou de consciência tranquila, porque o que disse é precisamente aquilo que me importa dizer. Peço desculpa pela repetição, mas o que disse é que soube poucos dias antes, informalmente, do acordo para a potencial saída da Eng.^a Alexandra Reis — potencial, porquê? Porque não tinha recebido a confirmação oficial — e que sabia que isto não era uma surpresa, porque havia divergências e havia um processo para uma possível alteração da Comissão Executiva e até da equipa não executiva.

Por isso, estou de consciência tranquila. Foi o depoimento que fiz e os esclarecimentos que dei num processo que, peço imensa desculpa sublinhar, não estive envolvido. Não estive envolvido na decisão, está a ver? Não estive envolvido na preparação, na conversa com os advogados. Não estive nas reuniões com a Eng.^a Alexandra Reis. Não sei quando aconteceram as reuniões com a Eng.^a Alexandra Reis. Não sei quando foi tomada a decisão da saída pelo acionista. Não sei em que formato foi definido o acordo para a saída. Não conheço os termos concretos para a saída da Eng.^a Alexandra Reis.

Por isso, quando não se participa num processo, na preparação, na elaboração, na autorização, quando não se assina — eu não assinei nenhum contrato para a saída da Eng.^a Alexandra Reis! —, o que me oferece dizer é que, obviamente, não é uma surpresa. Havia divergências, havia mudanças na Comissão Executiva, de que soube informalmente dias antes e de que soube oficialmente na comunicação do Dr. Manuel Beja, aliás, referindo, como me foi perguntado há pouco, os exatos termos do comunicado de que, sinceramente, pelas pessoas envolvidas, não tinha nenhuma razão para

desconfiar.

Sobre o tema da incompetência ou incompatibilidade, quando respondi ao Sr. Deputado, disse que, primeiro, não queria fazer juízos de valor, porque o processo não é meu, a decisão não é minha.

Digo-lhe que tenho muito apreço por todas as pessoas que trabalharam comigo, ao longo deste processo, na TAP, e, na TAP, todos os dias, toda a gente dá tudo para conseguirmos o que já conseguimos. Agora, admito que seja um tema, dadas as divergências, mais de incompatibilidade do que de competência.

Mas, sobre a nomeação para a Secretaria de Estado do Tesouro, não tive nada a ver com isso. Não me foi perguntado. Nem sei como é que aconteceu, no sentido em que, muito provavelmente, quando foi nomeada, foi nomeada por razões de competência. Não tenho nenhuma razão para duvidar disso.

Soube da nomeação pelas notícias, num dia à noite — aliás, horas depois, aparentemente, de ser público, porque estava envolvido em temas que me ocuparam. Aliás, até, quando me avisaram, perguntei se era a mesma Alexandra Reis, porque podia haver mais, no sentido em que, quando foi nomeada a Eng.^a Alexandra Reis, disse: «É a nossa Alexandra Reis?». E, quando percebi que sim, disse: «Olha, bom para ela!».

Mas claro que sim! Ouça, acho que existe...

Aparte inaudível do Deputado do CH Filipe Melo.

Não, não, ou seja, não sabia...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, não há diálogo. Agradecia que continuasse a sua explicação, de acordo com as perguntas que foram colocadas.

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Já acabou a intervenção e as respostas ao Sr. Deputado?

Muito bem. Então passamos ao Sr. Deputado Bernardo Blanco, da Iniciativa Liberal. Faça favor, Sr. Deputado. Tem 5 minutos.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Gonçalo Pires, queria perguntar-lhe, porque ainda não fiquei esclarecido, o seguinte: a CEO diz que o senhor sabia da saída de Alexandra Reis desde o início e, por isso, queria perguntar-lhe muito claramente se é a CEO que está a mentir ou se foi o senhor que, há pouco, nos mentiu e mentiu à IGF, porque algum dos dois tem de estar a mentir.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Isso é verdade!

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Repito: algum dos dois tem de estar a mentir.

Ontem, a IGF — segunda pergunta — dizia que o senhor fazia a ponte com o Ministério das Finanças. Queria perguntar-lhe se, quando soube da indemnização, não deveria ter informado a tutela, dado que me parece que também tem uma responsabilidade fiduciária para com a empresa e, por isso, também consequentemente com o acionista.

Depois, queria perguntar-lhe, porque há bocado também não fiquei completamente esclarecido, e é mais até para confirmar, se não teve nenhuma comunicação, seja formal seja informal, com alguém do Ministério das Finanças, relativamente a este processo.

Por último, pergunto-lhe até, tendo em conta os motivos que, na

primeira ronda, deu para a saída da Sr.^a Alexandra Reis — posições divergentes com a CEO —, se ninguém pode discordar da CEO, se posições de divergência são motivo para tirar uma administradora, e até lhe pergunto se, alguma vez, expressou divergências da CEO e se daí resultou algum conflito.

Quinta pergunta sobre o caso de Alexandra Reis, ainda: relativamente aos comunicados da CMVM, o primeiro comunicado assinado por si diz: «Alexandra Reis apresentou hoje renúncia ao cargo». Por isso, obviamente que não assinou os acordos, mas assinou este comunicado enviado ao mercado.

Ora, o que está aqui, sabemos ao dia de hoje, não é verdade. A questão é que o senhor podia não estar a par disso e ter confiado — pode dizer-me isso — na informação que lhe deram. Estou pronto para ouvir a resposta, mas o que está aqui não é verdade. Tanto não é verdade que, depois, a CMVM, até de uma forma um bocadinho agressiva na interação com TAP, diz: «Digam a verdade». E, depois, há um segundo comunicado da TAP, com esclarecimentos em que tem aqui esta figura jurídica meio inventada da renúncia por acordo, etc., que já todos conhecemos.

Mas o que lhe pergunto é se no primeiro comunicado mentiu ou se, simplesmente, lhe foi passada uma informação e assumiu essa informação como boa e assim a publicou.

Sobre Alexandra Reis, são essas cinco perguntas.

Depois, queria perguntar-lhe sobre o tema ainda dos prejuízos fiscais, porque há bocado também não fiquei totalmente esclarecido. Primeiro, queria confirmar — se é que me consegue dizer — qual é o valor final do ano dos prejuízos fiscais. Fui aqui ver o Relatório de Contas do primeiro semestre e o valor total eram 990 milhões. Queria perguntar-lhe se me conseguia dizer o valor final.

Depois, queria confirmar aqui também o seguinte: olhando para o

mesmo Relatório de Contas do primeiro semestre, quando vou aqui à tabela dos prejuízos fiscais, o último ano de limite para a dedução — está lá, numa coluna dos anos para a dedução — é 2033. Queria perguntar-lhe se isto está certo, no sentido da nossa conversa de há pouco. Os lucros de 2022 foram beneficiados pelos tais 31 milhões de que me falou e os resultados dos próximos anos podem ser favorecidos, tinha-me dito, em 440 milhões. Fui ver na apresentação de resultados e penso que são 447, mas deve ser a esses que se está a referir.

Por isso, na prática, o privado que vier, durante 10 anos, até 2033, pode ser favorecido, pelas mesmas razões, nestes 447 milhões? Era isso que queria perguntar-lhe.

Fora agora já dos prejuízos fiscais, sobre a Groundforce, no dia 19 de março de 2021, a TAP adquiriu à Groundforce ativos no valor de sete milhões de euros, tendo, simultaneamente, alugado os mesmos equipamentos à Groundforce, no dia 10 de maio de 2021, algo que foi comunicado até pela Dr.^a Alexandra Reis, num comunicado à CMVM (Comissão do Mercado de Valores Mobiliários) pela Dr.^a Alexandra Reis.

Por isso, se entendo bem, a TAP ficou, basicamente, com a parte boa da empresa, com o recheio. Depois, declarou a empresa insolvente e os credores terão agora menos ativos para vender e serem ressarcidos.

Pergunto, em primeiro lugar, se foi mesmo isto que aconteceu e, em segundo lugar, se isto não vai, até, contra o plano de reestruturação, que obrigava a que a TAP vendesse todos os seus ativos não-estratégicos, focando-se apenas no negócio da aviação.

Por último, quero perguntar-lhe uma coisa sobre a dívida, de que também falámos há pouco. Tinha dito que o dinheiro injetado na TAP não era enterrado e que, em 2022, o saldo era praticamente nulo se retirássemos o efeito do Estado. Mas o Estado injetou 294 milhões e, pelas contas que fiz,

a variação de caixa ficou, mesmo assim, apenas em 110 milhões. Logo, foi negativo.

Disse-me também que vai procurar financiamento externo, mas, tendo em conta que tem os quase mil milhões em caixa, pergunto-lhe porque é que não começa a pagar os empréstimos e continua a aumentar o passivo, em vez de refinar novas dívidas com taxas mais altas, como até disse há pouco. Porque, sem as ajudas do Estado, pelas contas que eu faço, o passivo está a aumentar desde 2020.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Dr. Gonçalo Pires, tem a palavra para responder às questões colocadas pelo Sr. Deputado.

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Muito obrigado Sr. Deputado.

Sobre a pergunta se «estou a mentir», desconhecendo o processo, não sei quando é que ele começou. Por isso, se desconheço o processo desde o início, não sei se demorou dias.

O meu ponto é o seguinte: eu sabia, como admiti à IGF, que havia divergências, que havia uma intenção de alterar membros na Comissão Executiva. Soube, dias antes, que poderia acontecer.

Mas não sei quando, de facto, começou o processo nem a quando é que a Christine se está a referir: se se está a referir à intenção de mudar a Comissão Executiva e os membros não-executivos, se se está a referir ao processo negocial, se se está a referir ao facto de ter demorado uma hora, dois dias, três dias a fechar um acordo.

O que me foi informado informalmente é que tinha sido fechado um acordo. E quando alguém o informa «Olhe, fecharam um acordo», é porque não participou nele.

Por isso, eu não estive envolvido no processo, percebe? E essa é a lógica daquilo que estou a tentar dizer e esclarecer: que, para alguém que não esteve envolvido, que não tomou a decisão, que não participou nas negociações, que não teve qualquer envolvimento com os detalhes do contrato, basicamente a minha posição sobre a comunicação informal que dei à IGF e a comunicação oficial que também dei à IGF é precisamente aquela que mantenho e que continuo a dizer.

Sobre o tema do «devia ter comunicado à tutela». As minhas obrigações são financeiras. Se devia ter comunicado à tutela uma despesa de 500 000 euros? A resposta é «não», porque essa despesa tem cabimento orçamental e, tendo cabimento orçamental, é feita e segue a prática da empresa. Tem provisão, é instruída, depois, da assinatura de dois administradores, nos quais não me incluo, os recursos humanos processam o pagamento e a tesouraria autoriza.

Sobre o tema do contacto ao Ministério das Finanças, creio que foi esta a resposta que lhe dei.

Se alguém pode discordar da CEO: acho que todas as lideranças têm estilos, e eu não posso fazer juízos de valor sobre se um estilo combina mais ou combina menos com a CEO. O que lhe posso dizer é que a TAP e as equipas da TAP entregaram, no ano passado, resultados que superaram o plano de reestruturação. Obviamente que não foi sem os seus conflitos, sem as suas divergências, como denota o caso que discutimos hoje e que nos levou a esta Comissão de Inquérito. Mas não vou fazer — permita-me — juízos de valor sobre os estilos.

Sobre o comunicado à CMVM: como lhe digo, foi-me comunicado nos exatos termos do comunicado. Não tinha nenhuma razão para desconfiar que não tinha sido assim ou que as palavras utilizadas não consubstanciavam a verdade dos factos. Por isso, foi-me comunicado e não me foi pedida autorização prévia para comunicar.

Sou eu, obviamente, que assino, a responsabilidade é minha. Mas porque sou representante para os investidores, percebe? O comunicado foi preparado e desenvolvido pelas equipas que estiveram envolvidas no processo.

Sobre o montante do DTA (Regime Especial de Ativos por Impostos Diferido), percebo que esta seja uma pergunta muito técnica, mas relembro-lhe que o Relatório de Contas está a dias de ser aprovado e terá lá todos os detalhes. Peço imensa desculpa que não estejamos aqui a discutir os números para além daquilo que já lhe mencionei.

Sobre o prazo: o prazo que referiu é hoje maior. Porquê? Porque o limite temporal é retirado e porque os lucros da TAP também são melhores. E, porque as perspetivas operacionais da TAP e da sua recuperação são hoje melhores, é possível reportar mais prejuízos que aconteceram no passado, e por isso podemos registar os tais 31 milhões de euros.

Sobre o tema da Groundforce, reconheço que o tema é muito complexo, que é muito longo e que afeta centenas de trabalhadores na empresa, na SPDH (Serviços Portugueses de Handling).

Este é um processo que já devia ter sido resolvido há muito mais tempo, mas, como sabe, há um processo judicial para contestar a liquidação da SPDH, que tem atrasado todo o processo de recuperação.

Existe um plano de recuperação apresentado pelas administrações de insolvência que não pode ser apresentado à Assembleia de Credores nem aos tribunais, precisamente porque existe muita litigância neste processo e muito risco de execução.

Mas a TAP, nessa compra de equipamentos ou no que ainda faz todos os meses, apoia a SPDH e a Groundforce. Com adiantamentos de salários — por dias, é certo, mas são adiantamentos de salários — para ajudar à liquidez da Groundforce. Nesse caso, o período crítico é, primeiro, anterior à minha chegada. Eu entrei apenas a 15 de outubro e esse é um processo anterior, mas

a compra de equipamentos foi uma forma que a TAP encontrou de dar liquidez à Groundforce.

Obviamente que a TAP o faz porque precisa da Groundforce. A SPDH e a Groundforce são o *handler* da TAP em Lisboa e nós, sem a empresa que trata das bagagens — vulgo —, não conseguimos operar.

A TAP tem toda a urgência em resolver este caso. Felizmente, estamos no final de um processo: já escolhemos os administradores da insolvência e, em parceria com a TAP, um novo investidor. Este novo investidor, a NAS (National Aviation Services)/Menzies, poderá dar mais condições à SPDH porque se compromete a investir na empresa, a reorganizá-la e fará tudo com acordo dos credores.

E relembro que a maioria da Assembleia de Credores da SPDH são, precisamente, os trabalhadores, por isso todo o processo, assim que for assinado pela TAP, começará com uma negociação com a Assembleia dos Credores e com os trabalhadores em particular. Depois de aprovado, será apresentado o plano de reestruturação. E, se não houver mais litigância, que esperamos que não haja, será implementado.

É urgente que o novo investidor chegue à Groundforce, até porque o verão está a chegar e este momento é crítico, dado o volume que esperamos para o verão no aeroporto de Lisboa. Quanto antes tivermos esta situação resolvida, melhor.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

Passamos agora ao Grupo Parlamentar do PCP. Sr. Deputado Bruno Dias, faça o favor, tem 5 minutos.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Já agora, diria que o Dr. Gonçalo Pires acabou de explicar porque é que o *handling* é uma operação crítica para a TAP. Acabou de o demonstrar.

E acabou de demonstrar porque é que têm razão aqueles que, como nós, criticam profundamente esta imposição de alienar a participação da TAP na empresa, precisamente pelas razões que adiantou.

Tem sido criminosa a forma como, ano após ano, por imposições políticas a partir da União Europeia desde logo, mas também com a responsabilidade direta dos governantes, as ameaças à Groundforce, à SPDH e aos seus trabalhadores têm vindo a ser colocadas.

Queria voltar a um aspeto que o Dr. Gonçalo Pires mencionou há pouco, que é a frota e, precisamente, os ATR.

Os ATR, se bem me lembro, entraram para a frota da TAP na gestão privada porque — peço desculpa pela expressão popular que vou utilizar — foram empandeirados pelo Sr. Neeleman, que estava interessado em desfazer-se deles.

Quando ouvimos a sua explicação, a dizer que, tendo em conta aquele *fleet gap* de 98 aeronaves e que os primeiros a mandar embora certamente seriam os ATR, essa é uma questão que o PCP levantou há anos — há anos! — aqui na Assembleia e é uma das múltiplas situações que demonstra que a gestão privada deixou e deixa marcas, ainda hoje, nas contas da TAP.

Marcas pelas opções estratégicas ruinosas que foram impostas à TAP, mas que beneficiaram o Sr. Neeleman. É o caso dos ATR, é o caso dos A330, que na altura vieram no estado em que vieram. Portanto, se pudesse ainda elaborar sobre esta questão da frota, eu agradecia.

Para terminar, queria ir às contas da TAP de 2021. Dentro de poucos dias será apresentado o Relatório de Contas de 2022, mas o que está disponibilizado na íntegra é o de 2021.

O exercício desse ano termina com um prejuízo gigantesco de cerca de 1,5 mil milhões de euros. No entanto, quando se analisa o detalhe das contas, vemos que, além do prejuízo provado, naturalmente, pelas

consequências da pandemia, foram colocados nessas contas mais de mil milhões de euros de despesas não recorrentes.

No essencial, essa verba trata de uma dívida da TAP, SGPS à TAP, S.A. Aliás, pode ler-se que são «perdas por imparidade» no montante de 884,7 milhões de euros respeitantes à conta «a receber» da TAP, SGPS, decorrente da aprovação do plano de reestruturação aprovado.

E, até onde esses dados aparecem nas contas da TAP, conseguimos ver essa verba a crescer continuamente desde 2018: 819,7 milhões, depois 843,7 milhões, depois 882,7 milhões, depois 921,5 milhões. Mas nunca é devidamente explicada a origem e o objeto destes empréstimos que, na prática, iam sobrecarregando a TAP, S.A. em favor da TAP, SGPS.

E, sem precisar — o que é grave, face a um tal volume de dinheiro — deixa-se subentendido que tudo se deve à Manutenção e Engenharia do Brasil, à ex-VEM (Varig Engenharia e Manutenção S.A.), o que se estranha, até porque, em 2018, a TAP fez questão de colocar no Relatório de Contas — isto não foi escrito por si em 2018, como é evidente, mas é um contexto que temos — que a TAP ME Brasil (TAP Manutenção e Engenharia Brasil) tinha sido reestruturada, transformando uma empresa deficitária e consumidora de capital e outros recursos, numa operação dimensionada e rentável.

Pergunto: afinal, o que é que aconteceu? Perante um processo que era.... Outra situação de que o PCP andou anos a falar, e muitas vezes sozinho, era relativa ao problema da VEM e daquilo que era necessário e que estava a ser uma situação dramática para as contas da TAP.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sim, Sr. Presidente, eu termino...

O Sr. **Presidente**: — Agradecia.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Como dizia, termino, perguntando qual é a causa desta situação, que é retratada de uma forma crescente e mais gravosa em relação às contas.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Dr. Gonçalo Pires, faça o favor, tem a palavra.

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Não sei se percebi exatamente a sua última pergunta sobre a ME Brasil, mas já agora faço-lhe o contexto.

Obviamente que os resultados de 2021 reconhecem uma imparidade precisamente da conta «a receber» que a TAP, S.A. tem sobre a TAP, SGPS no valor de mil milhões de euros para dar cumprimento, precisamente, a uma exigência do plano de reestruturação.

E porquê? Porque com a entrada das injeções de liquidez na TAP, S.A., o grupo TAP, SGPS acaba. Por isso, deixa de haver uma relação de grupo entre TAP, S.A., que antes estava debaixo da TAP, SGPS.

Por isso, automaticamente, a TAP tem de reconhecer esta imparidade, isso é um requisito do plano de reestruturação.

A razão para essa imparidade é, basicamente, anos de necessidade de injeções de liquidez da TAP, S.A. na TAP, SGPS. De onde vêm as perdas da TAP, SGPS? Maioritariamente, como diz, da manutenção Brasil. A manutenção Brasil foi uma operação que foi adquirida pela TAP em 2007, provavelmente com o objetivo meritório de aumentar a participação da TAP no Brasil, e o Brasil é um mercado estratégico para a TAP, — a TAP hoje voa para 11 cidades diferentes no Brasil e é quase 30 % das nossas receitas — mas a verdade é que a operação da TAP ME Brasil (TAP Manutenção e Engenharia Brasil) nunca foi rentável e acumulou perdas.

Das primeiras decisões que tomámos e em que eu, especialmente, estive envolvido como Administrador Financeiro, — mas que estava como uma exigência também do plano de reestruturação, de desinvestir na VME, na ME Brasil, como diz — foi precisamente minimizar o estrago. Porque é que estamos aqui à espera de que a TAP ME Brasil possa, um dia, recuperar? Temos de vender ou fechar.

A verdade é que o potencial de haver um comprador para a TAP ME Brasil, um comprador que de facto atribuísse valor à empresa e que desse valor à empresa, era muito baixo, mesmo nulo. Houve um potencial comprador que apareceu, mas que não tinha condições e que não oferecia, de facto, nada.

Por isso foi tomada a decisão, até 31 de dezembro, num conselho de administração de 29 de dezembro, creio, de fechar a TAP ME Brasil. Por isso as perdas que forma registadas nesta imparidade foram estancadas nesse momento. O processo de reestruturação da TAP passa também por isso.

Agora, também, respondendo à pergunta do Sr. Deputado, existem, obviamente, obrigações para vender no plano de reestruturação, porque o pressuposto fundamental deste plano é o *focus* na aviação, o foco nas atividades *core*.

Percebo, o seu ponto, a Groundforce, neste caso, só terá de ser vendida até 2025. Vendê-la numa situação de liquidação não é vantajoso, encontrar um investidor que capitalize a empresa — ao mesmo tempo que a TAP converta créditos e mantenha a posição para a vender mais tarde — consegue permitir a recuperação da empresa e a necessidade de monetização de um ativo, que estará sempre em melhor estado do que está hoje, numa operação da TAP que será, esperemos todos nós, maior do que será hoje.

Por isso, para dar cumprimento ao plano de reestruturação, este é o plano que temos definido. Continua a ser fundamental para o *handling*, mesmo não tendo posição acionista, porque, obviamente que é importante,

mas muitas vezes não é só o mais importante. O contrato de serviço é o mais importante, e esse, que assinaremos com o novo parceiro estratégico, dá, não só poupanças — que isto é o mais importante — como garantias de um melhor serviço.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado Sr. Dr. Gonçalo Pires.

Passamos, agora, à última intervenção desta segunda ronda, o Sr. Deputado Hugo Carvalho. Tem a palavra, durante 5 minutos.

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — Sr. Presidente, retomaria uma questão, que já foi aqui colocada, para perceber e poder explicar melhor.

Disse que o comunicado à CMVM é assinado por si, isso é factual, temos acesso a isso, era importante que pudesse clarificar como é que o texto desse comunicado chegou a si, esse esclarecimento é ainda importante.

O segundo aspeto que gostaria de referir — e aproveitando esta que será, previsivelmente, a minha última intervenção nesta Comissão, no dia de hoje —, e sobre o tema da paz social na empresa que mencionou. De facto, já ouvimos também essa expressão em diversos momentos e em diversos contextos e entendemos, e estamos de acordo, que a paz social na TAP é fundamental porque os trabalhadores contribuíram muito para o resultado que a TAP está a apresentar, também, os portugueses contribuíram muito para os resultados que a TAP está hoje em condições de apresentar.

Portanto, na reunião, iremos para este processo de clarificação daquilo que é a responsabilidade em todo este processo da saída de Alexandra Reis, como um processo que queremos que seja transparente, mas que também célere para que possamos ter a paz social na empresa.

Para conseguirmos ter essa paz social e este esclarecimento cabal nesta Comissão, é importante que, de audição e, audição, possamos fechar aquilo que são os esclarecimentos que queremos ter. É fundamental que, depois da

audição da IGF, onde reconhecemos que é um relatório robusto, que hoje consigamos continuar a ter os indicadores que possam, eventualmente, causar ruído na avaliação política que queremos retirar e na avaliação que vai produzir um relatório final desta Comissão.

É importante que possamos ter, de forma clara, conclusões a apresentar, e, portanto, reforço alguns esclarecimentos que queria ver da sua parte e pedia-lhe que fossem cabais.

Primeiro: é, ou não é, da sua competência avaliar a rescisão de Alexandra Reis? Segundo: sabendo ou não sabendo, formal ou informalmente... O Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, em particular o artigo 30.º, no seu número 4, diz: «O conselho de administração das empresas públicas integra sempre um elemento designado ou proposto pelo membro do Governo responsável pela área das finanças, que deve aprovar expressamente qualquer matéria cujo impacto financeiro na empresa pública seja superior a 1 % do ativo líquido.», portanto gostaria de — tendo também presente este aspeto —, se fica cabalmente explicado que, sabendo ou não sabendo, nunca teria a obrigação, no âmbito das suas funções, de comunicar à tutela e já o disse que não o fez.

Portanto, pedia que confirmasse estes dois aspetos: se, efetivamente, não estava nas suas competências e se não tinha sequer a obrigação de informar. Isto porque, se o confirmar — e é isso que pretendemos nesta Comissão, é avançar para termos o esclarecimento transparente, cabal, mas conclusões robustas que os portugueses possam confiar — a conclusão (se responder afirmativamente às questões que lhe fui colocando) é que a posição que está espelhada no relatório da IGF, corresponde de forma fidedigna, clara, transparente e correta, àquilo que está a ser retratado também aqui nesta audição.

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Muito obrigado, Sr. Presidente. Não sei se acompanhei a sua pergunta, talvez seja do cansaço, sobre a paz social. Qual era a pergunta sobre a paz social?

O Sr. **Presidente**: — A pergunta sobre a paz social é qual a importância que dá precisamente à questão da paz social na empresa. Penso que interpreto bem a pergunta do Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — É só enquadramento, não é pergunta.

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Muito obrigado.

Sobre o texto à CMVM, tal como disse, quando recebo o *e-mail* do Dr. Manuel Beja, do Presidente do Conselho de Administração, é-me especificamente referido, a mim e a todos os outros membros do Conselho de Administração, que além de comunicar oficialmente a saída da Eng.^a Alexandra Reis, que a TAP iria publicar o texto nos termos que depois ele inclui no *e-mail*.

Obviamente que sou responsável porque assino, obviamente não sou responsável na medida em que não preparei o texto, no sentido em que não soube da preparação, sou responsável pela sua publicação, não fui pela sua preparação.

Sobre as minhas competências em relação à rescisão da Eng.^a Alexandra Reis, a minha competência é financeira, não tinha, dentro do quadro do pagamento de uma indemnização de 500 000 euros, que reportar o pagamento à tutela setorial ou à tutela financeira, como é o caso. Simplesmente porque, tendo o pagamento cabimento orçamental, não me foi sequer reportado que esse pagamento iria ser feito, ele é feito sem a minha autorização prévia.

Finalmente, e sobre o tema da paz social, penso que já o referi e julgo que é sempre importante esclarecer que não há nenhuma empresa que consiga ter sucesso sem os seus trabalhadores. O binómio que se apresenta no plano de reestruturação, é precisamente de cumprimento dos pressupostos financeiros, das perspetivas financeiras, da TAP, e de fazê-lo de uma forma sustentável. A sustentabilidade da operação exige que todos estejam alinhados nos mesmos objetivos.

Obviamente que isto não é uma tarefa fácil, e todos percebemos, e os próprios sindicatos percebem, que teremos de fazer isto o quanto antes. A boa notícia é que temos bons resultados.

Os bons resultados hoje, permitem-nos ter um novo enquadramento, como foi dito no final do ano passado, quando foram comunicados os resultados dos primeiros nove meses, em que se se confirmassem bons resultados para o ano de 2022, que seriam anunciadas medidas.

Essas medidas foram anunciadas, são medidas transversais de redução do corte. Obviamente não precisamos de medidas parciais, precisamos de novos acordos de empresa, de longo prazo, e o plano de reestruturação o que diz, cabalmente, é que têm de ser sustentáveis e têm de assegurar a produtividade que permita alinhar os níveis de produtividade da empresa — agora que estamos a crescer a operação — com os nossos comparáveis.

O Sr. **Presidente:** — Muito obrigado Sr. Doutor.

Antes de passar à terceira ronda, queria voltar a insistir — tem sido muito duro o tempo que estamos aqui, é bastante tempo, mas acima de tudo é muito mais duro para quem está a responder e a quem convocámos, para estar aqui, hoje, connosco — para que criássemos condições no sentido de que nos consigamos ouvir uns aos outros e, nomeadamente, termos condições para ouvir o Sr. Dr. Gonçalo Pires. Pedia mesmo encarecidamente que o fizéssemos, porque já não falta assim tanto tempo.

Agradecia mesmo que criássemos condições para conseguirmos trabalhar todos em silêncio, pedia mesmo.

Temos inscritos, para a terceira ronda, os Srs. Deputados Paulo Moniz, Filipe Melo, Bernardo Blanco e Bruno Dias. A título individual, cada um tem 3 minutos, o Sr. Dr. Gonçalo Pires responde no final, dispondo de 12 minutos, em relação a estas perguntas.

Sr. Deputado Paulo Moniz, tem a palavra.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Muito obrigado Sr. Presidente. O Sr. Dr. Gonçalo Pires disse que foi cooptado dentro do CA, quer pelo Ministério das Finanças, quer pelo Ministério das Infraestruturas.

Tem conhecimento do facto de o Secretário de Estado das Infraestruturas, Hugo Mendes, ter comunicado, por escrito, à CEO que o canal de comunicação com o Governo era o Ministro das Infraestruturas? Primeira pergunta.

Acha isso normal, a tutela financeira ser afastada da comunicação direta com a empresa? Se tinha conhecimento, comentou ou, melhor, confirmou com o Ministério das Finanças que era mesmo assim? Com a saída do Secretário de Estado e do Ministro das Infraestruturas mantém-se o Ministério das Infraestruturas como canal de comunicação ou as Finanças recuperaram o protagonismo em matéria de tutela financeira?

Finalmente, Sr. Dr. Gonçalo Pires, ficámos a saber que estava a par do processo nas datas e no modo que nos disse da Eng.^a Alexandra Reis e há aqui uma questão fundamental: formalmente, quem representa a TAP perante os mercados financeiros é o Sr. Doutor e há uma informação objetivamente falsa, mentirosa, quanto à razão de saída da Eng.^a Alexandra Reis da TAP.

Não entende o Sr. Doutor que a gravidade da prestação de uma informação falsa, por uma pessoa que se mantém no Conselho de

Administração, na Comissão Executiva, com as funções de CFO, com relação e representação privilegiada perante o mercado financeiro e de valores num processo de privatização, leva a que o seu lugar e a sua sustentabilidade terminaram?

O Sr. **Presidente**: — Usa agora da palavra o Sr. Deputado Filipe Melo.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Gonçalo Pires, em relação ao comunicado que foi enviado à CMVM, que continha, como sabe, inverdades, o senhor resumiu, ao fim de cinco horas, o que podia ter dito no início — e todos nós já tínhamos ido embora — «Sou responsável porque assino, não sou responsável porque não decido».

Quem ocupa um cargo como o senhor ocupa, numa empresa com esta importância, não pode ter esta dualidade de critérios. É responsável, ponto! Há três responsáveis, e o senhor é um deles!

O senhor tem a tutela da empresa para a área financeira e ainda me diz: «Por haver regras, essas situações não acontecem», em relação a uma analogia que fiz para explicar o seu comprometimento nisto.

Sr. Doutor, vamos ser francos: por haver regras, não acontecem essas situações?! Então não há uma regra/Estatuto do Gestor Público que torna este pagamento indevido? Então, isso é uma regra que foi quebrada. O senhor é responsável por ela. Assuma!

O senhor está nesta Casa, pelo que tem o dever de assumir a sua responsabilidade e tem de dizer: «Eu sou responsável. E vou tirar daqui as minhas consequências!»

Quais são as consequências? Não sei! Sei que há muita trapalhada à volta da TAP e sei que há muita amizade no que toca a funções decisórias na TAP e no Governo.

O senhor é amigo do Ministro que mentiu nesta Casa. Está provado!
O Sr. Deputado Paulo Moniz fez o favor de o mostrar há instantes.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — E mentiu-me a mim!

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Mentiu nesta Casa!

O senhor é amigo do ministro e tem uma pasta importantíssima na companhia. Além disso, Ramiro Sequeira, a quem o senhor tantos elogios teceu há instantes, é amigo do ex-Ministro Pedro Nuno Santos.

Sr. Doutor, chega de evidências! Assumam-se todos!

O senhor tem hoje a última possibilidade de dizer: «Eu tenho culpa neste processo!» Ou está à espera de que para a semana venham, a esse mesmo sítio onde o senhor está, a Eng.º Alexandra Reis, a Eng.ª Christine Widener dizer: «Não, o Sr. Dr. Gonçalo Pires mentiu nesta Casa, porque sabia de tudo desde o início, autorizou e assinou»? Está a espera que digam isto?! Não tenha dúvidas. É isto que elas vão dizer.

O senhor tem um papel importantíssimo na empresa e as responsabilidades são devidas a quem ocupa essas funções.

Portanto, Sr. Doutor, tem agora a última hipótese, e nós vamos tomar como válida a sua resposta, tem, ou não, responsabilidade neste processo? Sim, ou não?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Bernardo Blanco, tem a palavra.
Dispõe de três minutos para colocar a sua questão. Faça favor.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Gonçalo Pires, do que eu sei até agora, o Sr. Manuel Beja pouco sabia e confiou na análise jurídica externa que a CEO trouxe, confiou na aprovação do Governo, assinou o documento e foi demitido.

O senhor diz-nos que teve um processo parecido. Do que percebo, não assinou o documento, mas assinou o comunicado e ficou, isto é, não foi demitido, ao contrário do Sr. Manuel Beja. Assim, pergunto-lhe se considera isto injusto e se considera que a demissão de Manuel Beja tem algum sentido. Depois, disse outra coisa. Disse que assinou o comunicado, mas disse que não o escreveu, e eu gostava de lhe perguntar quem é que o escreveu, então.

Relativamente às contas, vou voltar a fazer a pergunta porque, na ronda anterior, não me respondeu — espero que por lapso. Sobre a dívida tinha dito, na primeira ronda, que se retirássemos o efeito do Estado o saldo era praticamente nulo. Mas o Estado injetou 294 milhões de euros e, mesmo assim, a variação de caixa ficou apenas em 110 milhões de euros — logo, foi negativo — e disse que ia procurar financiamento externo. A pergunta que repito é, tendo quase 1000 milhões de euros em caixa, porque é que não começa a pagar os empréstimos, em vez de refinarciar com novas dívidas que podem ter — possivelmente, mas diga-me o senhor — taxas mais altas, e continua a aumentar o passivo. Isto porque, sem as ajudas do Estado, o passivo está a aumentar desde 2020.

Outra questão: relativamente ao bónus da ainda CEO, foi noticiado que o mesmo não tinha sido validado em Assembleia Geral e que, por isso, poderia ser potencialmente ilegal. Pergunto-lhe se estava à par desta situação de irregularidade.

Para terminar, o senhor hoje já disse que não é responsável pela privatização, que o Governo é que é responsável, mas também já me disse que participa nas reuniões da operação de privatização e, obviamente, a gestão da TAP está envolvida, aliás, foi a TAP que contratou a Evercore para tratar do assunto — já agora, pergunto-lhe se esta era mesmo a melhor proposta ou se havia uma proposta melhor. A minha segunda pergunta, muito concreta, sobre isto é quando é que começou o processo de privatização da TAP.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Bruno Dias, tem a palavra. Dispõe de três minutos, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, não vou apresentar questões novas. Queria voltar a temas a que o Dr. Gonçalo Pires respondeu na última ronda, nomeadamente em relação à explicação que deu sobre as imparidades e a forma como foi encerrado aquele capítulo.

Constato que a informação que nos transmitiu demonstra a história verdadeiramente fantasiosa que consta do Relatório e Contas de 2018 relativamente à TAP ME Brasil. A fantasia: «Agora, sim, já temos a reestruturação feita na TAP ME Brasil e, a partir de agora, temos uma empresa de operação dimensionada e rentável» cai pela base.

Por outro lado, não queria deixar de voltar ao tema do *handling*. O *handling* é uma questão tão central da aviação como a manutenção aeronáutica. E a questão que eu queria recordar é que a área do *handling* da TAP foi segmentada e privatizada há 20 anos, em 2003, e 51 % do capital acabou por ser comprado pelos espanhóis da Globalia. Cinco anos depois disso, em 2008, a TAP teve de recomprar as ações da SPDH, Groundforce aos espanhóis da Globalia, porque senão os aviões iam sem as malas.

Lembro-me que, na altura, havia um trabalhador da TAP que estava aqui sentado, nesta sala precisamente, e que dizia assim: «Srs. Deputados, nós não perdemos as malas. Nós encontramos-las!» A situação era de tal forma caótica que o Eng.º Fernando Pinto veio cá depois explicar que tiveram de recomprar o *handling*.

Tudo começou com uma história, mais ou menos fantasiosa também, de um conflito entre acionistas para a nomeação de administradores — geralmente, é sempre assim que começa. Isto começa sempre com um

problema dos administradores, e depois vai-se percebendo que aquilo era só uma ponta do *iceberg*.

Portanto, a questão que, no fundo, queremos colocar e que tem a ver com o plano de reestruturação da TAP e com estas opções políticas que estão a serem impostas à TAP — é que estes negócios e estas opções são aquela coisa do arco-íris, de que vai ficar tudo bem, vai correr tudo bem, e depois aquela ideia de que desta vez é que vai ser — é: que razões é que temos para ter a certeza de que desta vez é que vai ser?

O melhor mesmo era manter a TAP com gestão pública e era mesmo manter o *handling* a ser controlado pela TAP.

O Sr. **Presidente**: — Tem agora palavra o Dr. Gonçalo Pires.

Dispõe de 12 minutos, para encerrarmos.

O Dr. **Gonçalo Pires**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, sobre o texto da CMVM, queria esclarecer, e repito, que sou obviamente responsável pelo comunicado e sou responsável porque sou eu que o assino. Foi isso que disse.

Repeti várias vezes na Comissão que recebi um *e-mail* do Presidente do Conselho de Administração onde foi escrito os termos exatos em que esse comunicado iria ser feito. Não me foi pedida autorização e não foi pedida autorização para o comunicado pela simples razão de que eu não estive no processo. Se eu não estive no processo, não saberia se aqueles eram ou não os termos que deveriam ser os termos do comunicado. Ou seja, sou responsável pelo comunicado, porque essa é a minha função como representante dos investidores.

Sobre o tema do canal de comunicação com as Finanças — creio que esse era o tema —, sempre tive boa relação com as Finanças, quer com a atual tutela, quer com a anterior. Relembro, e creio que foi referido, um *e-mail* do Secretário de Estado Hugo Santos Mendes à Christine. Não tenho

conhecimento desse *e-mail* nem de nenhuma instrução a dizer que não se fala com as Finanças. Aliás, desde que entrei, a 15 de outubro de 2021, que o meu contacto com as Finanças tem sido intenso, intenso e bastante regular.

Relembro que, dias após a minha nomeação, o Governo e a tutela financeira me enviaram, a mim e à TAP, uma série de perguntas da Comissão Europeia sobre o plano de reestruturação. Nessas 15 perguntas foi pedida muita informação. Foram seis semanas e muitos fins de semana com todas as equipas da TAP, e imagino que também do Ministério das Finanças, a trabalhar no plano de reestruturação.

Portanto, o contacto era regular. Por isso, admito que a informação que tem, e não tenho como o confirmar, mas a verdade é que o meu contacto com as Finanças foi sempre regular. Nunca tive nenhum período em que disse: «Olhe, não falo às Finanças». Não, a minha função é precisamente, na área financeira, tratar com a tutela financeira todos os temas que dizem respeito à TAP.

Creio que as perguntas do Sr. Deputado também dizem respeito ao comunicado da CMVM. Por isso, repito, respeito a sua opinião, mas perceba que não estive envolvido no processo e quando foi comunicada oficialmente a razão para a saída, aliás, a saída da Eng.^a Alexandra Reis, foi-me expresso os termos do comunicado, dizendo: «Isto foi o que foi comunicado à CMVM» ou «Isto é o que vai ser comunicado à CMVM».

E pronto, essa é a minha responsabilidade no processo, ou seja, queria voltar aqui a referir. Eu não participei na decisão, não negocieei qualquer valor, não estive envolvido nas conversas e não participei nos termos finais do acordo da Eng.^a Alexandra Reis.

Sobre o *cash*, ou seja, sobre a posição de *cash*, com a entrada de *cash* significa que temos menos 100 milhões de euros. Aliás, a forma como reportámos, e vê-se na apresentação de resultados, é precisamente a posição

de liquidez ajustada e a posição de liquidez ajustada é ajustada através de quê? Através dos recebíveis do Brasil.

No Brasil — aliás, acho que isto não é só prática na aviação, acho que é uma prática no país — compra-se muita coisa em prestações; aquilo a que chamamos *installments*. Ou seja, no Brasil, nós damos a possibilidade de se comprar bilhetes a várias vezes, durante vários meses. Por isso, temos sempre uma quantidade de recebíveis do Brasil que são liquidez porque confirmadas pelo *acquire*, ou seja, pela instituição de crédito, mas que ainda não entraram. E essa é uma posição ajustada, que ajustamos no início do ano e ajustamos no final. Ora, se considerar essa posição ajustada também sobre todos os gastos de liquidez não recorrentes, ou seja, sobre temas que não se vão repetir no ano seguinte, reportamos a tal posição de liquidez ajustada que é basicamente um *breakeven*, ou seja, em que a posição de *cash* de um ano contra o outro é zero.

Sobre o tema do refinanciamento, está no plano de reestruturação a indicação de que a TAP deve financiar-se no mercado durante o ano de 2023. Isto porque a lógica é que entram ajudas do Estado em 2021, no final do ano, como aconteceu até 31 de dezembro, entram até ao final do ano de 2022. Em 2023, a TAP deverá ter a capacidade de se financiar nos mercados.

Não é porque a TAP tenha ou precise de se financiar — como sabe e como disse, a TAP tem uma posição de liquidez confortável —, mas a decisão de refinar, obviamente, ainda não está tomada, e será sempre uma consulta com a tutela financeira e setorial.

O que é que sabemos? Sabemos que, na incerteza do começo, ou não, do processo de privatização, o processo de privatização é, já por si, um sinal de que existe interesse de privados na companhia. Não sei qual a decisão da tutela financeira ou mesmo da Comissão Europeia sobre as necessidades de refinanciamento. O que sabemos é que hoje a operação está melhor e, porque está melhor, temos mais visibilidade sobre a geração de caixa e temos hoje

uma posição de caixa que queremos que se mantenha sempre sustentavelmente alta, ou alta no sentido em que é a posição de caixa que assegura uma sustentabilidade financeira à empresa, para não ter de refinarciar.

Por isso, é verdade e foi isso que comunicamos aos investidores. É muito provável que não tenhamos refinanciamento sobre a emissão de retalho de junho de 2023, os 200 milhões e, por isso, a TAP pagará simplesmente essa dívida em junho de 2023.

Sobre o bónus da CEO, o contrato da CEO, não tenho qualquer conhecimento. Não sei. Não lhe posso sinceramente responder à pergunta, não é um tema que tenha passado por mim.

Sobre o tema da Evercore, é, de facto, um *adviser* pré-selecionado para a privatização. Relembro que como ainda não temos decreto-lei, ainda não temos contrato assinado com a Evercore. Quando tivermos os termos do processo definidos, saberemos, então, o que é exigido à TAP no processo de privatização e começaremos a nossa relação formal com a Evercore.

Quanto às suas perguntas sobre a ME Brasil, sinceramente — como deve imaginar — não sei de cor o Relatório e Contas de 2018. O que lhe contei sobre a ME Brasil é a opinião desta administração sobre a atividade e sobre aquela operação que foi objetivamente deficitária, independentemente de ter tido várias tentativas de recuperação e isso só ajuda o caso, ou seja, só ajuda a sustentar a decisão que foi tomada por esta administração hoje, mas que já estava como obrigação do plano de reestruturação de desinvestir a prazo. Só o fizemos agora. O facto de haver várias tentativas de cooperação e várias tentativas de cooperação estarem falhadas é como insistir no mesmo erro e só leva ao mesmo resultado.

Por isso, não tendo conhecimento do que de facto se diz, sei que houve várias tentativas de cooperação e o que sabemos todos é que foram falhadas e daí o resultado foi aquele que a administração tomou.

Sobre a operação de *handling* repito o que lhe disse: não vou fazer juízos de valor se deve ser privado ou público, até porque agora não podemos. O plano de reestruturação diz que o *handling*, tal como o *catering* ou a operação de *catering* são — tal como era a manutenção Brasil — operações para desinvestir até 2025. O ponto do «até 2025» é que é importante porque desinvestir na ME Brasil agora (porque era naturalmente uma empresa deficitária), é uma decisão que acho que todos compreendemos, aceitamos, que é de boa gestão e prática económica e financeira.

Quanto ao *handling* numa empresa em liquidação, temos de perceber que o que interessa à TAP é um contrato, é um serviço e ao melhor preço, mas para isso, ou para o conseguir, temos de encontrar um parceiro que consiga não só investir na operação como melhorá-la e garantir o tal preço mais baixo para a TAP.

Este é o processo que estamos a desenrolar, que está a ser liderado pelos administradores de insolvência e que esperamos que, a muito breve prazo, tenha a sua conclusão.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, concluimos, assim, a nossa audição ao Sr. Dr. Gonçalo Pires.

Agradeço o esforço de todos, mas em especial do Sr. Doutor, nestas mais de cinco horas de audição.

O Sr. Dr. **Gonçalo Pires**: — Eu é que agradeço.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, antes de terminarmos a nossa reunião e antes de nos despedirmos do Sr. Doutor, tenho só a dizer o seguinte: hoje, foram distribuídos três requerimentos de pedidos de mais

documentos, dois do Bloco de Esquerda e um do PSD, que eu considero aprovados, se todos estiverem de acordo.

Pausa.

Assim sendo, estão aprovados.

Está encerrada a reunião e vou despedir-me do Sr. Dr. Gonçalo Pires.

Muito obrigado.

Eram 22 horas e 10 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.